

08/05/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Leila quer auditoria no orçamento do MEC para universidades acusadas de balbúrdia](#)

[Cortes podem ser revistos, diz ministro](#)

[Protesto na UnB](#)

[1,8 milhão inscrito no Enem](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Uni-vos](#)

[Assinatura da Folha enriquece debates em sala de aula, afirmam professores](#)

[Governo ainda não tem posição sobre fundo para o ensino básico](#)

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Todos à mercê](#)

[Ministro faz crítica ao ensino superior. 'Não podem economizar?'](#)

O GLOBO - RJ

[A educação sob a lógica econômica](#)

[Negar as Ciências Humanas nos deixa a deriva](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Corte em universidade chega a 52% da verba](#)

[Weintraub diz que universidades devem se adaptar à realidade fiscal](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[A universidade pública está ameaçada, diz reitor da Ufba, após novo bloqueio](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Depois de cortes no setor, deputados estaduais criam frente de defesa da ciência](#)

O POVO - CE

[Weintraub minimiza contingenciamento na verba da Educação](#)

Agências de notícias e sites

A CRÍTICA DO ACRE

[Não há corte. Há um contingenciamento, diz ministro após bloqueio de verbas](#)

CORREIO WEB

[Cruesp divulga manifesto em defesa da ciência brasileira](#)

GAZETA DIGITAL

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

GRUPO ORZIL

[Sistema S deve utilizar normas contábeis aplicadas ao setor público](#)

JC NET

[Ministro da Educação admite liberar verba após reforma da Previdência](#)

METRO-DF

[Weintraub - bloqueios de verba em universidades podem encerrar se economia for retomada](#)

MONEY TIMES

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

O TEMPO - MG

[Ministro da Educação nega cortes nas verbas de universidades](#)

PARANÁ PORTAL

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

PBAGORA

CLIPPING



[Crise na UFPB - bloqueio de verbas chega a quase R\\$ 50 milhões](#)

PRIMEIRA EDIÇÃO

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação](#)

TNONLINE

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

TODO DIA - SP

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

TRIBUNA DE MINAS - MG

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo ainda não tem posição sobre fundo para o ensino básico](#)

CORREIO WEB

[Perda com má alocação de recursos atinge 3,9% do PIB no Brasil](#)

G1

[Corte de 30% do MEC vai limitar pesquisas, limpeza e vigilância do Instituto Federal do AP](#)

PORTAL ISTOÉ

[Governo bloqueia R\\$ 5,8 bilhões do orçamento das Forças Armadas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Cortar educação é política míope e afeta desenvolvimento, diz especialista](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

AGÊNCIA JB

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

Banda B

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

BEM PARANÁ

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

BLOG DA CIDADANIA

[Reitores da Unicamp, USP e Unesp divulgam carta em defesa da ciência](#)

BRASIL DE FATO

[Começa onda de protestos contra política de cortes de Bolsonaro](#)

CLIC RBS

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

CONTRA O VENTO

[Como combater a doutrinação nas universidades sem balbúrdia](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Reitor da UFC diz que corte de verba vai impactar atividades de extensão e hospitais universitários](#)

DIÁRIO ONLINE

[Ministro diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

ESHOJE

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

FAX AJU

[João Daniel Repudia Inverdades Divulgadas Pelo Ministro Onyx Lorenzoni Sobre UFS](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

GAZETA DO POVO - PR

CLIPPING



[MEC justifica corte e lembra que folha de pessoal representa 80% da verba de universidades](#)

GAZETA ONLINE

[Abraham Weintraub diz que bloqueio não é corte e medida pode ser revista](#)

MEIO NORTE - PI

[No Senado, ministro Abraham Weintraub critica Fies e justifica cortes](#)

NE 10

[Reitores de universidades se reúnem na UFPE contra cortes do MEC](#)

NSC TOTAL - RS

[Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista](#)

O POVO - CE

[Reitor diz que cortes ameaçam inviabilizar UFC e fala em golpe](#)

PARAÍBA JÁ

[UFPB anuncia que governo Bolsonaro bloqueou R\\$ 45 milhões das contas da instituição](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[No Senado, ministro da Educação critica Fies e justifica cortes em Humanas](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Não podem economizar nem uma migalha?, diz ministro sobre universidades federais no Congresso](#)

[Um tributo à Humanidade](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ministro da Educação defende que professores passem por testes regulares e reitores de universidades prestem conta ao Congresso](#)

AGÊNCIA VALOR

[Ministro diz que pode rever cortes na Educação se reforma passar](#)

G1

[Bloqueio de R\\$ 14,2 milhões das contas da Unila vai atingir projetos de extensão e contratos de manutenção](#)

[Ufba diz que bloqueio de recursos pelo MEC foi ampliado de R\\$ 37 milhões para mais de R\\$ 55 milhões](#)

[Corte no orçamento deve afetar pesquisas e até pagamentos de água e luz na UFRR](#)

[Com R\\$ 38 milhões bloqueados, iniciação científica da Ufam fica sob ameaça no 2º semestre](#)

[Com bloqueio de verbas pelo MEC, Universidade Federal de Rondônia teme paralisação de atividades](#)

[Reitor da Univasf diz que atividades da graduação, serviços essenciais e continuados serão afetados com o bloqueio de 30% da verba de custeio](#)

[Ufac apresenta à comunidade acadêmica novo cenário após anúncio de corte de R\\$ 15 milhões](#)

[Não há corte, há contingenciamento, diz ministro sobre orçamento das universidades federais](#)

[MEC bloqueia mais de R\\$ 26 milhões do orçamento, e Instituto Federal do Amazonas pode ter expansão afetada](#)

PORTAL ISTOÉ

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

PORTAL VEJA

['Universidades não podem economizar nem uma migalha?', diz Weintraub](#)

R7

CLIPPING



[Weintraub critica Fies e minimiza corte de verbas no Senado](#)

[Entidade científica repudia flexibilização de recursos para Educação no orçamento impositivo do Estado](#)

TERRA

[Educação a distância auxilia dentistas na capacitação técnica e habilidades administrativas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Weintraub minimiza contingenciamento em audiência na Comissão de Educação](#)

[Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica](#)

[Weintraub no Senado - não apresentou projetos; cortes podem ser revistos](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Reitor da Ufam, Sylvio Puga, disse que vai trabalhar para reversão desse recurso junto ao MEC](#)

A TARDE - BA

[Ufba viva e forte!](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Bloqueio do MEC atinge mestrados e doutorados](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Esperança de reitores é reverter situação em reuniões que ocorrerão em Brasília](#)

O POPULAR - GO

[Ameaça de corte de bolsas preocupa pós-graduação](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Estudantes vão às ruas contra cortes](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[MEC informa](#)

[Reitores se mobilizam para reverter cortes](#)

[Confira quanto vai perder cada universidade e instituto federal com cortes do MEC em Minas](#)

O POPULAR - GO

[MEC bloqueia R\\$ 18,3 milhões do Instituto Federal Goiano](#)

Agências de notícias e sites

BLOG DO LUÍS NASSIF

[Ingerência no MEC pode parar Hospitais Universitários e comprometer vidas, por Ergon Cugler](#)

CEILÂNDIA EM ALERTA

[Governo Bolsonaro também congela verbas da educação infantil](#)

REPORTER PB

[Inscrições para mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos são prorrogadas até 21 de maio](#)

AGÊNCIA ESTADO

[UnB aponta corte de 40% no orçamento pelo MEC](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Estudantes protestam em Salvador contra cortes nas universidades federais](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Senadores pressionam MEC a rever cortes no ensino superior](#)

G1

[Estudantes do IFPA em Marabá, no Pará, protestam contra bloqueio de verbas federais na educação](#)

[Estudantes protestam contra corte de R\\$ 31,8 milhões do IFMT após decreto do governo federal](#)

[UEA de Tabatinga discute temas da Tríplice Fronteira Amazônica em seminário internacional](#)

[UFMS perde R\\$ 30 milhões com corte de verba para universidades federais anunciado pelo governo federal](#)

[MEC bloqueia R\\$ 38 milhões da Ufam, e reitor teme que universidade não consiga pagar contas](#)

[Corte de verbas do MEC deve paralisar serviços e pelo menos 70 projetos de pesquisas na Unifal](#)

[Após anúncio de corte de verbas, instituições federais do Pará temem paralisação de atividades](#)

[MEC anuncia corte de 30% em repasses para todas as universidades federais](#)

[UFU divulga valor e o que será afetado na instituição após bloqueio de verba pelo MEC](#)

METRÓPOLES

[Alunos marcam tuitaço contra corte de verbas em universidades públicas](#)

PORTAL BRASIL

[MEC, em parceria com o Ministério da Economia, discute reformulação do Fundeb](#)

[Mais de um milhão de participantes já estão inscritos](#)

PORTAL EXAME

[Governo de SP reduz tempo de aulas e aumenta número de disciplinas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo de SP reduz tempo de aulas e aumenta número de disciplinas](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

Leila quer auditoria no orçamento do MEC para universidades acusadas de balbúrdia

A senadora Leila Barros (PSB-DF) apresentou uma Proposta de Fiscalização e Controle para que o Tribunal de Contas da União (TCU) promova auditoria no Ministério da Educação (MEC) e no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para avaliar a execução orçamentária e verificar procedimentos e critérios sobre as decisões que envolvem a programação financeira e limitação de empenho de recursos. A proposta tramitará na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e, se aprovada, seguirá para o TCU iniciar as auditorias. A ideia surgiu após o MEC anunciar o contingenciamento de 30% da verba de três universidades federais — Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) — sob a alegação de “balbúrdia”.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Cortes podem ser revistos, diz ministro

Em depoimento no Senado, titular da pasta afirma que verbas das universidades podem ser desbloqueadas se a economia voltar a crescer, permitindo o aumento da arrecadação de impostos. Mas diz que as instituições de ensino não podem ser tratadas como torres de marfim

EDUCAÇÃO

Após determinar um bloqueio de cerca de 30% do orçamento de todas as universidades

federais do país, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, procurou minimizar os efeitos da medida e afirmou que os recursos poderão ser repostos caso a economia volte a crescer. De acordo com o ministro, não se pode falar em corte de verbas para as universidades. “Não houve corte, e não há corte. Há um contingenciamento”, explicou, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), no Senado.

Weintraub afirmou que a aprovação da reforma da Previdência pode ajudar em uma futura reversão da decisão do MEC. “Se tiver a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, aí retoma a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação, a situação se normaliza e, aí, se descontingencia”, afirmou. “A Economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca, e nós obedecemos.”

Apesar de acenar com a possibilidade de desbloqueio dos recursos, Weintraub chamou as universidades de “torres de marfim” e criticou as reações à redução de verbas. “Não dá para cortar em nada? É sacrossanto o orçamento? Nenhuma migalha que dê pra melhorar? A universidade federal, hoje, custa R\$ 1 bilhão. Todo mundo no país está apertando o cinto”, disse o ministro. Ele se declarou aberto ao diálogo e disse que alguns reitores já manifestaram interesse em discutir o problema. “A minha proposta, diante do contingenciamento, é conversar”, afirmou.

Em entrevista ao Correio, a reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão Moura, definiu o corte de 30% do orçamento das universidades federais — que, em alguns casos, pode chegar a 40% — como “inadmissível” e “dramático”. De acordo com ela, desde 2017, a UnB faz esforços para reduzir o orçamento. “Durante dois anos, fizemos vários ajustes. Assumimos a reitoria com as contas da universidade descontroladas e conseguimos estabilizá-las no fim no ano passado. Não temos como pedir mais sacrifícios para nossa comunidade”, afirmou, ao comentar as declarações de Weintraub.

Para o ex-reitor da UnB Ivan Camargo, a notícia de que se trataria inicialmente de um contingenciamento é positiva em comparação à proposta de corte. “O ministro deu a entender que não é algo definitivo, e isso parece uma boa notícia. Mas colocou pressão no Congresso, do tipo: se não passar a Previdência, não teremos dinheiro, e o caos será instalado. Ele mudou o verbo, falou em segurar os recursos. Se for isso, é um pouco melhor, é temporário. Não se pode inviabilizar um serviço público tão importante quanto a educação. Não tem porque ser inimigo declarado da universidade”, afirmou.

Diretrizes

Antes de responder aos questionamentos dos parlamentares, Abraham Weintraub apresentou as diretrizes e os programas da pasta, e definiu a educação básica e o ensino técnico como prioridades. “A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado”, disse, referindo-se ao crescimento dos gastos com universidades.

Para a diretora executiva do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura, e Ação Comunitária (Cenpec), Mônica Gardelli Franco, os cortes também prejudicam o segmento de base. “Não se faz educação básica de qualidade sem universidade fortalecida. A política pública de educação tem que ser da creche à pós-graduação e ao doutorado. Se a universidade não estiver fortalecida, não teremos educadores profissionais para dar suporte às escolas”, observou. A reitora Márcia Moura, da UnB, reforçou o argumento, salientando que uma forma de se apoiar a educação de base é a

formação de professores. “Quem faz isso são as universidades. Não existe essa dicotomia entre priorizar a educação básica e educação superior. Constitucionalmente é um equívoco”, disse.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Protesto na UnB

Estudantes, professores, funcionários e parlamentares promoveram ontem um abraço simbólico na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB) para protestar contra o corte de verbas para as instituições federais de ensino superior. Somente na UnB, o bloqueio, determinado pelo Ministério da Educação (MEC), poderá chegar a R\$ 48,5 milhões, o equivalente a 40% dos recursos discricionários previstos no orçamento da instituição para este ano, de acordo com o decanato de Planejamento e Orçamento (DPO).

“Não vai ter corte, vai ter luta!”, bradaram os manifestantes, enquanto fechavam o abraço ao redor do prédio da biblioteca. Aproximadamente 350 pessoas participaram do ato, de acordo com Edmilson Lima, do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SintFub). Segundo ele, o ato também teve o apoio da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB) e dos centros acadêmicos (CAs). A manifestação foi organizada pelas redes sociais.

A direção da UnB informou que o bloqueio de verbas comprometerá contas de água, luz, limpeza e segurança e a compra de materiais de laboratório. “Vão cortar não só o dinheiro, mas as ideias. É um corte mais significativo do que econômico”, avaliou Clara Rocha, 24 anos, estudante do 6º semestre do curso de letras. “Quem vai sofrer mais (com os cortes) são os estudantes de menor poder aquisitivo”, opinou Rafaela Cristina da Silva, 21, do 5º semestre.

“O ministro da Educação enquadrou a UnB como uma universidade que promove muita balbúrdia, mas, nos últimos anos, a UnB vem subindo no ranking de melhores universidades”, acrescentou Rafaela. “Eu vim (ao ato) porque não quero ser o tipo de pessoa que só apoia algo, mas não faz nada a respeito”, completou.

Aderiram à iniciativa os deputados distritais Fábio Felix (Psol), Chico Vigilante (PT) e Arlete Sampaio (PT), e os federais Erika Kokay (PT-DF), Marcelo Freixo (Psol-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ), além da presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

No fim do ato, os manifestantes marcharam em direção à Reitoria. “Estamos, com apoio de parlamentares e reitores de outras instituições, tentando fazer com que o Ministério da Educação compreenda o papel da universidade no país”, disse a reitora, Márcia Abrahão Moura. “Nós já passamos por momentos difíceis na UnB nos últimos dois anos. A comunidade teve que fazer grandes sacrifícios, e vamos lutar muito, porque a universidade não merece mais nenhum sacrifício”, completou.

*Estagiária sob supervisão de Ana Sá

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

1,8 milhão inscrito no Enem

Quase dois milhões de candidatos já se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019, prova que permite acesso às universidades. Desde segunda-

feira, primeiro dia de inscrições, até as 18h de ontem, foram realizados 1.847. 251 cadastros. O balanço foi divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A pasta preparou um passo a passo de todas as etapas. As inscrições ficam abertas até as 23h59, no horário de Brasília, de 17 de maio, exclusivamente pela página do participante, na internet. O estudante poderá atualizar dados de contato, trocar o município de provas, mudar a opção de língua estrangeira e alterar atendimento especializado e/ou específico. Após essa data, nenhuma informação pode ser alterada. O valor da taxa é de R\$ 85,00. As inscrições podem ser feitas pelo site <https://enem.inep.gov.br/>.

Todos os interessados em fazer o Enem precisam se inscrever, mesmo quem solicitou a isenção da taxa de R\$ 85, que deve ser paga até 23 de maio. As provas serão aplicadas em 3 e 10 de novembro, em todo o Brasil.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é realizado anualmente pelo Inep, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Em 21 edições, o exame já recebeu quase 100 milhões de inscrições.

Sonho

A estudante Júlia Carrilho, de 19 anos, tentará, pela terceira vez, ingressar no curso de medicina. Ela está confiante. “No geral, acho que a prova não terá tantas alterações. O que já foi passado para a gente é que serão textos menores. Deve ser uma prova mais objetiva, o que pode facilitar para mim”, conta.

A comunicadora Daniele Leite, 30 anos, conseguiu se inscrever, sem problemas, logo no primeiro dia. Em busca da segunda graduação, ela se prepara para realizar o sonho de cursar medicina. “Para mim está sendo diferente, porque venho me baseando em um estilo de prova há três anos, que este ano promete ter mudanças. Recebi orientações de que o exame deve ser mais conteudista, e eu estava mais confiante com o modelo antigo. Como a gente já vem treinando há muito tempo, acaba ficando em um nível mais automático”, disse. (IS)

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Uni-vos

Reitores de ao menos duas universidades públicas recorreram a assembleias de docentes e conselhos universitários para pedir que as entidades organizem protestos contra os cortes impostos pelo Ministério da Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/05/08/cupula-do-congresso-vai-comandar-novos-ministerios-governo-promete-liberar-r-4-bi-em-troca-de-reforma/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Assinatura da Folha enriquece debates em sala de aula, afirmam professores

Educadores de várias regiões do país elogiam promoção do jornal em parceria com o Google São Paulo

A iniciativa da Folha e do Google de oferecer assinaturas digitais gratuitas a professores da rede pública, iniciada em março, tem trazido mais contexto a debates propostos em sala de aula, segundo docentes.

"Informações críticas sobre o cotidiano e paralelos desses acontecimentos com os fatos históricos são relatados nos artigos, que acabam sendo usados nas aulas", diz Alexandre Piero, 37, professor do ensino médio da Etec Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), em São Paulo. "É uma prática da nossa equipe usar referências jornalísticas como conteúdo de sala."

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/assinatura-da-folha-enriquece-debates-em-sala-de-aula-afirmam-professores.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo ainda não tem posição sobre fundo para o ensino básico

Prestes a vencer, Fundeb, que representa 40% dos gastos na etapa, vai a debate na Câmara a partir desta quarta

Brasília

Um dos principais pontos a respeito da renovação do Fundeb, mecanismo central do financiamento da educação básica no país, é também aquele que representa a maior dúvida com relação à posição do governo Jair Bolsonaro (PSL): o aumento da complementação financeira por parte da União.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/governo-ainda-nao-tem-posicao-sobre-fundo-para-o-ensino-basico.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista

Abraham Weintraub esteve nesta terça (7) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado

Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ministro-da-educacao-diz-que-bloqueio-nao-e-corte-e-que-medida-pode-ser-revista.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Todos à mercê

E-MAIL: VERA.MAGALHAES@ESTADAO.COM TWITTER:

@VERAMAGALHAES [POLITICA.ESTADAO.COM.BR/COLUNAS/VERA-MAGALHAES/](https://twitter.com/POLITICA.ESTADAO.COM.BR/COLUNAS/VERA-MAGALHAES/)

O clima em Brasília é péssimo. Os ataques desferidos pelo guru Olavo de Carvalho aos militares em geral, e ao general Eduardo Villas Bôas, em particular, disseminaram na Esplanada dos Ministérios a sensação generalizada de que nenhum auxiliar, nem o amigo mais próximo, conta com o aval do presidente Jair Bolsonaro, e que todos, indiscriminadamente, estão à mercê da máquina de moer reputações do bolsonarismo.

Ouvi de um ministro que existe um grupo de radicais encastelado no governo que acha que o Brasil votou em Bolsonaro por “pura ideologia”, o que não corresponderia à verdade.

Entre civis e militares prepondera a avaliação segundo a qual Olavo não manteria as comportas de impróprios abertas sem a

anuência velada ou explícita do presidente. O comportamento ambíguo de Bolsonaro, pedindo trégua ao mesmo tempo em que condecora e elogia alguém capaz de atacar um amigo próximo como Villas Bôas, leva indignação ao time do governo.

No Congresso, reina a incredulidade. Mesmo deputados e senadores de oposição têm dificuldade de compreender como o governo cria para si tamanhas dificuldades políticas num momento de estrangulamento orçamentário pela questão fiscal e estagnação da economia real, que cobram seu preço na forma da impopularidade presidencial.

Enquanto o governo atea fogo às próprias vestes, suas ações em pastas importantes como Educação e Meio Ambiente fomentam protestos nas ruas e nos fóruns internacionais, com mais potencial de estrago para a imagem de Bolsonaro.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ministro faz crítica ao ensino superior. ‘Não podem economizar?’

Weintraub negou cortes e disse que recursos podem voltar para universidades com a melhora da economia

Após bloquear 30% dos recursos das universidades federais do País, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou o tamanho do contingenciamento em audiência na Comissão de Educação, no Senado, ontem. “É sacrossanto o orçamento? Não podem economizar nem uma migalha?”, indagou, ao ser questionado sobre a dificuldade relatada pelos reitores das instituições, após o bloqueio de R\$ 2,2 bilhões. “A universidade federal hoje no País custa R\$ 1 bilhão. Não dá para ‘buscar’ nada? Todo mundo no País está apertando o cinto”, completou Weintraub.

Ele esteve no Senado para apontar diretrizes e programas prioritários da pasta, mas não apresentou projetos. Weintraub criticou programas petistas, como o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e defendeu cortes na área de Humanas.

Com um bloqueio de R\$ 7,3 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC), o

ministro negou por diversas vezes que haja corte de recursos para as universidades federais, mas contingenciamento. “Se a economia tiver crescimento, com a aprovação da reforma da Previdência, se descontingencia o recurso.” Ele ainda propôs aos reitores que marquem reuniões com o MEC para discutir a nova situação financeira das universidades federais.

Weintraub voltou a defender a redução de recursos para a área de Humanas. Segundo ele, o conteúdo científico produzido nas áreas da Saúde e Agrárias tem mais relevância no cenário mundial. “A maior parte das bolsas (em humanidades) não está dando resultado”, disse.

Questionado sobre o contingenciamento de recursos também para a educação básica, o ministro apenas afirmou que o bloqueio não é permanente. Ele defendeu que o volume de gastos do País em educação é suficiente e compatível com o de países com melhores índices educacionais que o Brasil – o País investe 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) na área. “A gente já coloca bastante recurso e a sociedade não aguenta mais pagar imposto. A solução não é jogar mais dinheiro.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

A educação sob a lógica econômica

Weintraub defende que universidades façam cortes e busquem parcerias privadas

BRASÍLIA- Sabatinado por quase cinco horas na manhã de ontem pelos senadores da Comissão de Educação do Senado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou sua visão para a pasta: defendeu que as universidades federais sejam incubadoras de empresas e busquem parcerias com a iniciativa privada; afirmou que os reitores precisam “prestar contas ao Congresso” e que professores da rede básica de ensino precisam ter avaliações de desempenho regulares; e citou o Chile como modelo de educação que pretende atingir.

Também negou que tenha havido “corte” de 30% no orçamento das instituições de ensino superior, afirmando tratar-se de um “contingenciamento” que poderia ser revisto caso a reforma da Previdência seja aprovada. Por fim, criticou a expansão do ensino superior feita nos governos anteriores, afirmando que ela foi “uma tragédia”..americano, Weintraub afirmou que as universidades federais devem ser incubadoras de empresas e buscar “investidores angels”, empresários que viabilizariam os projetos embrionários.

— Quero aumentar a independência das universidades. Por que elas não podem ter parcerias com empresas, iniciativa privada? Por que não transformar as universidades em incubadoras de pequenas empresas? Incubadoras, com investidores angels.

O ministro disse que a cada cem empresas start-ups, cerca de 30 conseguem sobreviver e, com novo tipo de investidores privados, tornar-se empresas médias.

— Imagina, todo ano, cinco a dez empresas médias surgindo nas regiões do país? Isso é uma geração de riqueza e de oportunidades que está sendo desperdiçada, por quê? Educação não deveria ter ideologia. Temos que acabar com a visão de que a universidade é uma torre de marfim.

do pelo Ministério da Educação na semana passada, Weintraub repetiu, por três vezes, que a palavra a ser usada “não é corte”

— Não há corte. Há um contingenciamento. A gente está num marasmo (na economia) a perder de vista. Se a gente tiver um crescimento econômico, com a aprovação da nova Previdência, eu acredito nisso, isso vai retomar a economia, com a situação se normalizando, se descontingencia. A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais baixa e a gente tem que cumprir a lei.

Weintraub também disse acreditar que a reforma da Previdência, se aprovada no Congresso, mudará o país "da água para o vinho, e vai mudar a realidade das crianças nas escolas". Senadores reagiram a essa associação, afirmando que o ministro estava chantageando os parlamentares ao atrelar investimentos na Educação à aprovação da Previdência.

como salários, Weintraub se propôs a ouvir os reitores para ajudá-los, mas disse ver com desconfiança quem afirma ser impossível cortar gastos.

— Minha proposta é a que eu faria para qualquer dono de empresa: vamos conversar? Se tiver alguma coisa que está "empecilhando", eu me disponho a levar o reitor ao Ministério da Economia e ao presidente, para discutir o ponto que precisa. Mas precisa dar transparência. Traz os números, apresenta. Não dá para cortar em nada? É sacrossanto o orçamento, não existe margem nenhuma de melhora? Uma universidade custa, na média, R\$ 1 bilhão. Nós temos 65.

Não dá para cortar nada?

Governos passados foram "desastre" na Educação

Weintraub classificou como um desastre o modelo de investimento em Educação dos governos passados, em especial as políticas de incentivo ao ensino superior, com ferramentas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que endividaram os alunos que hoje não conseguem emprego.

— A incerteza dos alunos que estão nas federais, e são 25% do total, é menor do que a dos 75% que estão em instituições privadas e com o nome sujo, porque não conseguem pagar o financiamento.

A favor da autonomia, mas não da soberania

O ministro criticou várias vezes o modelo de funcionamento das universidades. Disse que defende a autonomia universitária, mas que ela não significa soberania.

— Não podemos permitir que tenha consumo de drogas nos campi. Por que a polícia não pode entrar no campus? É um país autônomo? Tem violência acontecendo lá dentro, não pode entrar. Tem que bater palma e ficar olhando?

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Negar as Ciências Humanas nos deixa a deriva

Americana mobilizou intelectuais do mundo todo em manifesto contra cortes de verbas defendidos por Bolsonaro para cursos de filosofia e sociologia

Entrevista : Judith Butler/ ESCRITORA E FILÓSOFA

A escritora e filósofa americana Judith Butler, professora da Universidade de Berkeley, é uma das fundadoras da Gender International, uma rede de intelectuais de Harvard, Princeton, Cambridge, USP, UFRJ, entre outras instituições de mais de 20 países, que defende o estudo de gêneros.

Na última segunda, o grupo se mobilizou para lançar um manifesto contra a declaração do presidente Jair Bolsonaro, feita em rede social, em defesa da redução de verbas para disciplinas como filosofia e sociologia. Em poucas horas, 1.100 intelectuais dos quatro cantos do planeta assinaram o documento em que defendem: "As Ciências Humanas não são um luxo".

Judith Butler quis tratar do tema por ter relação singular com o Brasil. Em 2017, quando veio ao país, para participar do encontro "Os fins da democracia", a intelectual foi agredida verbalmente e alvo de protestos em São Paulo.

Na ocasião, manifestantes foram à sua palestra com cartazes apontando uma "influência negativa" da chamada ideologia de gênero. Houve também quem a defendesse

— ela é, afinal, um dos expoentes no estudo de gêneros e na teoria queer, e autora de livros como "Problemas de gênero" (1990), além de nome de destaque do feminismo contemporâneo.

A filósofa mantém o Brasil em sua mira. Depois de debater a situação do país com os acadêmicos parceiros da Gender International, estimulou a elaboração do manifesto. Anteriormente, os intelectuais já haviam causado barulho com um abaixo-assinado contra decisão do presidente ultraconservador da Hungria, Viktor Orbán, de banir das universidades o estudo de gêneros.

Em entrevista exclusiva ao GLOBO, Judith Butler defende que as Ciências Humanas são cruciais para "dar aos alunos um amplo senso de História". Para ela, a área do conhecimento deve ser valorizada independentemente de "posicionamentos políticos". E também lembra que "alguns dos maiores pensadores conservadores surgiram justamente da filosofia e da sociologia".

Porque a senhora decidiu organizar o manifesto contra Bolsonaro? Acredita que as Ciências Humanas de fato estão sob ataque no Brasil?

Existe um temor de que essas disciplinas tenham se tornado ideológicas, que representariam agendas políticas distintas (das do governo atual). Mas, na verdade, há debates e conflitos importantes dentro desses campos, e a maior parte dos estudos de Ciências Humanas não têm orientação partidária. Elas oferecem aos alunos habilidades necessárias — escrita, leitura e comunicação — para debaterem valores sociais.

Se as universidades se voltarem exclusivamente para habilidades técnicas ou à promoção de interesses de mercado, perdem sua missão de dar aos alunos amplo senso de História, de debater valores e apresentar pontos de vista respaldados por evidências.

O que representa esse eventual corte para as Ciências Humanas?

É impossível entender nosso mundo sem entender as histórias e as imagens, a interpretação e a argumentação. Precisamos das Ciências Humanas e Sociais para desenvolver uma compreensão bem informada da história, da sociedade e da imaginação. Negar essas disciplinas é negar tanto a memória quanto a esperança, e nos deixa à deriva em um mundo impulsionado apenas por forças econômicas.

Como poderíamos responder em que tipo de mundo queremos viver se negarmos a filosofia? Como entender como o mundo é organizado se erradicarmos a sociologia? Pode-se ter qualquer posicionamento político e ainda valorizar esses campos. Alguns dos maiores pensadores conservadores surgiram de ambas as disciplinas.

Dentro das Ciências Humanas, o estudo de gênero corre mais riscos?

Os estudos de gênero atravessam todas as disciplinas, incluindo a História da Ciência e a da ética médica, por exemplo. O medo do gênero é o medo de um fantasma. Se aqueles que se opõem ao estudo do gênero soubessem da complexidade do campo, ficariam surpresos. Mas eles agem a partir da ignorância. Portanto, se concordarmos que é melhor agir com base no conhecimento do que na ignorância, daremos espaço para campos que nos ajudam a entender nosso lugar no mundo, o significado da igualdade e os ideais de justiça.

Há consequências ao se cortarem recursos para sociologia e filosofia?

Sim. O mundo se torna mais pobre. Para o Brasil, negar financiamento para essas áreas é deixar a busca internacional pelo conhecimento acadêmico e privilegiar o medo sobre o conhecimento informado. Se as pessoas aprendem a questionar o governo, então eles não podem comandar o povo sem serem desafiados. O ataque ao conhecimento é historicamente uma tática de autoritarismo. Sem cursos de História embasados por sólida pesquisa histórica, não podemos entender isso.

Na semana passada, o MEC anunciou bloqueio de 30% de recursos para universidades federais, o que gerou protestos da comunidade acadêmica. O que a senhora diria sobre a medida?

As universidades são uma fonte de perspectivas críticas. Elas nos dão a chance de repensar ideias pré-concebidas. Esse movimento draconiano no Brasil é um sinal de que o governo Bolsonaro teme a difusão de conhecimento. Eles imaginam as universidades como bastiões do esquerdismo, mas isso é um sinal de que eles não têm a menor ideia do que está acontecendo dentro das universidades.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Corte em universidade chega a 52% da verba

O corte realizado nas dotações das universidades correspondeu a 35,9% da redução total realizada nas despesas do Ministério da Educação, que ficou em R\$ 5,714 bilhões, mostrando que o governo escolheu as verbas destinadas ao ensino superior como o principal alvo do contingenciamento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6244727/corte-em-universidade-chega-52-da-verba>

topo ↗

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Weintraub diz que universidades devem se adaptar à realidade fiscal

Após anunciar o bloqueio de recursos de universidades federais que fizeram "balbúrdia", o ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou ontem que tenha havido cortes no orçamento das instituições. Ele alegou que houve um "contingenciamento" da verba, o qual poderá ser revisto se a reforma da Previdência for aprovada.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6244731/weintraub-diz-que-universidades-devem-se-adaptar-realidade-fiscal>

topo ↗

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

A universidade pública está ameaçada, diz reitor da Ufba, após novo bloqueio Desde dezembro, a energia da instituição não foi suspensa devido a uma liminar

Já estava difícil. Em dezembro do ano passado, por pouco, a Universidade Federal da Bahia (Ufba) não ficou sem luz. A Coelba, que já tinha suspenso o atendimento de forma pontual em outras ocasiões, tentou interromper o fornecimento de energia em algumas das unidades.

Na época, a dívida com a fornecedora passava dos quatro milhões e, diante disso, a Ufba impetrou um mandado de segurança para impedir que a suspensão da eletricidade. A instituição já vinha sofrendo com contingenciamentos sucessivos desde 2015. No fim de abril, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou R\$ 37,3 milhões do orçamento de custeio. Agora, a situação ficou mais dramática: na sexta-feira (3), a Ufba confirmou ter sofrido um novo bloqueio de repasses.

Agora, a instituição terá R\$ 55.906.411 milhões a menos para o ano de 2019. Esse novo bloqueio – que pode configurar um corte, se não houver uma mudança até o fim do ano – aconteceu na última sexta-feira (3), justamente quando outras instituições, como o Instituto Federal da Bahia (Ifba), notaram um bloqueio na casa dos 30% em seu orçamento de custeio.

Só que, com a Ufba, que já tinha sofrido com as restrições de verba, o percentual poderia chegar a 40% só na rubrica de funcionamento – sem contar a assistência estudantil.

“Está ameaçada a universidade pública no país”, afirmou o reitor da Ufba, João Carlos Salles, ao CORREIO, nesta terça-feira (7).

Nesta quarta-feira (8), ele participa, em Brasília, de uma reunião extraordinária da comissão de orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

No encontro, os reitores participantes devem levantar os valores totais contingenciados gerais e traçar estratégias para reverter a situação. “Vamos procurar medidas legais, além do diálogo com o MEC, com a Secretaria de Ensino Superior, com o ministro (Abraham Weintraub)”, adiantou. No próximo dia 16, a diretoria da Andifes tem uma reunião marcada com o titular da pasta.

Três universidades

Só no custeio da Ufba, o bloqueio é de R\$ 47.703.394 – essa parte do orçamento é destinada ao pagamento de contas de água, luz, telefone, internet, limpeza e vigilância. Além disso, o orçamento de investimento, que estava bloqueado em R\$ 5 milhões, passou a ter um bloqueio de R\$ 6,2 milhões. Isso corresponde a 42% do total.

O caso da Ufba é delicado: assim como a Universidade de Brasília (Unb) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), a instituição foi apontada pelo ministro Abraham Weintraub como uma das três primeiras a receber o bloqueio devido ao alegado baixo desempenho acadêmico e à suposta ‘balbúrdia’ promovida por elas.

Depois que as duas justificativas foram criticadas por entidades que representam professores, estudantes e servidores, além de classes, como a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia, e viraram alvo de investigação da Procuradoria Geral da República (PGR), o MEC voltou atrás. Anunciou que o corte – de 30% – se estendia a todas as universidades e institutos federais.

Só que, agora, novamente, as três teriam sofrido um bloqueio adicional.

“Já que disseram que a gente faz balbúrdia, a nossa balbúrdia é pesquisa, ensino de qualidade e eventos discutindo temas interessantes. A gente ressignificou a palavra, nesse sentido. A universidade pode até ser chamada de terreno de balbúrdia, mas nunca seria de barbárie. A universidade é lugar de ciência, produção de conhecimento”, destacou Salles.

Contas a pagar

Agora, o pagamento das contas fica ainda mais ameaçado. No caso da luz, por exemplo, de acordo com a sentença, obtida pelo CORREIO, a dívida com a Coelba é superior a R\$ 4 milhões e que “não teria sido paga em razão de cortes orçamentários e atraso no repasse de verbas pelo MEC”.

No texto, a juíza Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, titular da 4ª Vara Federal Cível, deferiu a liminar e determinou que a fornecedora não pode suspender a energia por inadimplência, em qualquer unidade da Ufba.

A juíza cita que, caso a energia seja interrompida na instituição, que tem unidades como “hospitais públicos (incluindo maternidades), restaurantes universitários e faculdades de farmácia, nutrição, odontologia, dentre outras que prestam serviços de saúde à população”, o interesse público poderia ser “irremediavelmente ferido”, chegando a colocar em risco a vida e a saúde dos usuários dos serviços.

O reitor confirmou a situação. Segundo ele, a universidade tem tido dificuldades em alguns contratos – e a luz é um deles. Mesmo com atrasos, porém, a Ufba tem tentado racionalizar e reduzir contratos.

Agora, com a perspectiva de um orçamento ainda menor, mais contas podem ser afetadas.

“A situação que se impõe é muito grave. A nossa capacidade de resposta fica

comprometida. Hoje, estamos numa grande cruzada, com mobilização para que a gente reverta isso. Porque, como bloqueio é no orçamento global, vai impactar todo o conjunto de fornecedores”, afirmou Salles.

Em nota, a Coelba confirmou que a Ufba obteve uma liminar que impede o corte de energia, mas afirmou que existe uma ação judicial de cobrança contra a instituição – essa, por sua vez, ainda pendente de julgamento.

Outro lado

Através da assessoria, o MEC informou que o bloqueio foi "operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos", com um percentual de 30%. Segundo o órgão, a Ufba teve R\$ 50.404.206 bloqueados - não R\$ 55 milhões, como a instituição informou.

Confira o posicionamento do MEC, na íntegra

O Ministério da Educação informa que o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 9.741, de 28 de março de 2019 e Portaria 144, de 2 de maio de 2019. O bloqueio foi de 30% para todas as instituições.

Nesse sentido, cabe esclarecer que do orçamento anual de despesas da Educação, 149 bilhões de reais, R\$ 23,6 bilhões são despesas não obrigatórias, dos quais R\$ 7,4 bilhões foram contingenciados por este Decreto. O bloqueio decorre da necessidade de o Governo Federal se adequar ao disposto na LRF, meta de resultado primário e teto de gastos.

O bloqueio preventivo incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas.

Além disso, o bloqueio pode ser revisto pelos Ministérios da Economia e Casa Civil, caso a reforma da previdência seja aprovada e as previsões de melhora da economia no segundo semestre se confirmem, pois, podem afetar as receitas e despesas da União.

Cabe, ainda, destacar que, até o momento, todas as universidades e institutos já tiveram 40% do seu orçamento liberado para empenho.

A UFBA teve R\$ 50.404.206 bloqueados. Vale destacar que a Universidade tem 199 milhões de reais previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). Desse valor, 40% foram liberados no início de 2019, para custear despesas até junho. A unidade não utilizou os recursos já liberados para investimento e tem ainda R\$ 665.337 disponíveis para utilizar até junho. Já em custeio a unidade tem disponíveis R\$ 42 milhões de reais para gastar até o próximo mês.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Depois de cortes no setor, deputados estaduais criam frente de defesa da ciência

Parlamentares se juntam à comunidade universitária e a pesquisadores para tentar reverter redução no orçamento de instituições federais, determinada pela União, e da Fapemig, afetada por medida do governo estadual

Universidades, estudantes, servidores, pesquisadores e o poder público firmaram ontem um pacto em prol de um projeto de nação que passa, essencialmente, pela atividade científica. Num contexto de bloqueio de verbas para manutenção e investimento nas instituições federais de ensino e de um corte drástico no orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), foi lançada na Assembleia Legislativa (ALMG) a Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, Pesquisa e Tecnologia. Hoje, reitores de universidades continuam os esforços para reverter a decisão do governo federal e vão até o Congresso Nacional para tentar o apoio dos deputados federais contra o corte de 30% feito pelo Ministério da Educação (MEC).

Apenas um deputado não assinou o documento de criação da frente parlamentar: Guilherme da Cunha (Novo). Antes da sessão, pesquisadores se concentraram na Praça Raul Soares, de onde partiram até a Assembleia, na Marcha pela ciência – em defesa da Fapemig. A instituição estadual de fomento à pesquisa saiu de um orçamento anual de R\$ 300 milhões para R\$ 70 milhões. Grande parte da expectativa de reverter o quadro também vem da ALMG, onde tramita um projeto de emenda constitucional (PEC) obrigando o governo a cumprir a legislação estadual e aplicar 1% do Produto Interno Bruto (PIB) na pesquisa.

“É um momento histórico em que o desenvolvimento científico ganha o reconhecimento da Casa. A oportunidade de Minas Gerais sair da crise fiscal vem por meio do desenvolvimento”, disse o presidente da Fapemig, Evaldo Vilela. “Não é um choro por mais dinheiro. Estamos tentando convencer o governo da importância do que Minas faz em termos de pesquisa, tecnologia e inovação”, acrescentou.

A reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Goulart, voltou a afirmar que não se pode pensar em enfrentar uma crise sem investir em educação, ciência e tecnologia. Segundo ela, os cortes representam o risco de descontinuidade de todo esse trabalho. “Nenhuma sociedade existe sem universidade”, disse, citando Darcy Ribeiro. “Somos a solução para os problemas do estado e do país. Se não defendermos nosso patrimônio, não haverá futuro para nosso estado nem nosso país”, relatou. Na UFMG, o corte na Fapemig se traduziu no fim das bolsas de iniciação científica e do ensino médio e de projetos de pesquisadores. O baque nas finanças chegou a R\$ 15 milhões.

O pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Sérgio de Aquino, lembrou que no Brasil cerca de 95% das pesquisas dependem de recursos públicos. A afirmação foi reiterada pela reitora da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg), Lavínia Rosa Rodrigues: “A educação tem o apelo de ser a grande base de sustentação da pesquisa e da extensão”.

O corte anunciado pelo governo do estado em fevereiro afetou 5 mil bolsas em toda Minas Gerais. No Instituto René Rachou/ Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o impacto foi de R\$ 4 milhões. Todas as pesquisas estavam em andamento. Entre elas, projetos de desenvolvimento de medicamentos, de vacinas, de testes de diagnósticos para várias doenças tropicais e pesquisas relacionadas à dengue. A vice-diretora de Ensino da Fiocruz, Cristiana Brito, lembrou que o corte da Fapemig afetou, principalmente, as

bolsas de iniciação científica (alunos de graduação que estão entrando na carreira da ciência) e também as chamadas bolsas júnior, relativas a alunos do ensino médio. “Esses estudantes são muito importantes, pois são o futuro, aqueles nos quais estamos despertando o gosto pela carreira de pesquisador”, disse.

Os alunos da graduação e do nível médio estavam em fase final de seleção para a bolsa de R\$ 400 quando veio a notícia do corte. “Tivemos de avisar aos aprovados que não seria possível continuar. O aluno que está começando agora desanima. E, no futuro, não haverá estudante interessado no mestrado, no doutorado nem pesquisador”, completou a vice-diretora.

TUMULTO Um princípio de tumulto movimentou a sessão de criação da frente parlamentar. O deputado Coronel Sandro (PSL) inflamou os ânimos de estudantes, pesquisadores e professores presentes no auditório da Assembleia, ao defender a decisão do governo federal de bloquear 30% do orçamento das instituições. Ele fez questão de pôr entre aspas os cortes. “Não posso acreditar que o presidente (Jair Bolsonaro) tome a atitude porque está abrindo guerra contra as universidades, pois a história mostra o contrário”, disse, lendo manchetes de jornais relativas a bloqueios em governos anteriores, de valores muito menores que os atuais.

Ele bateu boca com o público presente dentro e fora da sala. Depois de 20 minutos de fala, se estranhou com o deputado Ulisses Gomes (PT). Foi preciso intervenção da deputada Beatriz Cerqueira (PT) para apartar os dois. Coronel Sandro saiu escoltado pela Polícia Legislativa.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

Weintraub minimiza contingenciamento na verba da Educação

Ministro foi ao Senado apresentar prioridades e diretrizes da gestão da educação

Após bloquear 30% dos recursos das universidades federais do País, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou o tamanho do contingenciamento em audiência ontem na Comissão de Educação, no Senado. “É sacrossanto o orçamento? Não podem economizar nem uma migalha?”, disse ao ser questionado sobre a dificuldade relatada pelos reitores em manter as instituições após a redução de recursos.

“A universidade federal hoje no País custa R\$ 1 bilhão. Não dá para buscar nada [para cortar]? Todo mundo no País está apertando o cinto”, completou Weintraub. Ele esteve no Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários para a pasta, no entanto, não apresentou projetos. O ministro criticou programas petistas, como Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e voltou a defender cortes na área de humanas.

Com o bloqueio de R\$ 7,3 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC), Weintraub negou por diversas vezes que haja corte de recursos para as universidades federais e disse que houve um contingenciamento. “Se a economia tiver crescimento, com a aprovação da Reforma da Previdência, se descontinua o recurso. Não há corte, a economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos”, disse.

Ele ainda propôs aos reitores que marquem reuniões com o MEC para discutir a nova situação financeira das universidades federais. Weintraub chegou a comparar a situação

do contingenciamento com a de empresas privadas. "30% é sobre uma parte pequena do volume total de despesa. O dono de uma empresa às vezes tem que fazer corte de 20% e sobrevive", disse.

Questionado sobre o contingenciamento de recursos também para a educação básica, o ministro apenas afirmou que o bloqueio não é permanente e pode ser revertido com a melhora da economia. Também questionado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede) sobre o bloqueio de verbas para a construção de creches, que minutos antes havia sido elencado por Weintraub como prioridade, o ministro não respondeu. "Quantas creches o governo Dilma [Rousseff] cortou", se limitou a dizer. (Agência Estado)

topo ↕

A CRÍTICA DO ACRE - TEMPO REAL

Não há corte. Há um contingenciamento, diz ministro após bloqueio de verbas. Instituições federais tiveram 30% da verba bloqueados. Abraham Weintraub defendeu a medida que é sobre "uma parte pequena do volume total de despesas"

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. "Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia", garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre "uma parte pequena do volume total de despesas", que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: "A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados". Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de "soberania" dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. "A autonomia universitária não é soberania", disse. "Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso", afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. "A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base", disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. "Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades", disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

Humanas X Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. "Gente que é paga para estudar", disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema "de peito aberto" com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: "o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos".

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. "É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo", criticou.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Cruesp divulga manifesto em defesa da ciência brasileira

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas referenda total apoio às ações organizadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e pela Academia Brasileira de Ciências e SBPC

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) em resposta publicou, nesta segunda-feira (6), um manifesto de apoio às ações organizadas pela comunidade científica lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências e outras entidade em defesa da pesquisa e contra os cortes de recursos para o sistema nacional de CT&I e educação superior.

Confira na íntegra o texto:

Carta de apoio ao movimento em defesa da ciência brasileira

Há muito que a Ciência deixou de ser uma preocupação exclusiva dos cientistas para tornar-se peça estratégica nos assuntos de Estado. Na chamada sociedade do conhecimento, onde a hegemonia política e econômica quase sempre é proporcional ao grau de independência científica e tecnológica, essa relação mostra-se ainda mais aguda.

Desde a década de 1950, a comunidade científica brasileira se esforça para consolidar uma política de Estado voltada para Ciência e Tecnologia. Datam desse período, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que se tornaram fundamentais para o país. Atualmente, seria

impossível imaginar que o Brasil consiga atender às principais demandas nacionais, com crescimento social e econômico, sem a atuação de instituições voltadas para a pesquisa científica.

As universidades públicas estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) respondem por mais de 35% da produção científica nacional e são responsáveis por 35% dos programas de pós-graduação de excelência no país. Elas ocupam lugar de destaque entre as universidades brasileiras no que diz respeito a inovações, bem como nos rankings internacionais de ensino superior. Considerando o grande destaque nacional no cenário científico e tecnológico, foi com grande surpresa e preocupação que estas instituições receberam a notícia sobre o corte de 42% nas despesas e investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), anunciado em fins de março pelo governo federal, bem como cortes no financiamento de universidades federais anunciados pelo Ministério da Educação (MEC).

Surpresa, porque o atual governo chegou à Presidência da República acenando com a elevação nos investimentos em CT&I, passando dos atuais 1,5% do PIB para 3%, como ocorre na União Europeia. E preocupação porque, uma medida dessa natureza, implicará em consequências danosas não apenas para o sistema nacional de CT&I, mas para a sociedade como um todo. Setores estratégicos, como saúde, energia e agricultura, por exemplo, certamente serão gravemente afetados se estas restrições orçamentárias não forem corrigidas.

Agências públicas federais de fomento que integram o sistema nacional de CT&I são fundamentais para o funcionamento das universidades, que dependem desses recursos para financiar suas linhas de pesquisa. É importante lembrar que 95% da produção científica brasileira é feita em universidades públicas, federais ou estaduais, e por institutos de pesquisa, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Interromper o fluxo de recursos para estas instituições, assim como para as universidades, constitui um equívoco estratégico que impedirá o país de enfrentar muitos de seus desafios sociais.

As universidades estaduais paulistas, por meio do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), manifestam seu integral apoio às ações organizadas pela comunidade científica nacional lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências e outras entidades, em defesa da pesquisa e contra os cortes de recursos para o sistema nacional de CT&I e educação superior, na expectativa de que a inegável contrapartida dada pelas instituições científicas brasileiras aos impostos pagos pelo contribuinte seja reconhecida e respeitada.

Campinas, 4 de maio de 2019.

Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp)

topo ↕

GAZETA DIGITAL - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a

economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingência”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.s. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

Humanas X Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas,

Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. "Gente que é paga para estudar", disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema "de peito aberto" com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: "o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos".

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. "É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo", criticou.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Sistema S deve utilizar normas contábeis aplicadas ao setor público

O Tribunal de Contas da União (TCU), sob a relatoria do ministro-substituto Weder de Oliveira, determinou que as entidades do Sistema S utilizem as normas contábeis aplicadas ao setor público, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A determinação da Corte de Contas desta quarta-feira (30) reforça o que foi decidido em 2016, com as devidas atualizações normativas. Assim, as entidades do Sistema S terão o prazo de um ano, a partir da notificação da última deliberação (Acórdão 991, de 2019, do Plenário do TCU) para adequar seus sistemas contábeis.

As demonstrações contábeis deverão ser elaboradas com base na contabilidade aplicada ao setor público, seguindo os moldes exigidos pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica aplicada ao Setor Público – Estrutura Conceitual (NBC TSP EC).

Caso a NBC TSP EC seja modificada ou revogada, o Sistema S deverá seguir outra norma do conselho que vier a ser adotada. O ministro-relator Weder de Oliveira explicou que o TCU admitirá "a utilização concomitante da contabilidade empresarial, se assim entender necessário e conveniente" a entidade componente do Sistema S.

Além da determinação, o Tribunal recomendou que as demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a NBC TSP EC, sejam assinadas pelos contadores responsáveis e com a indicação dos nomes dos dirigentes do sistema.

Agora, o TCU vai constituir seis processos separados para monitorar, em cada área de atuação do Sistema S, o cumprimento de suas deliberações. O monitoramento vai abranger as entidades do setor industrial (Sesi e Senai), do comércio (Sesc e Senac), dos transportes (Sest e Senat), da agricultura (Senar), do cooperativismo (Sescoop) e das microempresas (Sebrae).

Também haverá um outro processo no âmbito da Corte de Contas que se destinará a ouvir a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. Essas duas secretarias poderão apresentar esclarecimentos sobre “a atuação do órgão central de contabilidade da União no tocante aos recursos federais arrecadados e geridos pelos serviços sociais autônomos”, explicou Weder de Oliveira.

Não foram abrangidos pela decisão do TCU os demais serviços sociais autônomos: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Associação das Pioneiras Sociais (APS) e Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

Serviço:

Leia a íntegra da decisão: Acórdão 991/2019 – Plenário

Processo: TC 027.202/2016-0

Sessão: 30/04/2019

Secom – ED/xx

Telefone: (61) 3316-5060

E-mail: imprensa@tcu.gov.br

topo ↕

JC NET - TEMPO REAL

Ministro da Educação admite liberar verba após reforma da Previdência

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo

de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

Humanas X Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

[topo](#)

METRO-DF - TEMPO REAL

Weintraub - bloqueios de verba em universidades podem encerrar se economia for retomada

Po

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre

o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

Humanas X Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos

criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

topo ↕

MONEY TIMES - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia.

Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Exclusivo: O segredo para ganhar com Petrobras em qualquer cenário

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

Humanas X Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Exclusivo! Cadastre-se para receber um dia antes a Carteira Money Times - O Consenso do Mercado

Digite seu e-mail aqui

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

topo ↕

O TEMPO - MG - TEMPO REAL

Ministro da Educação nega cortes nas verbas de universidades Abraham Weintraub se disse surpreso com a repercussão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena das despesas”

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais

no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

Humanas x Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

[topo](#)

PARANÁ PORTAL - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

Atos contra corte de recursos para universidades estão programados para 15 de maio no Paraná

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

“Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?”, questiona ele. “A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado”, completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. “A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos”, diz. “Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto”.

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. “Balbúrdia é cortar 30% da educação”, diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu.

Após corte de verbas, alunos criam página para compartilhar ‘balbúrdia’ na UFPR
Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. “Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite”, disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

“O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]”, disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do

segundo.

UFPR cria núcleo para estudar medidas jurídicas contra corte de verba
Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física.

“A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança”, disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez.

Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão.

Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Bolsonaro afirma que dinheiro retirado de universidades será investido na base; UFPR se diz ameaçada

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Crise na UFPB - bloqueio de verbas chega a quase R\$ 50 milhões

O corte de quase R\$ 50 milhões no orçamento da Universidade Federal da Paraíba deve trazer problemas também para o funcionalismo da instituição. O alerta foi feito na tarde desta terça-feira (07) por meio de nota encaminhada à imprensa pela instituição.

Segundo a nota, a universidade já trabalha com orçamento inferior às suas necessidades. Segundo a Reitoria, a justificativa apresentada pelos representantes do governo é infundada, principalmente ao considerar os índices de desempenho das UF's.

A nota ainda convoca as pessoas a enfrentarem e resistirem aos ataques desferidos contra a universidade. O documento ainda reafirmou o 'compromisso' de defender o pleno funcionamento da UFPB e da universidade gratuita, de qualidade, inclusiva e referenciada socialmente.

Leia nota na íntegra:

A Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) informa a Comunidade Universitária e a Sociedade Paraibana que o Governo Federal, através do Ministério da Educação, bloqueou R\$ 44.742.865,00 (quarenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) de recursos de custeio e capital, correspondendo a 30% (trinta por cento) dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019. Cabe ressaltar que, antes do anúncio deste corte, a UFPB já trabalhava com orçamento inferior às suas necessidades.

Esta intervenção afetará 45,5% (quarenta e cinco vírgula cinco por cento) na ação responsável pelo funcionamento cotidiano da universidade. Além disso, foram bloqueados R\$ 5.645.537,00 (cinco milhões seiscentos e quarenta e cinco mil quinhentos e trinta e sete reais) de recursos de capital oriundos de emendas da bancada federal de deputados e senadores, chegando aos 32,75% (trinta e dois vírgula setenta e cinco por cento) de corte total, o que afeta profundamente o Hospital Veterinário, a Escola Técnica de Saúde e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

É do conhecimento público que as justificativas apresentadas pelos representantes do governo federal para este tipo de intervenção nos recursos orçamentários das universidades federais (IFES), e divulgadas pela imprensa, são absolutamente infundadas, considerando o crescimento exponencial dos índices de desempenho da UFPB e das demais IFES espalhadas pelo território nacional.

A UFPB ocupa, atualmente, o 4º lugar no Brasil em registro de patentes; é a 4ª melhor Universidade do Nordeste e a 28ª da América Latina; a 12ª da América do Sul e 8ª do Brasil em produção de pesquisas em ciências naturais. Além disso, com o intuito de promover a integração, divulgação e distribuição de saberes, realizou, somente em 2018, mais de 180 encontros acadêmicos com repercussão local, nacional e internacional e mantém convênios científicos com quase 90 países.

As universidades federais, embora em menor número comparativamente ao conjunto das universidades privadas, são responsáveis pela formação de qualidade de milhares de profissionais lançados no mercado de trabalho, pelo funcionamento da esmagadora maioria dos melhores programas de pós-graduação avaliados pelas **Capes**, pela quase totalidade da ciência de ponta produzida no Brasil e pela promoção incessante de arte,

cultura e cidadania em nosso país.

A UFPB é responsável pela formação inicial e continuada na área de educação por meio do Comitê Institucional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR), capacitando mais de 41.820 profissionais nos 223 municípios do Estado. Mantém 1.100 ações de extensão que chegam à sociedade das mais diversas formas, emprega 6.353 servidores efetivos e mais de 1.240 funcionários terceirizados, movimentando a economia do estado, especialmente nas cidades onde estão instalados os Campi II, III e IV.

As IFES são, portanto, um patrimônio estratégico inestimável do povo brasileiro. Sem elas não haverá Ensino, Pesquisa, Extensão, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura de qualidade disponível para toda a sociedade brasileira. Não há projeto de Nação que se instaure nos marcos da civilização e da democracia sem a participação efetiva das Universidades Públicas brasileiras.

Por fim, a Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba reafirma seu compromisso institucional de defender, em todas as instâncias cabíveis e por todos os meios pertinentes, o pleno funcionamento de todas as unidades da UFPB, bem como a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Inclusiva e Referenciada Socialmente. Sem Educação de excelência não é possível construir um país com desenvolvimento econômico, justiça social e democracia política. Por isso, conclama a todas as pessoas que assim pensam a “enfrentar e resistir” a todos os ataques que venham a ser desferidos contra a nossa Universidade.

topo ↕

PRIMEIRA EDIÇÃO - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação

Segundo ele, investimentos voltarão após aprovação da Previdência

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

HUMANAS X EXATAS

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

FIES

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

topo ↕

TNONLINE - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha

de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

Humanas X Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

[topo](#)

TODO DIA - SP - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica

Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

HUMANAS X EXATAS

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

FIES

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

topo ↕

TRIBUNA DE MINAS - MG - ÚLTIMAS

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica Segundo ele, investimentos voltarão após aprovação da Previdência

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

O conteúdo continua após o anúncio

Humanas x Exatas

Weintraub também falou sobre a decisão de reduzir investimentos na área de humanas e priorizar as disciplinas de exatas e biológicas, como engenharia e medicina. Segundo ele, a decisão está baseada em números e critérios técnicos.

Weintraub disse que apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico. Ainda assim, segundo ele, a maioria das bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** são de estudantes da área de Humanas. “Gente que é paga para estudar”, disse acrescentando que, na maioria dos casos, esse investimento não traz retorno efetivo ao país.

O ministro se colocou à disposição para debater o tema “de peito aberto” com o Congresso e disse que o MEC não quer impor nada a ninguém: “o diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. [Espero] que a gente se livre um pouco dos preconceitos”.

Fies

Sobre o programa de financiamento estudantil (Fies) o ministro voltou a dizer que o dinheiro investido pelos governos anteriores serviu para inflar os cursos de graduação nas instituições privadas. Na avaliação de Weintraub, o programa fez com que os alunos criassem dívidas e ficassem sem emprego. “É uma tragédia o financiamento estudantil. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo”, criticou.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo ainda não tem posição sobre fundo para o ensino básico

Prestes a vencer, Fundeb, que representa 40% dos gastos na etapa, vai a debate na Câmara a partir desta quarta

Um dos principais pontos a respeito da renovação do Fundeb, mecanismo central do financiamento da educação básica no país, é também aquele que representa a maior dúvida com relação à posição do governo Jair Bolsonaro (PSL): o aumento da complementação financeira por parte da União.

O fundo, que hoje representa 40% do que é gasto com os estudantes da creche até o ensino médio, vence no ano que vem, e a discussão oficial no Congresso vai começar nesta quarta-feira (8), quando a Câmara instala a comissão especial que trata do tema.

O prazo apertado preocupa especialistas: há o temor de que o modelo atual seja mantido, ou até mesmo que não haja a renovação. Praticamente todos os atores envolvidos nesse debate defendem uma ampliação do complemento da União, hoje de 10%.

A Folha questionou os ministérios da Educação e da Economia sobre o tema e não recebeu resposta —todas as sinalizações da equipe econômica têm sido no sentido de não ampliar gastos da União.

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão do MEC, informou que realiza análises sobre efeitos distributivos do mecanismo, para “promover uma

maior equalização das oportunidades educacionais entre todos os entes governamentais”. Questionado, o órgão também não respondeu sobre a complementação.

Há consenso sobre a necessidade de tornar o Fundeb permanente. Mas tanto o percentual de aumento da complementação quanto formatos de distribuição dos recursos geram divergências entre setores da área educacional.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios, e a complementação da União integra a distribuição entre aqueles estados (e seus respectivos municípios) que não atingiram um valor mínimo a ser gasto por aluno.

As verbas são redistribuídas entre as redes com base no número de alunos, etapa e modalidade (vagas em creche e ensino integral representam mais dinheiro, por exemplo).

No ano passado, o fundo distribuiu R\$ 148,3 bilhões —cerca de R\$ 4 a cada R\$ 10 gastos na área. Mas o valor investido por aluno no ano, considerando todas as fontes, varia quase sete vezes no país, entre o município que tem mais recursos e o município que tem menos. Das 5.570 cidades do país, 62% (3.199) têm disponíveis menos de R\$ 400 por mês por aluno.

Posicionamento do Forum dos Governadores, Consed e Undime (que representam secretários de Educação) defende um aumento imediato da complementação de 10% para 20% e ampliação de 2 pontos percentuais por ano até alcançar 40%. Mudanças nas regras de distribuição não são citadas pelo grupo.

O secretário de Educação de Pernambuco, Frederico Amancio, diz que o investimento no Brasil é insuficiente e que incrementar o Fundeb seria coerente com o lema do governo, “menos Brasília, mais Brasil”.

“O aumento do papel da União não será de imediato, cabe planejamento e uma construção ao longo dos anos. Uma parte dos programas do MEC hoje descentralizados poderia ser unificada”, diz ele, que é vice-presidente do Consed.

Hoje, quase 80% do que é gasto sai dos cofres de municípios e estados. Apesar de o percentual do PIB (Produto Interno Bruto) investido em educação no Brasil ser similar ao de nações ricas, os gastos por aluno da educação básica no país são bem inferiores.

O Projeto de Emenda Constitucional que começará a ser discutido na Câmara prevê uma progressão de 15% para 30% na complementação.

Em conjunto com a CNM (Confederação Nacional dos Municípios), o Movimento Todos Pela Educação defende uma expansão de até 20%, mas o foco da proposta do grupo, que coincide nesse ponto com o texto da Câmara, é a reformulação nos critérios de distribuição dos recursos já disponíveis.

A ideia é basear a distribuição a partir do município, fazendo com que os mais pobres recebam mais (mesmo se estiverem em estados mais ricos). Hoje, a fórmula de complementação é feita a partir do estado. Com a redistribuição, redes que contam com

um valor por aluno total mais alto perderiam recursos para que mais pobres recebam.

“Precisamos corrigir as distorções. O país tem que ter coragem de entrar em um processo mais redistributivo, mesmo sabendo que alguns ganham e outros perdem, mas que seja baseado em justiça social”, diz Caio Callegari, do Todos Pela Educação.

A deputada Professora Dorinha (DEM-TO) diz que o ajuste do Fundeb, com a definição de um valor por aluno aliado a uma referência de qualidade, pode melhorar a aplicação de recursos.

“Ao invés de o dinheiro ficar concentrado no MEC, com programas por adesão, a ideia é termos um valor-aluno que seja mais justo. Assim, municípios e estados aplicam e terão os resultados cobrados”, diz.

Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que o tempo curto pode resultar em um Fundeb de baixa qualidade.

A entidade tem apoiado a proposta dos governadores, Consed e Undime e advoga pela inclusão do conceito de Custo-Aluno Qualidade (CAQ), que especifica quanto é preciso investir por aluno para garantir condições mínimas de qualidade.

“A melhor distribuição dos recursos não se resolve com o Fundeb, mas com a revisão do pacto federativo. O CAQ olha a estrutura das escolas e é uma trava para que o investimento seja direcionado corretamente”, diz Cara.

A ideia do CAQ é garantir como deve ser o padrão da oferta de vaga —com quesitos como quantidade de alunos por educador, a existência de brinquedoteca, entre outros pontos. Hoje, o repasse por creche é maior, mas não há garantia de que o prefeito invista todo o recurso nesta etapa.

Para Raphael Callou, diretor no Brasil da OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos), é importante que o projeto seja baseado em aperfeiçoamentos progressivos.

“Ninguém vai querer se comprometer [com a revisão do modelo] se houver a previsão de um reajuste imediato”, afirma ele.

Era esperado que o governo encaminhasse ao Congresso um texto substitutivo para capitanear as discussões, mas isso não deve ocorrer.

A expectativa é que os entendimentos do governo sejam incluídos em emendas. O MEC realizou na segunda-feira (6) um encontro sobre o tema, mas não avançou para definir que posição defenderá.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Perda com má alocação de recursos atinge 3,9% do PIB no Brasil

Segundo Banco Interamericano de Desenvolvimento, isso prejudica serviços essenciais, contribui para a desigualdade social e limita o crescimento da economia

Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que os gastos públicos ineficientes do Brasil chegam a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, o país perde US\$ 68 bilhões — o equivalente a R\$ 267 bilhões — por ano com a má

alocação de recursos. Esse processo, além de prejudicar a melhoria dos serviços essenciais, como educação, saúde e segurança pública, contribui para a desigualdade social e limita o crescimento da economia.

As despesas públicas representam 42,2% do PIB do Brasil. O patamar está muito acima do de nações vizinhas da América Latina e Caribe, que gastam, em média, 29,7% do PIB da região. Segundo os organizadores do estudo, Alejandro Izquierdo e Carola Pessino, o ideal seria que o país estivesse num patamar entre 30% e 35%. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, confirmou que o governo federal tem despesas altas e não consegue reduzir a desigualdade social.

Para ele, o primeiro processo para melhorar a aplicação de recursos é a aprovação da reforma da Previdência, só assim será possível abrir espaço para outras áreas. O BID mostra que os gastos com educação somam 5,9% do PIB brasileiro, sendo maior que a média de 5,3% dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pesquisadora Carola Pessino entende que é preciso investir nos jovens pobres, porque dá um retorno maior do que se os recursos fossem aplicados em universidade.

O banco internacional também avalia que é preciso valorizar financeiramente os professores com melhores desempenhos, assim como os estudantes, que podem ser avaliados pelas provas do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, sigla em inglês). De acordo com Carola, a eficiência aumenta quando se estabelece critérios de meritocracia.

Na saúde, por sua vez, o Brasil gasta menos que a média das nações da OCDE, mas, de acordo com os pesquisadores, o resultado é natural, já que o país tem uma população jovem por enquanto. O BID defendeu que é preciso priorizar projetos de impacto social, e entregou sugestões ao governo federal para evitar o desperdício do dinheiro público.

Dilema

O vice-presidente de Países do BID, Alexandre Meira da Rosa, afirmou, durante o evento, que o Brasil se tornou uma sociedade de renda média e, por isso, tem uma sociedade que exige mais condições e melhorias no padrão de vida. “Também é uma região que sofre com uma carga tributária alta. Nós estamos nesse dilema de uma sociedade que quer mais e de estados que podem cada vez fazer menos (dado ao quadro fiscal grave)”, disse. “O estudo não trata e não defende os cortes lineares de gastos sem reflexão mais profunda, mas, sim, que devemos trabalhar dentro de processos de eficiência”, completou.

A pesquisa do BID sugere que, por conta do valor alto, há um “amplo espaço” para que os gastos sejam empregados de maneira mais eficiente e os serviços públicos melhorem sem a necessidade de aumento das despesas. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou, porém, que 94% do Orçamento está comprometido com despesas obrigatórias, o que limita a capacidade de gestão do setor público.

Previdência lidera despesas

O principal gasto público existente no Brasil é com benefícios previdenciários. As despesas com aposentadorias e pensões são as maiores da América Latina e Caribe. Caso a reforma da Previdência não seja concretizada, o orçamento público será

totalmente tomado por esses custeios nas próximas décadas. Segundo projeção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), até 2065, o Brasil gastará 138% do Orçamento com a Previdência.

Ou seja, as despesas com os benefícios sairão dos atuais 16% do Produto Interno Bruto (PIB) para 27,6%. Além disso, com o envelhecimento da população, os custos com saúde terão que aumentar. A estimativa do BID é de que a alta seja de 5,2 pontos percentuais, o que deverá encolher os investimentos em educação. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que a aplicação de recursos no Brasil é ineficiente porque o país gasta muito com itens que não deveria, como a Previdência, “já que ainda temos uma população jovem”.

“Não será (jovem daqui a 20 anos), mas ainda é”, afirmou Mansueto. “As novas regras (da Previdência) serão debatidas politicamente. Nós temos que ter esse debate de forma muito transparente e aberta para tomar uma decisão correta. O que não pode é as pessoas quererem priorizar ciência e tecnologia, saúde e aumentar investimento público, mas não quererem fazer reforma da Previdência. Essas coisas não conversam”, completou o secretário.

Para ele, a reforma não vai resolver todos os problemas do Brasil, mas é o “primeiro passo” para solucionar várias pendências, como a melhor aplicação de dinheiro público na educação. “Nós temos um país que passa por um processo de envelhecimento tão rápido, e a consequência natural disso é a queda do crescimento. Daqui a 25 anos, se não fizermos uma revolução na educação em cinco, ou 10 anos, o nosso trabalhador, que ainda vai nascer, vai chegar no mercado de trabalho daqui a 25 anos com baixa produtividade. E isso, com redução de população, isso vai impactar fortemente no nosso potencial de desenvolvimento”, disse Mansueto.

Para o vice-presidente de Países do BID, Alexandre Meira Rosas, quando os investimentos na formação de capital humana são retirados no presente, condena a economia para os jovens. “Essa é uma alocação ineficiente, que condena o futuro”, declarou. Mansueto Almeida disse que o investimento na educação básica está ligado aos governos estaduais, que estão com restrições orçamentárias e também serão beneficiados com a reforma da Previdência.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Corte de 30% do MEC vai limitar pesquisas, limpeza e vigilância do Instituto Federal do AP

Ifap busca reverter e prevê redução apenas para o 2º semestre. Unifap, também afetada pela redução, não se manifestou.

O bloqueio de 30% das verbas orçamentárias de universidades e institutos federais anunciado no dia 30 de abril pelo Ministério da Educação (MEC) também repercutiu no Amapá, onde duas instituições devem ser prejudicadas com a decisão: o Instituto Federal do Amapá (Ifap) e a Universidade Federal do Amapá (Unifap).

O Ifap atua em seis municípios com os campi de Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Oiapoque, Porto Grande e Pedra Branca do Amapari. A instituição se manifestou através de nota, onde apontou prejuízos educacionais, estruturais e de patrimônio.

No comunicado, o instituto confirmou consequências já anunciadas pelo país:

pesquisas, projetos de extensão, limpeza, vigilância, manutenção e aquisição de novos equipamentos serão influenciados negativamente com o corte.

"Contratos como os de limpeza, manutenção predial e vigilância precisarão ser redimensionados para sua continuidade. De maneira semelhante, a aquisição de equipamentos novos, contratação de novas obras e a concessão de bolsas de pesquisa, inovação e extensão precisarão ser reduzidas para caberem no novo cenário orçamentário da instituição", diz a nota.

Num primeiro momento, o bloqueio deve afetar somente o orçamento previsto para o segundo semestre desse ano. O Ifap ainda tenta reverter a decisão com apoio de representantes do estado no Senado Federal e Câmara dos Deputados.

A instituição informou que durante esta semana, reuniões com representantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, devem acontecer.

Reitor e pró-reitores da Universidade Federal do Amapá (Unifap) se reuniram na segunda-feira (6) para dimensionarem os impactos da decisão do MEC.

A Unifap foi procurada pela Rede Amazônica e não se manifestou sobre a redução no repasse. A universidade chegou a confirmar uma entrevista na terça-feira (7), mas desmarcou.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Governo bloqueia R\$ 5,8 bilhões do orçamento das Forças Armadas

O governo vai contingenciar R\$ 5,8 bilhões do orçamento do Ministério da Defesa. O valor representa cerca de 44% do orçamento discricionário (despesas não obrigatórias) da pasta. O corte foi debatido hoje (7) durante reunião do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, com integrantes do Alto Comando das Forças Armadas, que incluem os principais chefes da Marinha, Exército e Aeronáutica. Após a reunião, os militares almoçaram com o presidente Jair Bolsonaro, na sede do quartel-general do Exército, em Brasília.

"Tal bloqueio, no momento, não impõe necessidade de mudanças na operacionalidade do Ministério da Defesa. A pasta trabalha com a expectativa de recuperação da economia e reequilíbrio do orçamento brevemente", informou a assessoria do ministério, em nota. A pasta também negou que haverá comprometimento das "atividades cotidianas" do setor. O bloqueio no orçamento faz parte de um decreto de contingenciamento definido pela área econômica do governo na faixa de R\$ 30 bilhões, que atingiu outras áreas, como o corte de 30% do orçamento das universidades e institutos federais.

"O fato em si, e nós temos sido contingenciados, está dentro de um contexto do que a administração pública entende no momento, para que, no futuro, com a aprovação da nova Previdência e outras ações estruturantes, o governo, de maneira geral, possa reacomodar esse orçamento, não apenas do Ministério da Defesa, mas de outros ministérios envolvidos", disse o porta-voz do Palácio do Planalto, Otávio Rêgo Barros, durante coletiva de imprensa.

MEC

No caso do contingenciamento das instituições federais de ensino, o Ministério da Educação (MEC) informou, por meio de nota, “que o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos”. Segundo a pasta, foram bloqueados R\$ 7,4 bilhões do total de R\$ 23,6 bilhões de despesas não obrigatórias. No total, o orçamento anual do MEC, incluindo gastos obrigatórios, é R\$ 149 bilhões.

“O bloqueio preventivo incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas”, informou o MEC.

Reestruturação

O porta-voz do Palácio do Planalto também destacou a recriação dos ministérios da Integração Nacional e das Cidades, que havia sido confirmada, mais cedo, pelo presidente Jair Bolsonaro .

“Caso o Congresso aprove a a autonomia do Banco Central, este perderá o seu status ministerial, de forma que se manterá a estrutura inicial com 22 ministérios”, disse Rêgo Barros. O porta-voz também disse que a atribuição da Secretaria de Governo no monitoramento de organizações governamentais, definida pela Medida Provisória 870, editada por Bolsonaro, poderá ser repassada para outra pasta, a Secretaria-Geral da Presidência. A mudança ainda está em estudo no governo.

O governo também quer manter o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança, como definido pela MP após a extinção do Ministério da Fazenda, pasta à qual o Coaf era vinculado.

“O governo deixa claro, por intermédio dos ministros Onyx Lorenzoni [Casa Civil] e Sergio Moro [Justiça], além do próprio senador Fernando Bezerra, que é o relator da proposta, o nosso intento da manutenção do referido conselho, subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, pela prioridade dada à inteligência no combate ao crime de lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo”, disse Rego Barros.

A MP da reestruturação do governo deve ser votada na comissão especial mista do Congresso Nacional ainda esta semana e depois seguirá para os plenários da Câmara e do Senado. Ela tem que ser votada e aprovada até dia 3 de junho, quando perde a validade.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Cortar educação é política míope e afeta desenvolvimento, diz especialista

A decisão do governo de Jair Bolsonaro de cortar gastos da educação superior do Brasil é uma política "míope", que não pensa no longo prazo e que pode afetar o desenvolvimento do Brasil, segundo o pesquisador americano Walter W. McMahon.

Professor de economia da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, McMahon é especialista na relação entre investimentos nacionais em educação e resultados no desenvolvimento econômico dos países. Ele é autor de livros como "Higher Learning, Greater Good: The Private and Social Benefits of Higher Education" (Ensino Superior,

Bem Maior: Os Benefícios Privados e Sociais do Ensino Superior). Segundo ele, é difícil entender justificativas para cortes em educação, e o dinheiro gasto neste tipo de política deveria ser pensado como um investimento no futuro.

Leia também: Pesquisadores estrangeiros se voltam contra cortes de Bolsonaro na educação

Em entrevista ao blog **Brasilianismo**, o pesquisador avaliou que o Brasil já ultrapassou os estágios iniciais de desenvolvimento que requerem investimento apenas na educação básica, e é preciso pensar na formação superior e de doutores. Para ele, o país deveria se espelhar em países como a Coreia do Sul, que alcançaram altos índices de desenvolvimento e alta renda per capita a partir do investimento em educação.

McMahon também criticou o que vê como um erro comum de desvalorização de ciências humanas –como a proposta do governo Bolsonaro de cortar gastos em cursos de sociologia e filosofia. Ele defendeu que investimentos em áreas de humanas também geram benefícios econômicos para o país no longo prazo.

Leia abaixo a entrevista completa.

Brasilianismo – O senhor acha que pode haver algum efeito positivo na economia de verba da educação superior?

Walter W. McMahon – Não. Acho que isso pode ter um efeito muito negativo para o desenvolvimento econômico do Brasil. O Brasil depende muito da formação educacional da sua força de trabalho, da formação de doutores que criam novas ideias e novas tecnologias e adaptam elas. Realizar cortes nisso me parece uma política míope do ponto de vista do desenvolvimento econômico do Brasil.

Brasilianismo – O governo fala em focar os gastos na educação básica. Acha que isso faz sentido? É preciso escolher entre um e outro?

Walter W. McMahon – Sim, isso poderia fazer sentido, caso não houvesse uma educação secundária universal. Antes de um país alcançar a universalidade da educação secundária, é preciso focar nisso em vez de pensar em aumentar investimentos na educação superior. A educação básica universal deve realmente ser alcançada primeiro. Isso é fundamental para ter uma distribuição de renda mais igualitária com o tempo, para que todos possam participar da força de trabalho do país. Sim, faz sentido priorizar isso em estados iniciais de desenvolvimento. Mas o Brasil atualmente com certeza já está bem além dos estados mais básicos de desenvolvimento econômico. O país precisa expandir a sua formação superior de dois anos e de quatro anos.

Brasilianismo – O senhor estuda muito a conexão entre educação e desenvolvimento econômico. Considerando a situação atual do Brasil, que tenta sair de uma longa crise econômica, de que forma acha que a educação poderia ajudar o Brasil a recuperar sua economia?

Walter W. McMahon – Bem, aqui estamos falando do lado da oferta, da capacidade da economia de crescer, expandir e se desenvolver no longo prazo –e não de políticas de estabilização. Dito isso, muito além dos ganhos diretos, que naturalmente se relacionam com a força de trabalho e sua produtividade, há ganhos substanciais trazido pela educação. O efeito é percebido no sentido de uma melhor saúde para a população, o que leva à redução de gastos com saúde pública; há retorno na forma de uma longevidade da

população, na forma de melhor saúde infantil. Sem contar os benefícios sociais substanciais. A educação ajuda com as contribuições para o funcionamento das instituições democráticas, para uma maior estabilidade política, a uma redução de taxas de criminalidade, e até mesmo um aumento na coleta de impostos, já que as pessoas com mais educação passam a ganhar mais. Isso também gera economia no sistema da justiça criminal, já que a criminalidade diminui. Há ainda uma imensa contribuição que vem com o aumento de doutorados, que criam novas ideias e formas de adaptar ideias e aplicá-las à realidade. É daí que vem muito do desenvolvimento. E quanto um Estado corta o apoio público a este tipo de formação, os benefícios sociais acabam se perdendo.

Brasileirismo – Seria um erro pensar a educação apenas como um gasto público?

Walter W. McMahon – É preciso ser enfático ao dizer que educação é investimento. É investimento nas habilidades de capital humano de todas as pessoas que se formam, e que passam a usar essas habilidades por até 45 anos na força de trabalho do país. É um investimento de muito longo prazo, mas que tem retornos muito positivos neste longo prazo. No curto prazo o retorno pode ser menor, mas no longo prazo esse investimento tem retornos imensos no desenvolvimento de famílias por gerações e no desenvolvimento do próprio país.

Brasileirismo – O senhor vê alguma razão que possa justificar cortes nos gastos públicos da educação superior?

Walter W. McMahon – Não conheço detalhes da situação atual do Brasil, mas basicamente não. Gasto na educação é um investimento no futuro da nação. Olhe para a Índia, por exemplo, onde Nehru acreditava fortemente na democracia – e a Índia é a democracia mais populosa do mundo – mas ele pensava na educação como uma forma de assistência social para as famílias, como gasto, e não como investimento. Então a Índia não investiu em educação básica, e então por muitos anos o desenvolvimento econômico da Índia foi retardado por isso. O mesmo aconteceu no Paquistão, que não investiu na educação e continua sem se desenvolver. Mas aí podemos olhar para a Coreia do Sul. Eles, sim, investiram em educação. Assim como Taiwan, assim como Singapura, Hong Kong. E em cada um desses países a renda per capita é tão alta quanto a dos Estados Unidos. São países que têm taxas de crescimento muito bem sucedidas e que têm maior igualdade. Esses países primeiro investiram em educação básica e depois em educação superior e isso espalhou os ganhos por toda a população. Então além de ter crescimento econômico esses países também combateram a desigualdade. Este é o modelo que o Brasil deveria seguir. A desigualdade é muito alta no Brasil, e a melhor forma de reduzir isso é investir em educação básica e em educação superior.

Brasileirismo – O governo brasileiro também tem falado sobre possíveis cortes em gastos com cursos de humanas –especialmente sociologia e filosofia–, que não são vistos como úteis para a sociedade. O que o senhor acha disso?

Walter W. McMahon – Isso é mais um erro. Não é um erro incomum, e vê-se mesmo aqui nos EUA. Mas há benefícios sociais imensos de áreas que não são as ciências físicas, ou de saúde. As ciências sociais são importantes, e ajudam no direito –basta pensar no direito constitucional, por exemplo. Há ainda as contribuições das ciências políticas. Em países que enfrentam instabilidades políticas, onde as instituições democráticas não são muito eficientes, não há desenvolvimento. Basta olhar para muitos países da África, onde não há estabilidade política e onde a pobreza se espalha. Isso não é positivo para um país. É evidente que há contribuições substanciais do que se pode chamar de crescimento de fato da produtividade total. Em outras palavras, a criação de

novas ideias e de novas tecnologias e instituições, que são fundamentais para a estabilidade política. Estas áreas de pesquisa têm uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico de um país. Não é só engenharia e programas de MBA que contribuem. As ciências sociais e humanas também. Estudar língua e história é muito positivo e oferecem flexibilidade de áreas de trabalho para as pessoas que se formam nessas disciplinas.

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista Abraham Weintraub esteve nesta terça (7) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

"Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto".

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela Folha. "Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu.

Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado

produtivo e do empreendedorismo. "Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite", disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

"O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]", disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física.

"A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança", disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez.

Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão.

Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

"Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico. Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto".

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem.

"Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da UNE (União

Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu. Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. "Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite", disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados. "O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]", disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física. "A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança", disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez.

Polêmica de Vélez

Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão.

Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo. Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão. Considerando as rubricas relacionadas à

educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado. Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

Banda B - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

“Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?”, questiona ele. “A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado”, completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. “A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos”, diz. “Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto”.

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. “Balbúrdia é cortar 30% da educação”, diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu.

Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. “Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite”, disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

“O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]”, disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física.

“A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança”, disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL)

no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez.

Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão.

Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista
BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

"Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto".

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. "Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu.

Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. "Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite", disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanas e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

"O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]", disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com

casos de violência física.

"A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança", disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez.

Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão.

Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

BLOG DA CIDADANIA - TEMPO REAL

Reitores da Unicamp, USP e Unesp divulgam carta em defesa da ciência

Reitores das três universidades públicas estaduais de São Paulo – USP, Unicamp e Unesp –divulgaram uma carta em apoio ao movimento de defesa da ciência brasileira. No texto, as universidades “manifestam seu integral apoio às ações organizadas pela comunidade científica nacional lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências e outras entidades, em defesa da pesquisa e contra os cortes de recursos para o sistema nacional de CT&I e educação

superior”.

A carta destaca que as três universidades paulistas respondem por mais de 35% da produção científica nacional, sendo responsáveis por 35% dos programas de pós-graduação de excelência no país e ocupando lugar de destaque “no que diz respeito a inovações, bem como nos rankings internacionais de ensino superior”. “Considerando o grande destaque nacional no cenário científico e tecnológico, foi com grande surpresa e preocupação que estas instituições receberam a notícia sobre o corte de 42% nas despesas e investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), anunciado em fins de março pelo governo federal, bem como cortes no financiamento de universidades federais anunciados pelo Ministério da Educação(MEC).”

Nesta segunda-feira (6), estudantes de instituições federais de ensino também realizaram protesto contra os cortes anunciados pelo governo. A manifestação foi realizada em frente ao Colégio Militar do Rio de Janeiro(CMRJ), no bairro do Maracanã, zona norte da cidade, onde o presidente Jair Bolsonaro estava para lançar um selo e uma medalha comemorativos dos 130 anos do CMRJ.

Confira abaixo a íntegra da carta do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP):

Carta de apoio ao movimento em defesa da ciência brasileira

Há muito que a Ciência deixou de ser uma preocupação exclusiva dos cientistas para tornar-se peça estratégica nos assuntos de Estado. Na chamada sociedade do conhecimento, onde a hegemonia política e econômica quase sempre é proporcional ao grau de independência científica e tecnológica, essa relação mostra-se ainda mais aguda.

Desde a década de 1950, a comunidade científica brasileira se esforça para consolidar uma política de Estado voltada para Ciência e Tecnologia. Datam desse período, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que se tornaram fundamentais para o país. Atualmente, seria impossível imaginar que o Brasil consiga atender às principais demandas nacionais, com crescimento social e econômico, sem a atuação de instituições voltadas para a pesquisa científica.

As universidades públicas estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) respondem por mais de 35% da produção científica nacional e são responsáveis por 35% dos programas de pós-graduação de excelência no país. Elas ocupam lugar de destaque entre as universidades brasileiras no que diz respeito a inovações, bem como nos rankings internacionais de ensino superior. Considerando o grande destaque nacional no cenário científico e tecnológico, foi com grande surpresa e preocupação que estas instituições receberam a notícia sobre o corte de 42% nas despesas e investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), anunciado em fins de março pelo governo federal, bem como cortes no financiamento de universidades federais anunciados pelo Ministério da Educação (MEC).

Surpresa, porque o atual governo chegou à Presidência da República acenando com a

elevação nos investimentos em CT&I, passando dos atuais 1,5% do PIB para 3%, como ocorre na União Europeia. E preocupação porque, uma medida dessa natureza, implicará em consequências danosas não apenas para o sistema nacional de CT&I, mas para a sociedade como um todo. Setores estratégicos, como saúde, energia e agricultura, por exemplo, certamente serão gravemente afetados se estas restrições orçamentárias não forem corrigidas.

Agências públicas federais de fomento que integram o sistema nacional de CT&I são fundamentais para o funcionamento das universidades, que dependem desses recursos para financiar suas linhas de pesquisa. É importante lembrar que 95% da produção científica brasileira é feita em universidades públicas, federais ou estaduais, e por institutos de pesquisa, como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Interromper o fluxo de recursos para estas instituições, assim como para as universidades, constitui um equívoco estratégico que impedirá o país de enfrentar muitos de seus desafios sociais.

As universidades estaduais paulistas, por meio do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP), manifestam seu integral apoio às ações organizadas pela comunidade científica nacional lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências e outras entidades, em defesa da pesquisa e contra os cortes de recursos para o sistema nacional de CT&I e educação superior, na expectativa de que a inegável contrapartida dada pelas instituições científicas brasileiras aos impostos pagos pelo contribuinte seja reconhecida e respeitada.

Conselho de Reitores da Universidades Estaduais Paulistas

Campinas, 4 de maio de 2019

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

Começa onda de protestos contra política de cortes de Bolsonaro Alunos do IFRN e UFBA foram às ruas contra os cortes promovidos pelo Ministério da Educação

Perto de completar um mês à frente do Ministério da Educação (MEC), Abraham Weintraub teve nesta segunda-feira (6) uma demonstração da resistência à sua política de cortes especialmente no ensino superior. Pela manhã, uma multidão tomou as ruas de Salvador em apoio não só à Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas a todas as 60 universidades federais e aos 40 institutos federais (IFs) que terão 30% de corte no orçamento deste ano.

Os IFs oferecem cursos técnicos em tempo integral, com formação concomitante do ensino médio e técnico, cursos técnicos subsequentes, para o estudante que já concluiu o ensino médio – nesse caso, somente a formação técnica, cursos superiores que formam tecnólogos, bacharéis e de licenciatura para o magistério, além de pós-graduação nas modalidades especialização e mestrado. Durante a manifestação, o reitor João Carlos Salles rebateu afirmações do ministro Weintraub. Em entrevista na semana passada, ele disse que universidades federais são espaço de "balbúrdia" e que precisam mostrar resultados.

"A UFBA melhorou seus índices e avançou em rankings e avaliações, como a do

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** nos programas de pós-graduação. Afastada a justificativa de balbúrdia, era preciso afastar a justificativa de desempenho insuficiente, o que constituiria vício de motivação. Com isso, o governo recuou para em seguida avançar sobre todo o ensino superior e agora sobre a educação básica, ameaçando o futuro do nosso país", disse.

Ainda segundo Salles, o corte da UFBA totaliza R\$ 55.906.441,00. "Não só a UFBA, mas as universidades não suportam a dimensão de bloqueio dessa ordem. A UFRJ teve bloqueio de R\$ 114 milhões. Para a universidade que já está combalida de recursos, isso é uma sentença de destruição."

Institutos federais

Por todo o país, estudantes e professores dos IFs também se manifestaram contra os cortes no orçamento. Por meio da hashtag #TireaMãoDoMeuIF, os alunos marcaram atos realizados nos institutos.

"Presidente, escute o verso ligeiro e tome ciência: cancele esse projeto, bote a mão na consciência. Enquanto falar de corte, nos seremos resistência". Os versos são parte do recado dos estudantes do Instituto Federal (IF) Santa Cruz (RN). Confira no vídeo abaixo:

Resistência

O Ministério Público Federal já começa a apurar os impactos desses cortes. Na última sexta-feira (3), em Goiás, foram abertos três inquéritos civis. Um sobre o direito à educação dos alunos da Universidade Federal em Goiás (UFG), do Instituto Federal de Goiás (IFG) e do Instituto Federal Goiano (IF Goiano).

No mesmo dia, a Defensoria Pública da União (DPU) protocolou ação civil pública contra o Ministério da Educação (MEC) pelo corte de verbas. Diversas outras ações foram protocoladas em diferentes tribunais do Brasil.

O movimento pela derrubada da medida do governo começa a definir sua agenda. O Diretório Central de Estudantes da UFBA convoca assembleia geral para a próxima quinta-feira (9). Na pauta, defesa da Universidade Pública e da Educação, além da definição do calendário de lutas.

Na Bahia, manifestantes dizem o que pensam das universidades e do governo de Jair Bolsonaro. No Rio Grande do Sul, alunos e professores se unem na defesa do Instituto Federal. Uma amostra do que aconteceu em todo o país.

topo ↕

CLIC RBS - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista Weintraub participou de encontro no Senado

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes tanto no ensino

superior quanto na educação básica. Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação. Em universidades federais do Rio Grande do Sul, o corte chegou a R\$ 193 milhões.

MEC precisa abandonar discurso do confronto MEC precisa abandonar discurso do confronto

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

— Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho? — questiona ele.

— A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado — completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico.

— A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos. Mas não dá para cortar em nada (nas universidades)? O país está todo apertando o cinto.

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade. Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. "Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado. Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia, mas o ministro não respondeu.

Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo.

— Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite — disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanas e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

— O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando (resultado) — disse ele.

O presidente Jair Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo. Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física.

— A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança — disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez. Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão. Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Prioridade para a educação básica

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao Ensino Médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultado no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↗

CONTRA O VENTO - BLOG

Como combater a doutrinação nas universidades sem balbúrdia

As universidades brasileiras estão tomadas pela balbúrdia, disse o ministro Abraham Weintraub. Balbúrdia, informa o dicionário, é trapalhada, complicação, situação confusa. A palavra se aplica bem às decisões recentes do ministro.

Inicialmente, o MEC pretendia cortar verba dos cursos de filosofia e sociologia. Não contava, porém, com o princípio da autonomia universitária. Obrigado a mudar de planos, o ministro Weintraub anunciou corte de 30% no orçamento de três universidades (UFF, UFBA e UNB) que desagradavam ao governo. Novamente, o ministro descobriu que não podia punir universidades específicas. Ao justificar ideologicamente a escolha das três afetadas, Abraham Weintraub tornou inconstitucional o corte que ele mesmo propôs. Por fim, o governo decidiu cortar 30% do orçamento de todas as universidades.

A balbúrdia de Weintraub, com seus toques autoritários, é mesmo uma má decisão, pelos motivos que expus nos primeiros parágrafos. Mas nem tudo o que combate a doutrinação precisa ser feito com pouca técnica e sem critérios objetivos, como faz o atual MEC. Muito pelo contrário.

Primeiramente, o corte anunciado não afetará professores de esquerda como Emir Sader ou Maria da Conceição Tavares. Seus salários e aposentadorias são gastos obrigatórios por lei. Nenhum presidente pode demitir professores livremente. Como resultado, os 30% devem ser aplicados ao resto do orçamento. Os maiores prejudicados serão faxineiras terceirizadas, obras, manutenções de laboratório e outros custos não-obrigatórios. Os cursos de sociologia e filosofia, portanto, devem sofrer menos que os de engenharia e medicina, dado que o ensino de humanas não exige muito mais que um professor.

Em última análise, a doutrinação é um problema justamente por exigir a falta de técnica e critérios objetivos. Doutrinação é um desleixo técnico ideologicamente direcionado. Esta ocorre quando o professor esquece dados e métodos em nome de uma narrativa que lhe seduziu.

Como consequência, todo e qualquer combate à doutrinação deve ter como ponto de partida a adoção de critérios técnicos mais rígidos. Caso contrário, o governo pode acabar promovendo outro tipo de doutrinação, ao invés de combater a que já existia. Essa crítica se aplica bem ao ministro Weintraub.

É possível combater a doutrinação corrigindo a avaliação que a **CAPES** faz dos periódicos nos quais os professores universitários publicam. Em economia, por exemplo, dois periódicos desenvolvimentistas (Journal of Post-Keynesian Economics e Cambridge Journal of Economics) são qualificados como A1, o maior de todos os níveis. Mas esses periódicos têm relevância internacional incomparavelmente menor à dos outros igualmente classificados pelo governo. Um forte lobby de economistas à esquerda trabalha para manter tal classificação, que permite a eles fingir que publicam nas melhores revistas acadêmicas do mundo.

Um trabalho de Bernardo Guimarães, professor de economia da FGV-SP, mostra que as

classificações de periódicos da área de economia distorcem consideravelmente a qualidade da obra dos pesquisadores brasileiros. Nos critérios da Qualis, muitos brasileiros se igualam aos melhores economistas de Harvard, Princeton e MIT. Um flagrante exagero gerado por critérios mal desenhados.

Há alguns anos, entrevistei o próprio Bernardo. Antes da FGV-SP, ele lecionava numa faculdade pública da Inglaterra, a London School of Economics, famosa como LSE. Perguntei as diferenças da LSE, renomada em todo o mundo, para as universidades públicas nacionais. Bernardo foi simples e direto: a diferença está na cobrança. Na Inglaterra, ele era cobrado a apresentar resultados excepcionais, seja em pesquisa ou no ensino; no Brasil, segundo ele, a cobrança é bem menor. Um professor brasileiro tem, desde o início da carreira, uma estabilidade que noutros países só é alcançada após décadas de docência.

O melhor caminho para combater a doutrinação é exigir de todo pesquisador o exato oposto: ciência séria. Para alcançar o objetivo, o MEC de Weintraub pode corrigir os critérios Qualis, expandir as políticas que condicionam o repasse de verbas ao alcance de metas, dentre outras medidas permitidas pela Constituição.

No front da educação básica, onde o problema provavelmente é mais sério, o MEC pode cobrar maior atenção ao currículo escolar. Ou avaliar os professores conforme o desempenho dos alunos em leitura e matemática. Se o professor for obrigado a focar no que importa, ele terá menos tempo para doutrinar. E alunos que aprendem a fazer contas e interpretar textos estão muito mais aptos a se proteger da doutrinação.

Para combater a doutrinação de esquerda, o MEC tem a sua disposição um imenso arsenal de políticas públicas efetivas e não-autoritárias. Weintraub, com seus cortes, preferiu a balbúrdia e ignorou a constitucionalidade. Assim, colocou em risco o sucesso de suas ideias.

Se o ministro tivesse apresentado um plano de longo prazo para incentivo às engenharias e ciências exatas, a polêmica nem teria começado. Não seria ilegal. Mas o MEC preferiu guiar sua comunicação com estratégia de blog politicamente incorreto, insistindo em polêmicas desnecessárias e fazendo mais barulho do que o desejado. Governos deveriam fazer o exato oposto.

Não há como justificar. Quem se importa com a doutrinação, que realmente existe em muitas escolas e universidades, sai insatisfeito, sem resultados. A julgar pelas últimas decisões do MEC, o governo não trabalha para combater a baixaria ideológica da esquerda, pois prefere concorrer com ela.*

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - ÚLTIMA HORA

Reitor da UFC diz que corte de verba vai impactar atividades de extensão e hospitais universitários

O corte, segundo o reitor, representa uma perda de mais de R\$ 45 milhões aos cofres da instituição

O funcionamento dos hospitais universitários de Fortaleza Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Chateaubriand está ameaçado com a decisão do Ministério da Educação (MEC) de bloquear 30% do orçamento destinado às instituições federais do País, confirma o reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Henry Campos. Além

disso, ele diz que a medida trará efeitos graves para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A UFC ainda não foi comunicada oficialmente sobre o corte. No entanto, o bloqueio já consta no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec). Em nota publicada nesta terça-feira (7) na página oficial da instituição, o reitor salienta que desconhece quem assumirá o ônus pelos compromissos que a universidade deixará de cumprir.

“Pelos sacrifícios que sofrerão nossos bolsistas, pesquisadores e os agentes que levam a Universidade para o interior das comunidades pobres. De fato, é a população inteira que será apenada, e isso nos leva a conclamar a sociedade, através de suas representações mais legítimas, para se mobilizar contra o golpe que ameaça inviabilizar a universidade pública, gratuita e de qualidade”, declara Campos.

O corte, segundo o reitor, representa uma perda de mais de R\$ 45 milhões aos cofres da instituição. Valor equivalente ao que é destinado ao custeio, com despesas de água, luz, restaurante universitário, manutenção, limpeza e segurança. Além de investimento em equipamentos e obras nos oito campi da universidade.

Apesar de os hospitais não serem beneficiados diretamente com a verba do Governo Federal, com a escassez de recursos na UFC, atividades de extensão de ensino e pesquisa, que impactam na qualidade do serviço das unidades de saúde ligadas à universidade, vão ser afetadas, lamenta Henry Campos.

“Eu não quero nem imaginar, porque isso não seria uma coisa drasticamente imediata, mas seria progressivamente e isso teria um peso nas atividades do hospital e da maternidade, influenciando até numa redução da qualidade do serviço prestado.”

De acordo com ele, o orçamento previsto para este ano na UFC era de R\$ 158 milhões.

“Foi com base nesse orçamento que assumimos compromissos externos, enquanto, internamente, projetamos os próximos passos de nossa expansão, dos investimentos na qualidade do ensino e no avanço das pesquisas e da inovação. Hoje, carentes de qualquer explicação por parte do MEC, ignoramos o que parametrizou a drástica medida (se é que se utilizaram parâmetros, além do viés ideológico que ela claramente carrega)”, lamenta.

O reitor também reforça os resultados da universidade nos últimos tempos, destacando o status da UFC como equipamento social.

“Provamos uma política de inovação e propriedade intelectual, que veio reforçar nossa posição como geradores de produtos de conteúdo tecnológico. Em 2018, através do Programa de Internacionalização (PRINT), a CAPES chancelou a UFC como universidade de excelência em nível mundial. Profundamente vinculada à sociedade, nossa instituição tem um rico histórico de prestação de serviços, que começa no trabalho do complexo hospitalar e se espalha por todos os municípios do Ceará, graças à atuação de seus oito campi e de um gigantesco programa de extensão”.

A UFC conta, atualmente, com 43 mil alunos, 118 cursos de graduação e 116 de pós-

graduação.

“Essa instituição não pode ser apenas no âmbito de um reordenamento orçamentário que surpreende, acima de tudo, por se voltar contra o ensino de qualidade, o progresso científico e tecnológico, a inteligência”, finaliza o reitor.

topo ↕

DIÁRIO ONLINE - TEMPO REAL

Ministro diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

"Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto".

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. "Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu.

Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. "Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite", disse, o que foi rebatido por

senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

"O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]", disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física.

"A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança", disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez.

Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão.

Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

(FolhaPress)

topo ↕

ESHOJE - NOTÍCIAS

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista **Capa/Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, informou, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica. Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas. Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

Na sua fala inicial, o ministro da Educação se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área. “Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?”, questiona ele. “A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado”, completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. “A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos”, diz. “Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto”.

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de “balbúrdia” e não terem foco na qualidade. Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. “Balbúrdia é cortar 30% da educação”, diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado. Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu.

Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado

produtivo e do empreendedorismo. “Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite”, disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados. “O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]”, disse ele.

O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo. Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física. “A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança”, disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez. Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão. Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão. Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário. Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada

no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

PAULO SALDAÑA

topo ↕

FAX AJU - NOTÍCIAS RÁPIDAS

João Daniel Repudia Inverdades Divulgadas Pelo Ministro Onyx Lorenzoni Sobre UFS

O deputado federal João Daniel (PT/SE) usou a tribuna da Câmara dos Deputados, na sessão desta terça-feira, dia 7, para repudiar os dados falsos divulgados pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, em entrevista concedida na última semana, relativos à Universidade Federal de Sergipe (UFS), numa tentativa de desqualificar esta instituição de ensino superior. Em seu discurso, o parlamentar afirmou que o ministro usou de mentiras para macular a UFS e em cima dessas inverdades quis compará-la a outra instituição privada do estado.

“A sua atitude, ministro, é de alguém que não conhece, que desrespeita a história e o patrimônio que a UFS representa para o povo sergipano”, declarou João Daniel. O parlamentar parabenizou todos que fazem a Universidade Federal de Sergipe, seus 30 mil estudantes, professores, servidores técnicos administrativos e reitoria que realizaram ontem uma mobilização contra os cortes aplicados pelo governo federal contra as universidades públicas.

No último dia 1, em entrevista à emissora de TV Globo News, ao ser questionado sobre a polêmica da “balbúrdia”, o ministro citou a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e outra universidade particular do estado, com a intenção de trazer exemplos para atestar uma suposta ineficiência das universidades públicas no Brasil. Entretanto, os dados utilizados estavam equivocados.

Onyx afirmou que a UFS não tinha nenhum curso de doutorado ou mestrado com nível 5. No entanto, a própria Universidade esclareceu que possui 54 programas de pós-graduação, quatro deles com nota 5 pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Aproximadamente 90% dos alunos de mestrado (1.511) e doutorado (724) do estado de Sergipe são da UFS. O número de programas de pós-graduação da UFS saiu de 10 em 2007 para 54 em 2018, um crescimento de 440%.

Além disso, ressalta o deputado João Daniel, o ministro citou outro dado irreal quanto ao orçamento da UFS, afirmando que o custo é de R\$ 980 milhões. Este valor contrasta não apenas com o orçamento previsto da União, aprovado para este ano como, também, o exposto na Nota de Esclarecimento emitido pela UFS para desmentir o ministro, onde afirma que “os recursos destinados ao funcionamento dos 113 cursos de graduação, 70 cursos de pós-graduação e à assistência estudantil previstos para 2019 somam pouco mais de 100 milhões. Deste total, estão contingenciados 90% da verba para investimentos e 30% do custeio. São mais de 30 mil alunos distribuídos nos campi de São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Itabaiana, Lagarto e N. Sra. da Glória”.

Na avaliação do deputado, o ministro Onyx não só usa de dados falsos para alimentar uma narrativa preconceituosa e anti-universidade-pública, como ignora que a UFS (e as

demais instituições federais de ensino superior) tem as melhores posições nos rankings, detendo, portanto, o ensino de melhor qualidade. “Todas as bases de dados do Ministério da Educação mostram que a UFS tem um desempenho muito acima em relação a outras instituições de ensino superior do estado de Sergipe”, diz ainda a nota de esclarecimento emitida pela UFS.

Investimentos

O deputado João Daniel lembrou que os governos do Partido dos Trabalhadores foram os que mais investiram e valorizaram a Educação. Dados do Portal da Transparência atestam que o orçamento do MEC no governo FHC, em 2002, era de R\$ 15,7 bilhões e em 2015, antes do golpe contra a presidenta Dilma, era já de R\$ 86,1 bilhões, um aumento de 448%. Hoje, o Brasil ocupa as últimas posições no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Segundo estudo Education at a Glance 2017, mostra que a média dos países membros da OCDE era de 10.759 dólares anuais por aluno, levando em conta todos os níveis de educação, já o Brasil investiu apenas metade do valor, 5.610 dólares anuais.

“Não é surpreendente que tal inverdade venha de um governo comprometido com o desmonte da Educação. Responsável por cortes profundos no orçamento do MEC, trata-se de um programa focado no ataque às universidades públicas, que começou com a indicação de ministros tecnicamente despreparados e ideologicamente perigosos”, disse. João Daniel acrescentou que, recentemente o governo anunciou o congelamento de 42% das despesas de investimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) que iria para as universidades públicas.

O próprio Bolsonaro desrespeita a autonomia universitária ao anunciar que o governo vai deixar de investir em faculdades de cursos da área de humanas, como Filosofia e Sociologia, por considerar “cursos esquerdistas”. O último ataque foi anunciado pelo MEC com o bloqueio de 30% na verba de todas as universidades e institutos federais.

“Não basta a Emenda Constitucional 95, que impõe congelamento dos investimentos na Educação e em diversas áreas sociais pelos próximos 20 anos, consequência do golpe que derrubou a presidenta Dilma. Agora estamos diante da continuação deste projeto neoliberal que quer empobrecer a população e alienar nosso povo. Precisamos resistir a este ataque sujo e covarde”, declarou o deputado João Daniel.

topo 

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista O ministro criticou programas educacionais como o Fies e o Pronatec

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas. Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de

Educação, Cultura e Esporte do Senado. Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

"Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto".

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade. Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. "Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da União Nacional de Estudantes (UNE) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu. Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. "Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite", disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

"O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]", disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física. "A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar

professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança", disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez. Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão. Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão. Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultou no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

MEC justifica corte e lembra que folha de pessoal representa 80% da verba de universidades

Em visita ao Senado Federal, nesta terça-feira (7), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu que não haverá corte, mas contingenciamento de 30% das verbas destinadas às despesas discricionárias das universidades federais do país, ou seja, investimentos considerados não obrigatórios. Ele ainda garantiu que, se a economia do país melhorar, citando a reforma da Previdência, esses valores, um total de R\$ 2,2 bilhões, serão liberados.

O ministro, além disso, disse que as universidades hoje "são uma grande folha de pagamento", e que elas utilizam a maior parte dos recursos com a contratação de pessoal.

Sobre o contingenciamento, Weintraub ainda assegurou que está aberto para conversar se algum "reitor não souber onde cortar". E questionou: "Mas será que não dá para cortar em nada? Uma universidade custa R\$ 1 bilhão, não dá para cortar nada? O país, está todo mundo apertando o cinto".

Ao senadores, Weintraub fez questão de apresentar gráficos e dados, e repetiu, diversas vezes, que eram "os números falando".

"O orçamento [da educação], antes de ter sido contingenciado, estava em 150 bilhões por ano. O gasto [nos últimos anos] aumentou, mas em educação superior, e não na educação básica, que ficou estável", explicou o ministro. O ensino profissional "ficou largado", disse enquanto apontou para a base do gráfico.

"E para onde foi esse dinheiro?", continuou, explicando que a maior parte dos recursos foi destinada à contratação de pessoal. "A gente contratou uma penca de gente no MEC e nas universidades, enquanto as despesas discricionárias vem caindo, isso é, equipamento, livro didático, pesquisa", explicou. "As universidades hoje são uma grande folha de pagamento. Nenhuma delas [universidades] gasta menos do que 80% dos recursos com folha, direto", disse.

Meta para mestrado e doutorado já foi cumprida

Em sua apresentação, ele também afirmou aos senadores que, embora muitas metas do MEC não tenham sido atingidas, uma delas foi alcançada. Ele se referiu ao percentual de professores com mestrado ou doutorado, situação na qual, segundo ele, o Brasil "está bonito na foto".

"A meta era que 75% tivesse mestrado, a gente está com 77,5%. Quando você atinge a meta e tem outras que estão aquém, você sossega nessa meta e corre atrás do que está aquém. A gente também superou a meta de percentual de docentes com doutorado em educação superior. Batemos a meta, parabéns! Vamos continuar colocando mais dinheiro aqui ou na educação básica? Os senhores vão decidir", lembrou.

Universidade tem autonomia, não soberania

O responsável pelo MEC também disse ser "100% a favor da autonomia universitária", mas lembrou que "autonomia não é soberania" e criticou o sistema que impede, por exemplo, que policiais entrem nos campi.

"Para mim, mais liberdade para as universidade. Mas autonomia não é soberania. Eles não são um estado soberano. Não pode ter consumo de drogas ilícitas dentro dos campi universitário, porque a lei não permite, em território nacional, o consumo. Se vocês querem permitir que tenha consumo de drogas dentro dos campi, passem uma lei liberando o consumo", criticou Weintraub.

Impacto de pesquisas científicas

Sobre o impacto da produção científica das universidades, Weintraub apresentou dados que revelam que quase 90% da repercussão advêm das áreas de saúde, biológicas, exatas, engenharia, agrárias e multidisciplinar.

Em contrapartida, apenas 13% do impacto dessas pesquisas são resultado das áreas de ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas.

Leia também: Presidente quer reduzir investimentos em faculdades de filosofia e sociologia. Faz sentido?

"Não sou eu que estou falando, esse numero é público, não fui eu que fiz isso. E qual o problema? O problema é que a maior parte das nossas bolsas, da **Capes**, ou seja, o pessoal que é pago para estudar, vai para essas áreas", explicou.

Ele também apresentou o exemplo dos EUA, que embora tenham baixa repercussão no quesito de ciências humanas, o impacto é relativamente constante em todas as áreas da ciência, diferentemente do Brasil.

"A solução é jogar mais dinheiro? Aumentar imposto? Não, porque hoje a gente já gasta 7% do PIB com educação pública", disse.

topo ↕

GAZETA ONLINE - TEMPO REAL

Abraham Weintraub diz que bloqueio não é corte e medida pode ser revista Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões e vão da educação infantil à pós-graduação

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (07), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas. Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões e vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (07), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Na fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área. "Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto".

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. "Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu. Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. "Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite", disse, o que foi rebatido por senadores.

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes nas áreas de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados. "O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]", disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física. "A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança", disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez.

> Assembleia entra com ação contra a União por corte de verbas na Ufes

Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão. Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações

da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral, como a Folha de S.Paulo revelou no início de abril. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultado no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

> Restaurantes da Ufes devem abrir nesta terça-feira (7)

Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - ÚLTIMAS

No Senado, ministro Abraham Weintraub critica Fies e justifica cortes

Ministro da Educação participa de audiência na Comissão de Educação do Senado

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, explicou hoje em audiência na Comissão de Educação do Senado as diretrizes e prioridades da pasta, sobretudo em relação à proposta de descentralização dos recursos do MEC. Segundo o site Uol, ele chamou de "desastre" e "tragédia" o Fies, programa de financiamento estudantil criado no governo Lula.

Weintraub também afirmou que a sugestão de reduzir investimentos na área de Humanas e direcioná-los a disciplinas de Exatas ou Biologia, como engenharia e medicina, é baseada em números e critérios técnicos. Segundo ele, apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico.

Apesar do que considera ser um baixo desempenho, argumentou o ministro, a maioria das bolsas da **Capes** seria destinada a estudantes da área de Humanas. "Gente que é paga para estudar", afirmou ele, e que, na maioria dos casos, não traria um retorno efetivo ao país. A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é uma fundação vinculada ao MEC responsável por conceder bolsas a estudantes de pós-graduação.

Weintraub ressaltou, no entanto, que pretende discutir o tema "de peito aberto" com o Congresso e que o MEC não "quer impor nada a ninguém". Para ele, o modelo educacional aplicado no país deu errado e é necessário debater alternativas.

"O diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. Que a gente se livre um pouco dos preconceitos", comentou.

Durante a apresentação, o ministro ironizou as polêmicas recentes em torno de sua nomeação para o cargo. "Não estou chamando ninguém para briga, não tenho passagem pela polícia, estou zeradinho", declarou ele aos senadores, provocando risadas.

O chefe da pasta da Educação mencionava os boatos que surgiram na internet de que ele teria antecedentes e criminais. Também comentou que a imprensa "vasculhou" seu desempenho acadêmico, em referência ao vazamento das notas baixas registradas em boletins de seus primeiros semestres de graduação na USP.

topo ↕

NE 10 - TEMPO REAL

Reitores de universidades se reúnem na UFPE contra cortes do MEC

Reitores das quatro universidades públicas de Pernambuco vão participar nesta quarta-feira (8) de um evento contra os cortes de cerca de 30% nos orçamentos das instituições. O bloqueio dos recursos foi anunciado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O evento será às 14h30, no auditório do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na semana passada, o pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Thiago Galvão, disse que as atividades da instituição poderão ser inviabilizadas já no segundo semestre deste ano. O corte é de R\$ 55,8 milhões.

Coordenada pelo ex-reitor da UFPE Amaro Lins, a mesa-redonda terá a participação dos reitores Anísio Brasileiro, da UFPE; Anália Ribeiro, do Instituto Federal de Pernambuco; Juliane Tolentino, da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Maria José Sena, da Universidade Federal Rural de Pernambuco; e Pedro Falcão, da Universidade de Pernambuco.

O evento, intitulado "Ameaças à autonomia universitária", será realizado pela Academia Pernambucana de Ciências e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Professores discutem os cortes

A Associação de Docentes da UFPE (Adufepe) marcou também para esta quarta-feira (8) reunião para discutir a reação dos professores aos cortes. No Recife, será às 9h, no auditório da associação.

Serão realizados mais dois encontros: em Caruaru, na quinta-feira (9), às 16 h, no auditório Mestre Vitalino; e em Vitória de Santo Antão, na sexta-feira (10), também 16h, no auditório do Centro Acadêmico.

Estudantes no Twitter

A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) marcou para a tarde desta terça-feira (7) um tuitaço com a hashtag #tireamãodomeuif, também contra os cortes de verbas para as universidades.

Os reflexos do contingenciamento de R\$ 7,4 bilhões do Ministério da Educação já começam a ser sentidos nos cursos de mestrado e doutorado. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai congelar neste semestre bolsas que estão ociosas e reduzir aquelas que são concedidas em instituições mal avaliadas. Além do aperto na oferta de bolsas, a **Capes** vai encerrar o programa Idiomas Sem Fronteiras, que havia sido criado na esteira do Ciência sem Fronteiras.

topo ↕

NSC TOTAL - RS - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz que bloqueio não é corte e que medida pode ser revista
Medidas anunciadas por Abraham Weintraub atingiram R\$ 7,3 bilhões e vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas. Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões e vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

"Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto".

Em entrevista, Weintraub disse que três universidades federais teriam cortes de 30% do orçamento por promoverem o que ele chamou de balbúrdia e não terem foco na qualidade.

Além de os indicadores da UnB, UFBA e UFF mostrarem boa produção acadêmica, a ideia foi considerada inconstitucional por especialistas ouvidos pela reportagem. "Balbúrdia é cortar 30% da educação", diziam cartazes de militantes da UNE (União Nacional de Estudantes) presentes no Senado.

Os senadores perguntaram o que seria balbúrdia mas o ministro não respondeu.

Weintraub se disse contra a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, favorável à autonomia universitária e à aproximação das instituições com o mercado produtivo e do empreendedorismo. "Mas autonomia não é soberania. E os campi não podem ter consumo de drogas, porque a lei não permite", disse, o que foi rebatido por senadores.

REDES SOCIAIS

Ministro da Educação explica por que tirou notas baixas na faculdade

O ministro apresentou dados sobre impacto de produção científica para justificar planos, já anunciados, de cortes na área de humanas. Ele ressaltou que as áreas de saúde, biológica, saúde, agrárias e multidisciplinares tem maior impacto científico, ao passo que ciências sociais aplicadas, humanidades e linguísticas não teriam os mesmos resultados.

"O problema é que a maior parte das nossas bolsas não está dando [resultado]", disse ele. O presidente Bolsonaro sugeriu que a área de humanas terá redução de orçamentos de humanas. Segundo a **Capes**, 14,9% das bolsas atuais são do grupo de humanas e outros 8,8% de ciências sociais aplicadas, como economia. A área de saúde responde por 14,3% e biológicas, 10,3%.

Na sua fala, Weintraub criticou duas bandeiras educacionais do governo Dilma Rousseff (PT). Ele classificou como desastre os resultados do Fies (Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), citando o volume de inadimplência do primeiro e a expansão desordenada das matrículas do segundo.

Também falou de uma suposta doutrinação que ocorreria nas escolas, comparando com casos de violência física.

"A escola não é de ninguém, é de todos nós. Dos professores, pais e dos pagadores de impostos. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar, cuspir, não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar metade da aula doutrinado. Para qualquer lado. Principalmente ao se tratar de uma criança", disse o ministro.

Abraham Weintraub foi anunciado como ministro pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) no dia 8 de abril para o lugar do professor de filosofia Ricardo Vélez Rodríguez. Na curta e polêmica passagem de Vélez pela pasta, o MEC passou por um racha entre grupos de influência, envolvendo sobretudo militares e seguidores do escritor Olavo de Carvalho, guru ideológico do governo Bolsonaro, que resultou sua demissão. Vindo da Casa Civil, Weintraub é também admirador de Olavo.

Os bloqueios, que integram ordem de contingenciamento para todo governo, não pouparam a educação básica, apontada como prioridade da gestão. Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), ligado ao MEC. O congelamento total do FNDE, maior financiador de ações da educação básica, é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional, também apontado como prioridade por Bolsonaro.

O MEC anunciou no último dia 2 que fará a avaliação da alfabetização só de forma amostral. Essa prova está integrada no Saeb, avaliação federal que resultado no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Na ocasião, Weintraub cometeu uma gafe ao comemorar que o Saeb seria realizado com um gasto de apenas R\$ 500 mil. Após a coletiva, o MEC corrigiu: o valor correto era R\$ 500 milhões.

topo ↕

O POVO - CE - TEMPO REAL

Reitor diz que cortes ameaçam inviabilizar UFC e fala em golpe

A Universidade Federal do Ceará (UFC) lançou nota nesta terça-feira, 7, questionando cortes milionários promovidos pelo Ministério da Educação (MEC) no ensino superior. Intitulado “Um orçamento justo para bancar a excelência”, o documento destaca “graves efeitos” que a medida trará para as atividades da instituição.

“Carentes de qualquer explicação por parte do MEC, ignoramos o que parametrizou a drástica medida (se é que se utilizaram parâmetros, além do viés ideológico)”, diz a nota, assinada pelo reitor da UFC, Henry Campos. Anunciados na última semana, cortes na educação chegam a até R\$ 108 milhões para unidades federais no Ceará.

Deste total, R\$ 46,5 milhões bloqueados seriam apenas para a manutenção da UFC, uma redução de 30% do total disponível. “De fato, é a população inteira que será apenada, e isso nos leva a conclamar a sociedade, através de suas representações mais legítimas, para a se mobilizar contra o golpe que ameaça inviabilizar a Universidade”

No documento, o reitor destaca que os cortes ocorrem sobre orçamento do ano passado que já havia sido “longamente discutido e aprovado” pelo Congresso. “Foi com base nesse orçamento que assumimos compromissos externos, enquanto, internamente, projetamos os próximos pasos da nossa expansão, dos investimentos na qualidade do ensino”, diz.

“Com seus 43 mil alunos, 118 cursos de graduação e 116 de pós-graduação, a UFC agiganta-se no cenário das instituições federais de ensino superior”, prossegue. Henry Campos destaca ainda avanços da UFC em avaliações de ensino e “rico histórico de prestação de serviços” da faculdade.

Leia a íntegra da nota:

Um orçamento justo para bancar a excelência

A informação de que as universidades federais brasileiras sofreriam corte de 30% em seu orçamento (grifos do autor) gerou inquietação e revolta na comunidade acadêmica, bem assim nos setores da sociedade atentos à importância estratégica dessas instituições. Na Universidade Federal do Ceará, sabemos dos graves efeitos que a medida trará a nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, todas elas dimensionadas a partir de uma dotação orçamentária longamente discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Foi com base nesse orçamento que assumimos compromissos externos, enquanto, internamente, projetamos os próximos passos de nossa expansão, dos investimentos na qualidade do ensino e no avanço das pesquisas e da inovação. Hoje, carentes de qualquer explicação por parte do MEC, ignoramos o que parametrizou a drástica medida (se é que se utilizaram parâmetros, além do viés ideológico que ela claramente carrega).

Também desconhecemos quem assumirá o ônus pelos compromissos que deixaremos de cumprir, pelos sacrifícios que sofrerão nossos bolsistas, pesquisadores e os agentes que levam a Universidade para o interior das comunidades pobres. De fato, é a população inteira que será apenada, e isso nos leva a conclamar a sociedade, através de suas

representações mais legítimas, para se mobilizar contra o golpe que ameaça inviabilizar a Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Com seus 43 mil alunos, 118 cursos de graduação e 116 de pós-graduação, a UFC agiganta-se no cenário das instituições federais de ensino superior, um conjunto de 65 universidades que oferecem contribuição essencial para o desenvolvimento do País.

Em anos recentes, aprimoramos nossa concepção educacional e reforçamos o status da UFC como equipamento social. De forma contínua, ampliamos o número de cursos, assim como o de alunos matriculados e formados.

Ao mesmo tempo, aprovamos uma política de inovação e propriedade intelectual, que veio reforçar nossa posição como geradores de produtos de conteúdo tecnológico. Em 2018, através do Programa de Internacionalização (PRINT), a CAPES chancelou a UFC como universidade de excelência em nível mundial.

Profundamente vinculada à sociedade, nossa instituição tem um rico histórico de prestação de serviços, que começa no trabalho do complexo hospitalar e se espalha por todos os municípios do Ceará, graças à atuação de seus oito campi e de um gigantesco programa de extensão.

Sob qualquer perspectiva, a Universidade Federal do Ceará sobressai por sua imprescindibilidade em um Estado pobre, carente de mão de obra qualificada e altamente dependente do conhecimento técnico gerado em outras latitudes. É nesse contexto que atua uma das maiores e melhores do País, referenciada pela excelência, por seu papel social, pela contribuição para a superação dos graves problemas que afetam o Nordeste brasileiro.

Essa instituição não pode ser apenas no âmbito de um reordenamento orçamentário que surpreende, acima de tudo, por se voltar contra o ensino de qualidade, o progresso científico e tecnológico, a inteligência.

Henry de Holanda Campos

Reitor da Universidade Federal do Ceará

[topo](#)

PARAÍBA JÁ - TEMPO REAL

UFPB anuncia que governo Bolsonaro bloqueou R\$ 45 milhões das contas da instituição

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia anunciado que todas as instituições sofreriam um corte de 30% nos orçamentos

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) informou, em nota, o bloqueio de R\$ 45 milhões da instituição, o que corresponde a 30% do orçamento previsto da Lei Orçamentária Anual de 2019.

O valor corresponde exatamente ao que foi prometido pelo novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, que anunciou o corte na semana passada. De acordo com a nota do gabinete da reitoria, a universidade já funciona hoje com orçamento inferior às suas necessidades.

- Continua depois da publicidade -

Em entrevista, Margareth Diniz, reitora da universidade, explicou que o corte afetará diretamente o funcionamento da instituição em setores como: pagamentos de contas, de funcionários e de empresas que fazem serviços terceirizados.

Leia a nota na íntegra:

A Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) informa a Comunidade Universitária e a Sociedade Paraibana que o Governo Federal, através do Ministério da Educação, bloqueou R\$ 44.742.865,00 (quarenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) de recursos de custeio e capital, correspondendo a 30% (trinta por cento) dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019. Cabe ressaltar que, antes do anúncio deste corte, a UFPB já trabalhava com orçamento inferior às suas necessidades.

Esta intervenção afetará 45,5% (quarenta e cinco vírgula cinco por cento) na ação responsável pelo funcionamento cotidiano da universidade. Além disso, foram bloqueados R\$ 5.645.537,00 (cinco milhões seiscentos e quarenta e cinco mil quinhentos e trinta e sete reais) de recursos de capital oriundos de emendas da bancada federal de deputados e senadores, chegando aos 32,75% (trinta e dois vírgula setenta e cinco por cento) de corte total, o que afeta profundamente o Hospital Veterinário, a Escola Técnica de Saúde e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

É do conhecimento público que as justificativas apresentadas pelos representantes do governo federal para este tipo de intervenção nos recursos orçamentários das universidades federais (IFES), e divulgadas pela imprensa, são absolutamente infundadas, considerando o crescimento exponencial dos índices de desempenho da UFPB e das demais IFES espalhadas pelo território nacional.

A UFPB ocupa, atualmente, o 4º lugar no Brasil em registro de patentes; é a 4ª melhor Universidade do Nordeste e a 28ª da América Latina; a 12ª da América do Sul e 8ª do Brasil em produção de pesquisas em ciências naturais. Além disso, com o intuito de promover a integração, divulgação e distribuição de saberes, realizou, somente em 2018, mais de 180 encontros acadêmicos com repercussão local, nacional e internacional e mantém convênios científicos com quase 90 países.

As universidades federais, embora em menor número comparativamente ao conjunto das universidades privadas, são responsáveis pela formação de milhares de profissionais lançados no mercado de trabalho, pelo funcionamento da esmagadora maioria dos melhores programas de pós-graduação avaliados pelas **Capes**, pela quase totalidade da ciência de ponta produzida no Brasil e pela promoção incessante de arte, cultura e cidadania em nosso país.

A UFPB é responsável pela formação inicial e continuada na área de educação por meio do Comitê Institucional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR), capacitando mais de 41.820 profissionais nos 223 municípios do Estado. Mantém 1.100 ações de extensão que chegam à sociedade das mais diversas formas, emprega 6.353 servidores efetivos e mais de 1.240 funcionários terceirizados, movimentando a economia do estado, especialmente nas cidades onde

estão instalados os Campi II, III e IV.

As IFES são, portanto, um patrimônio estratégico inestimável do povo brasileiro. Sem elas não haverá Ensino, Pesquisa, Extensão, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura de qualidade disponível para toda a sociedade brasileira. Não há projeto de Nação que se instaure nos marcos da civilização e da democracia sem a participação efetiva das Universidades Públicas brasileiras.

Por fim, a Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba reafirma seu compromisso institucional de defender, em todas as instâncias cabíveis e por todos os meios pertinentes, o pleno funcionamento de todas as unidades da UFPB, bem como a Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Inclusiva e Referenciada Socialmente. Sem Educação de excelência não é possível construir um país com desenvolvimento econômico, justiça social e democracia política. Por isso, conclama a todas as pessoas que assim pensam a “enfrentar e resistir” a todos os ataques que venham a ser desferidos contra a nossa Universidade.

Gabinete da Reitoria

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

No Senado, ministro da Educação critica Fies e justifica cortes em Humanas

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, explicou hoje as diretrizes e prioridades da pasta, sobretudo em relação à proposta de descentralização dos recursos do MEC. Em audiência na Comissão de Educação do Senado, o chefe da pasta chamou de "desastre" e "tragédia" o Fies, programa de financiamento estudantil criado no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e ampliado na gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Weintraub também disse que a sugestão de reduzir investimentos na área de Humanas e direcioná-los a disciplinas de Exatas ou Biologia, como engenharia e medicina, é baseada em números e critérios técnicos. Segundo ele, apenas 13% da produção na área de Ciências Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística têm impacto científico.

Apesar do que considera ser um baixo desempenho, argumentou o ministro, a maioria das bolsas da **Capes** seria destinada a estudantes da área de Humanas. "Gente que é paga para estudar", afirmou ele, e que, na maioria dos casos, não traria um retorno efetivo ao país. A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é uma fundação vinculada ao MEC responsável por conceder bolsas a estudantes de pós-graduação.

Weintraub ressaltou, no entanto, que pretende discutir o tema "de peito aberto" com o Congresso e que o MEC não "quer impor nada a ninguém". Para ele, o modelo educacional aplicado no país deu errado e é necessário debater alternativas.

Abraham diz que cortes são contingenciamento; senador responde: "sinônimo"

UOL Notícias

"O diálogo tem que ser feito com base em números, dados e premissas racionais. Que a gente se livre um pouco dos preconceitos", comentou.

Durante a apresentação, o ministro ironizou as polêmicas recentes em torno de sua nomeação para o cargo. "Não estou chamando ninguém para briga, não tenho passagem pela polícia, estou zeradinho", declarou ele aos senadores, provocando risadas.

O chefe da pasta da Educação mencionava os boatos que surgiram na internet de que ele teria antecedentes e criminais. Também comentou que a imprensa "vasculhou" seu desempenho acadêmico, em referência ao vazamento das notas baixas registradas em boletins de seus primeiros semestres de graduação na USP.

Em vídeo divulgado em suas redes sociais, o ministro se justificou dizendo que, à época, estava em depressão e também fora vítima de um acidente. "Eu era muito jovem, tinha 17 anos. Nesse primeiro ano e meio de faculdade, meus pais se separaram, teve o Plano Collor, minha família se desmanchou, tive depressão e sofri um acidente."

Além de representantes do MEC e do Parlamento, acompanharam a audiência profissionais do setor técnico e lideranças da UNE (União Nacional dos Estudantes), que serão convidados em audiências públicas futuras. No decorrer da sessão, a presidente da UNE, Mariana Dias, exibiu um cartaz com a mensagem "Estudante na rua, governo a culpa é sua".

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica Segundo ele, investimentos voltarão após aprovação da Previdência

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. "Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia", garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre "uma parte pequena do volume total de despesas", que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: "A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados". Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de "soberania" dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. "A autonomia universitária não é soberania", disse. "Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso", afirmou.

Educação básica

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. "A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base", disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Não podem economizar nem uma migalha?, diz ministro sobre universidades federais no Congresso

Abraham Weintraub minimizou o contingenciamento de R\$ 2,2 bilhões - 30% do orçamento das instituições

SÃO PAULO - Após bloquear 30% dos recursos das universidades federais do País, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou o tamanho do contingenciamento em audiência na Comissão de Educação, no Senado, nesta terça-feira, 7. “É sacrossanto o orçamento? Não podem economizar nem uma migalha?”, disse ao ser questionado sobre a dificuldade relatada pelos reitores em manter as instituições após o bloqueio de R\$ 2,2 bilhões.

“A universidade federal hoje no País custa R\$ 1 bilhão. Não dá para buscar nada [para cortar]? Todo mundo no País está apertando o cinto”, completou Weintraub.

Ele esteve no Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários para a pasta, no entanto, não apresentou projetos. O ministro criticou programas petistas, como Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e voltou a defender cortes na área de humanas.

Com o um bloqueio de R\$ 7,3 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC), o ministro negou por diversas vezes que haja corte de recursos para as universidades federais e disse que houve um contingenciamento. “Se a economia tiver crescimento, com a aprovação da Reforma da Previdência, se descontingencia o recurso. Não há corte, a economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos”, disse.

Ele ainda propôs aos reitores que marquem reuniões com o MEC para discutir a nova situação financeira das universidades federais. “Tragam os números, vamos ver o que está acontecendo”. Ele chegou a comparar a situação do contingenciamento com a situação de empresas privadas. “30% é sobre uma parte pequena do volume total de despesa. O dono de uma empresa às vezes tem que fazer corte de 20% e sobrevive”, disse.

Questionado sobre o contingenciamento de recursos também para a educação básica, o ministro apenas afirmou que o bloqueio não é permanente e pode ser revertido com a melhora da economia. Também questionado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede) sobre o bloqueio de verbas para a construção de creches, que minutos antes havia sido elencada como política prioritária por Weintraub, o ministro não respondeu. “Quantas creches o governo Dilma [Rousseff] cortou”, se limitou a dizer.

Weintraub criticou os governos passados por terem priorizado a expansão do ensino superior sem antes priorizar a educação básica. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas

e colocou muitos recursos no telhado antes de ter a base da casa pronta", disse.

Ele ainda criticou o modelo de funcionamento das universidades brasileiras e disse que a autonomia universitária não significa "soberania". "Não podemos permitir o consumo de drogas nos campi. Por que a polícia não pode entrar no campus? [A universidade] é um país autônomo? Tem violência acontecendo lá dentro, não pode entrar. Tem que bater palma e ficar olhando?", disse.

Rede Privada

O ministro afirmou ainda que os governos anteriores colocaram dinheiro nas instituições privadas e inflaram os cursos de graduação, mas endividaram os alunos que hoje não conseguem emprego e nem pagar o financiamento que fizeram. "É uma tragédia. São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo", disse ao falar do Fies. Ele também chamou o Pronatec de "fracasso".

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Um tributo à Humanidade

A história se repete. O presidente Bolsonaro anuncia a intenção de descentralizar investimentos em cursos de filosofia e sociologia, sob o argumento de que o desenvolvimento do país requer carreiras técnicas. Em 1970, o ditador Médici quis fazer uma reforma do ensino médio. Depois de 60 dias, um grupo apresentou um projeto para acabar com o "ensino verbalístico, propedêutico e academizante", substituindo-o por uma formação técnico-profissional capaz de preparar o jovem para ingressar no mercado de trabalho.

O Brasil vivia o "milagre econômico". O que o regime militar pretendia era reduzir a demanda por vagas no ensino superior, formar profissionais para atender supostas necessidades do mercado e eliminar o debate ideológico nos bancos da academia. Hoje, essa intenção volta à tona com a reiterada intenção do governo Bolsonaro de limpar a Universidade pública do "marxismo cultural", conforme prega o grupo que deseja contrapor sua visão ideológica à "doutrinação de esquerda" no ambiente acadêmico.

O espaço que o governo escolhe para fazer sua "revolução" é o de Ciências Humanas, mais especificamente os cursos de filosofia e sociologia, aos quais procura atribuir insignificância. Para Bolsonaro e seu núcleo educacional, o que o Brasil precisa é de engenheiros, médicos, dentistas, agrônomos, veterinários, enfim, profissionais de ciências exatas e biomédicas. Pensadores, que se transformam em debatedores, contestadores, pessoas de intenção crítica, essas, nem pensar. Fogo neles. Até porque são esses nichos que os bolsonaristas e seu guru, Olavo de Carvalho, identificam levas de socialistas e comunistas.

O fato é que ontem como hoje, governos com algum traço militarista se mostram profundamente contrariados com o questionamento que sofrem, principalmente de vertentes fincadas na Universidade pública. (A propósito, não são os militares da estrutura governamental quem defende a "limpeza" no espaço acadêmico. Os integrantes das Forças Armadas, reformados, que estão na administração, sinalizam interesses centrados no desenvolvimento nacional).

PUBLICIDADE

inRead invented by Teads

A pregação de Bolsonaro mais se assemelha a uma toada de refrãos. Até porque os cursos de filosofia e sociologia representam menos de 2% do total de alunos de graduação das federais, ou seja, 25.904 de um total de 1.283.431 alunos. E na pós-graduação, essa percentagem é de 2,5% do total de programas de mestrado e doutorado. Somente 1,4% dos gastos do CNPQ, agência federal de fomento à pesquisa, são direcionados às ciências sociais.

Dito isto, cheguemos ao cerne da intenção do presidente e seu entorno conservador. Trata-se de querer jogar fora do baralho educacional as cartas que propiciam leitura crítica da realidade brasileira. Não se quer dizer que esta leitura não possa ser feita por outras áreas do conhecimento. Mas é na filosofia e na sociologia, dois eixos das ciências humanas, que os cidadãos encontram os fundamentos para explicar a própria história da Humanidade.

Vejam o termo aqui expresso: Humanidade. O conjunto dos humanos que habitam o planeta, a longa caminhada de sua trajetória, a evolução de seus passos, os ciclos de sua história, as diferenças sócio-culturais das gentes, a evolução de seu pensamento.

Atirar contra a filosofia e a sociologia é querer excluir da aprendizagem clássicos do pensamento, dentre eles Sócrates, Platão, Aristóteles, Tales de Mileto, Pitágoras, Xenófanes, Heráclito, Diógenes, Demócrito, Arquimedes, Ptolomeu, Sêneca, Cícero, Tomás de Aquino, para citar alguns entre os mais antigos; ou ainda Erasmo, Maquiavel, Bacon, Newton, Galileu Galilei, Thomas Hobbes, Pascal, Spinoza, John Locke, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Kant, Schopenhauer, Comte, Stuart Mill, Marx, Bertrand Russel, Marcuse, Heidegger, Sartre, Bobbio, Camus, Foucault, Harbermas, Baudillard, Castoriadis, entre tantos outros. Sem deixar de lado esses três: Marx, Durkheim e Max Weber. (Quem se habilita a inserir na lista Olavo de Carvalho?)

Queimar o pensamento de figuras dessa estatura é apequenar a História do Homem em seu habitat. Inserir-los na mesa de estudos é prestar um tributo à Humanidade.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ministro da Educação defende que professores passem por testes regulares e reitores de universidades prestem conta ao Congresso

Abraham Weintraub participa de uma audiência pública no Senado nesta terça-feira

BRASÍLIA — Durante uma sabatina que já dura mais de três horas na Comissão de Educação do Senado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem se esforçado para responder às críticas dos parlamentares sobre o corte de 30% do orçamento de todas as universidades federais.

Ao mesmo tempo em que diz que os 30% não são cortes, mas contingenciamento, o ministro defende que o dinheiro público federal seja remanejado para a educação básica e critica o fato de, na avaliação dele, as universidades não gerarem resultados satisfatórios para o país.

O ministro chegou a sugerir que reitores de universidades federais precisam “prestar contas com o Congresso” e que professores da rede básica de ensino façam testes regulares para avaliação de desempenho, assim como alunos.

— Quais os instrumentos para entregar o que o Brasil precisa? Não tem uma bala de prata. A gente tem que valorizar o professor, pagar mais ao professor da base. Tem que ter testes para professores e alunos. Quando a gente não tem método nem critérios, quem paga é a criança. Sou a favor de testes mesmo que a gente precise pagar mais, gastar mais para realizar.

Weintraub também disse acreditar que a reforma da Previdência, após ser aprovada no Congresso, vai mudar o país “da água para o vinho e vai mudar a realidade das crianças nas escolas” e que o contingenciamento poderá ser revisto a partir do momento em que a arrecadação do governo voltar a crescer. Por outro lado, senadores disseram que o ministro estava chantageando os parlamentares, colocando como condição para investir na Educação a aprovação da Previdência.

Os senadores, em diversos momentos, criticaram o ministro por ele não ter apresentado propostas” durante sua exposição de quase uma hora na sessão.

Weintraub ainda disse que, apesar de poucas pessoas desfrutarem das universidades públicas, quem paga o preço do ensino é a população mais pobre.

— Da base da pirâmide, as pessoas que estão mais sofrendo, vem esse imposto (para bancar as universidades). Os reitores deveriam prestar contas ao congresso nacional, ninguém no país pode estar acima da lei.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Ministro diz que pode rever cortes na Educação se reforma passar

BRASÍLIA - Depois de gerar polêmica ao defender cortes no orçamento das universidades federais por causa de "balbúrdia", o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse hoje que o que houve foi "contingenciamento" das despesas. Ou seja, os bloqueios poderão ser revistos, se a reforma da Previdência for aprovada.

"Não é corte, é contingenciamento", disse Weintraub em sessão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, à qual compareceu para dar esclarecimentos aos parlamentares. Ele comparou a medida ao orçamento das famílias que também têm de "apertar o cinto" de vez em quando.

"Qualquer dona de casa e pai de família sabe que o orçamento tem de ser administrado", afirmou Weintraub. Ele ressaltou, contudo, que os salários e os recursos para o custeio dos restaurantes universitários foram preservados.

O líder da Rede, Randolfe Rodrigues (AP), disse que é uma "chantagem" submeter a revisão dos cortes à aprovação das novas regras da aposentadoria. O ministro subiu o tom quando cobrou da oposição que parem de chamá-lo de "nazista ou fascista".

O Ministério da Educação (MEC) já havia emitido nota afirmando que os bloqueios podem ser revistos se a reforma for aprovada. Weintraub reafirmou esse compromisso e disse que, se a proposta for aprovada, vai "mudar a realidade brasileira da água para o vinho".

O ministro disse que as universidades têm de fazer parcerias com instituições privadas e

abrir mais espaço para incubadoras de empresas e atração de "investidores-anjos".
Reafirmou que é preciso investir mais em educação básica, inclusive no ensino médio. Disse que há uma epidemia de violência nas escolas, criticou a autonomia universitária e disse que os reitores têm de prestar contas da administração ao Congresso.

Weintraub chegou à Comissão de Educação do Senado com uma postura conciliadora. "Não estou chamando ninguém para a briga, nem tenho passagem na polícia, podem checar", afirmou logo no início, com fala mansa e bem-humorada. "Vamos diminuir a temperatura do embate", exortou.

Mas, no momento mais tenso da discussão, considerou a interpelação da senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ofensiva. Pediu que parem de chamá-lo de "nazista", porque parte de sua família de origem foi exterminada em campos de concentração. "A gente é um país tolerante, sempre foi, essa mistura torna esse país único. Parem de me chamar de nazista ou fascista, isso é muito ofensivo", cobrou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Bloqueio de R\$ 14,2 milhões das contas da Unila vai atingir projetos de extensão e contratos de manutenção

Segundo o reitor da universidade, a redução no orçamento inviabilizam o funcionamento da universidade; MEC diz que medida pode ser revista.

O corte de R\$ 14,2 milhões no orçamento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, vai atingir os projetos de extensão, contratos de manutenção e limpeza, as contas de energia e luz e a compra de insumos, listou nesta terça-feira (7) o reitor Gustavo Oliveira Vieira.

O bloqueio de 30% dos recursos de todas as universidades e institutos federais do país foi anunciado pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima Junior, no dia 30 de março.

Segundo o reitor, a redução no orçamento inviabiliza o funcionamento da universidade.

"Tínhamos percebido o decreto presidencial de mais de R\$ 5 bilhões de cortes na educação e o MEC ainda não tinha dito como isso seria aplicado de maneira geral ao orçamento das universidades. E aí veio o bloqueio orçamentário que nos bloqueou 30% do custeio, o que equivale a mais de R\$ 12 milhões, e mais uma parte de investimentos, chegando a R\$ 14,2 milhões. Não houve uma comunicação expressa, foi uma comunicação tácita", apontou.

Por ano, os gastos da Unila chegam a R\$ 34 milhões por ano.

"A gente está tentando trabalhar para chegar nesta conta, mas a gente não consegue, ela chega ao ponto de inviabilizar o nosso funcionamento", destacou Vieira.

Atualmente a Unila conta com mais de 5 mil alunos matriculados em 29 cursos de graduação, além dos atendidos em cursos de pós-graduação e projetos de extensão.

UFPR diz que bloqueio de R\$ 48 milhões feito pelo MEC vai atingir contas de água e energia elétrica

O que diz o MEC

Por meio de nota, o MEC informou que o bloqueio foi operacional, técnico e isonômico, além de levar em conta a necessidade de o Governo Federal se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

De acordo com o ministério, a medida segue uma restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio de um decreto de março, ao qual houve contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões no orçamento da Educação.

Segundo o MEC, o bloqueio é preventivo e pode ser revisto caso a Reforma da Previdência seja aprovada e as previsões de melhora na economia do Brasil se confirmem.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufba diz que bloqueio de recursos pelo MEC foi ampliado de R\$ 37 milhões para mais de R\$ 55 milhões

Informação foi divulgada ao G1, nesta terça-feira (7), pelo reitor da instituição de ensino, João Carlos Salles.

A Universidade Federal da Bahia (Ufba) informou, nesta terça-feira (7), que o bloqueio de recursos da instituição pelo Ministério da educação (MEC) foi ampliado de R\$ 37 milhões para mais de R\$ 55 milhões. A informação foi divulgada ao G1 pelo reitor da instituição de ensino, João Carlos Salles.

Salles informou que o "bloqueio adicional" no orçamento ocorreu entre quinta (2) e sexta-feira (3) da semana passada.

Ele diz que somente dos recursos para custeio, a verba bloqueada chegou a R\$ 49.703.394. O dinheiro do custeio é destinado ao pagamento de contas como água luz, telefone, internet, limpeza e vigilância.

Já dos recursos para investimento, a verba bloqueada chegou a R\$ 6.203.047.

O G1 entrou em contato com o Ministério da Educação, na tarde desta terça, para saber os motivos do bloqueio adicional no orçamento da Ufba e aguarda posicionamento do órgão.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse, nesta terça-feira (7), em uma audiência na Comissão de Educação no Senado, que não haverá corte no orçamento das universidades e instituições de ensino federais, mas sim um contingenciamento.

Ele destacou, ainda, que o recurso poderá voltar a ser liberado se a reforma da Previdência for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre.

O reitor da Ufba informou que viajará à Brasília para participar de reunião da Comissão de Orçamentos da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, onde tentará reverter o corte no orçamento da universidade.

A Ufba anunciou o primeiro bloqueio de R\$ 37,3 milhões no dia 30 de abril. Com o corte adicional, a situação na instituição deve ficar ainda mais delicada. A instituição prevê impactos significativos no funcionamento da universidade até o final de 2019, caso a situação não seja revertida.

Atualmente, a Ufba tem 40 mil alunos, divididos entre os três campi da instituição, em Salvador, Camaçari, na região metropolitana, e Vitória da Conquista, no sudoeste do estado. A universidade oferece 105 cursos de graduação e 136 de pós-graduação (54 doutorados e 82 mestrados).

A instituição é a 1ª do Nordeste, a 10ª brasileira e a 30ª da América Latina no ranking Times Higher Education (THE), da revista inglesa Times, que avalia 1.250 universidades de 36 países. Apenas 15 brasileiras estão entre as mil melhores do mundo, e 36 entre as 1.100.

Protesto

Na segunda-feira (6), estudantes, professores e integrantes de movimentos sociais realizaram uma manifestação em Salvador em protesto contra o bloqueio de verbas. O grupo, de cerca de 500 pessoas, saiu em caminhada da Faculdade de Educação, no Vale do Canela, até a reitoria da instituição.

Além da Ufba, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (Ufsb) também relataram cortes orçamentários, que chegam a cerca R\$ 40 milhões.

Cortes e polêmica

O corte de repasses às instituições federais em todo o Brasil virou o centro de polêmica no país, após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciar, em entrevista ao Estado de São Paulo, que iria cortar recursos de universidades federais que apresentassem desempenho acadêmico fora do esperado e, ao mesmo tempo, estivessem promovendo "balbúrdia".

Na lista, estavam, inicialmente, somente a Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois, o governo disse que a medida valeria para todas as universidades e institutos federais.

O reitor da Ufba, João Carlos Salles, rebateu os comentários de Abraham Weintraub e disse que a justificativa do ministro não se aplica à instituição e que não sabe quais são os critérios utilizados pelo ministério para realizar os cortes.

Ainda segundo Salles, a universidade não foi informada previamente sobre a redução da verba.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) informou que sofreu um bloqueio de créditos no orçamento de custeio e investimento, da ordem de R\$ 16.329.642 (cerca de 32% do orçamento).

A Universidade Federal do Oeste Baiano (Ufob) disse que sofreu um bloqueio de 33,2% dos recursos orçamentários para custeio e investimento (R\$ 11.872.857,00). Já a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia (Ufsb) informou que teve bloqueio de 38% no orçamento de custeio e capital, recursos utilizados para pagamentos de despesas básicas.

Institutos federais

Após o Ministério da Educação anunciar o bloqueio de 30% da verba das instituições de ensino federais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) também confirmaram bloqueio de repasses.

Por meio de nota, o IF Baiano informou que ficou ciente do corte desde a última terça-feira (30), após o bloqueio automático do governo federal.

Já o reitor do IFBA, Renato da Anunciação Filho, contou que o bloqueio do dinheiro destinado à instituição foi notado na sexta-feira, através do sistema do governo federal pelo qual os diretores têm acesso às informações sobre as verbas das instituições de ensino.

O que diz o MEC

O Ministério da Educação (MEC) informou, por meio de nota, que o critério utilizado para o bloqueio do orçamento foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 9.741, de 28 de março de 2019. O bloqueio foi de 30% para todas as instituições.

O órgão disse que, do orçamento anual de despesas da Educação (R\$ 149 bilhões), R\$ 24,64 bilhões são despesas não obrigatórias, dos quais R\$ 5,8 bilhões foram contingenciados pelo decreto. O bloqueio, segundo o MEC, decorre da necessidade de o Governo Federal se adequar ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), meta de resultado primário e teto de gastos.

O bloqueio preventivo, diz o MEC, incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas.

Além disso, a pasta afirma que o bloqueio pode ser revisto pelos Ministérios da Economia e Casa Civil, caso a reforma da previdência seja aprovada e as previsões de melhora da economia no segundo semestre se confirmem, pois, podem afetar as receitas e despesas da União.

O MEC diz que cabe ainda destacar que, até o momento, todas as universidades e institutos já tiveram 40% do seu orçamento liberado para empenho.

Por fim, o MEC afirmou que estuda aplicar outros critérios como o desempenho acadêmico das universidades e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho. O maior objetivo, conforme o órgão, é gerar profissionais capacitados e preparados para a realidade do país.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Corte no orçamento deve afetar pesquisas e até pagamentos de água e luz na UFRR

Com corte de 30% imposto pelo MEC, UFRR perde R\$ 22,1 milhão do orçamento. IFRR também sofre com bloqueio de recurso e teme não honrar o pagamento de despesas.

Após o bloqueio de 30% da verbas das instituições de ensino federal, anunciado pelo Ministério da Educação, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) informou nesta terça-feira (7) que pesquisas e as ações de manutenção da universidade serão afetadas.

Com o bloqueio, o orçamento da UFRR de R\$ 51.521.316, previsto para o exercício de 2019, caiu para R\$ 29.409.585, o que representa uma redução de quase 43%, acima do anunciado pelo MEC. A previsão orçamentária não inclui o pagamento da folha de pessoal.

Segundo o pró-reitor de planejamento da UFRR, Dirceu Medeiros, o corte no orçamento corresponde a R\$ 22,1 milhão e com isso afeta o pagamento das contas de água, energia, segurança e limpeza.

“Estamos muito preocupados com os contratos continuados [referentes às despesas com as empresas prestadoras de serviço], de como é que vamos fechar o ano honrando esse compromisso”, disse Medeiros.

De acordo com Medeiros, o contingenciamento também afeta diretamente as bolsas de pesquisas financiadas com o recurso, bem como as ações da graduação, o que impede a disponibilização de novas vagas para bolsistas.

“Diante desse bloqueio não podemos disponibilizar a quantidade de vagas que tínhamos planejado. Desde 2015 as instituições federais vêm sofrendo com contingenciamento e aí temos que mudar o planejamento, pois o recurso que temos hoje não atende o que planejamos em 2018”, declarou.

Apesar da assistência estudantil, que incluem custeio de alimentação e bolsas para alunos em vulnerabilidade social, não ter sido afetada, o pró-reitor de assuntos estudantis e extensão, Vladimir de Souza, afirmou que a medida reflete na área e gera um impacto direto na sociedade.

Segundo ele, em março o governo já havia cortado um recurso no valor de R\$ 270 mil para assistência estudantil para quase 300 alunos indígenas e quilombolas da UFRR que recebiam uma bolsa.

Sobre os concursos públicos em andamento para professores e técnicos administrativos, a pró-reitora de pesquisa e pós-graduação, Geyza Pimentel, informou que eles seguem normalmente, e o último já havia sido antecipado prevendo o atual cenário, mas que para o resto de 2019 não está autorizado nenhum outro concurso público.

"A medida que os professores forem se aposentando provavelmente ficaremos com necessidade de servidores para preencher essas vagas. Temos hoje, cursos que funcionam com professores substitutos, estão não sabemos como ficará essa realidade a partir do segundo semestre".

Outras consequências

Adiamento de investimento, atrasando a consolidação dos cursos;

Restrição na aquisição de equipamentos para laboratórios didáticos;

Aquisição de acervo bibliográfico;

Descontinuidade de obras;

Redução da manutenção das atividades básicas.

Medidas a serem tomadas

Como forma de organizar os recursos, a pró-reitoria de planejamento, dividiu nos eixos de Infraestrutura, pessoal e orçamento para a elaboração de um plano de ação, que deve ser concluído até esta sexta-feira (10).

O documento deve ser apresentado ao Ministério da Educação na segunda-feira (13) pelo reitor da UFRR, Jefferson Ferreira.

Conforme Dirceu Medeiros, ainda é cedo para dizer que a universidade tem um prazo de validade para o funcionamento das atividades, mas a expectativa é que o período acadêmico não seja afetado. Ele descartou ainda a possibilidade de greve por parte da administração da instituição.

Instituto Federal

Já o Instituto Federal de Roraima (IFRR), que tinha o orçamento previsto em pouco mais de R\$ 19 milhões, teve um bloqueio de R\$ 6 milhões, referentes às despesas específicas para a manutenção da instituição.

“O comitê de orçamento se reuniu ontem (6) para rever as despesas com o objetivo de que o aluno não seja afetado e o ensino seja prejudicado. Esperamos que as atividades acadêmicas finalizem normalmente como foi planejado, garantiu o pró-reitor de administração em exercício do IFRR, Deyb Viriato.

Viriato afirmou ainda que de imediato serão reduzidos os contratos com a prestadores de serviços e viagens para eventos científicos. Além disso, a instituição teme não cumprir com o pagamentos das despesas e que para isso seria necessário a utilização de recursos de 2020.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Com R\$ 38 milhões bloqueados, iniciação científica da Ufam fica sob ameaça no 2º semestre

MEC anunciou bloqueio de 5,3% do orçamento anual e Universidade Federal do Amazonas busca reduzir impactos.

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 38 milhões da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). O montante representa 5,3% do orçamento global aprovado para 2019, que é de R\$ 720 milhões. A universidade tenta reverter o bloqueio, mas caso os recursos não sejam liberados pelo Governo Federal, um remanejamento orçamentário será feito nas áreas da instituição. Um eventual corte deve impactar diretamente na iniciação científica da universidade centenária.

No final de abril o governo federal anunciou que cortaria R\$ 5,8 bilhões do orçamento do MEC para 2019. Após o corte de 30% do orçamento global do ministério, universidades e institutos federais em todo o Brasil constataram bloqueio de valores.

A Universidade Federal do Amazonas recebeu um comunicado sobre o valor global bloqueado nessa segunda-feira (6). O bloqueio pode deixar a instituição sem recursos

para pagar todas as contas. O reitor da Ufam, Sylvio Puga, explica que a situação atual é de um bloqueio orçamentário e que a instituição vai trabalhar para uma reversão do bloqueio e, para isso, deve adotar medidas para reduzir os impactos nas atividades da universidade.

“Não significa que esse valor não exista mais. São R\$ 38 milhões que estão na nossa conta bloqueados e que não podemos usar. Vamos trabalhar para que volte. Essa é a primeira premissa nossa”, comentou o reitor em entrevista ao G1.

Impacto na iniciação científica

A partir do 2º semestre, atividades da universidade podem sofrer impactos se o bloqueio se tornar um corte orçamentário e a instituição ficar, de fato, sem os R\$ 38 milhões. Dentre as áreas da Ufam, a ameaça é maior para os trabalhos de iniciação científica.

“Se o bloqueio continuar em maio, junho e julho, aí sim vai começar a afetar as nossas atividades fins. Vou precisar tomar outras medidas, porque vou trabalhar com R\$ 38 milhões a menos. Vou ter que tomar outras medidas para que as atividades não sejam paralisadas e se tenha condições de cumprir as nossas metas”, avalia o reitor.

“A iniciação científica começa no segundo semestre de junho a julho. Ela seria a área mais afetada. O que está incurso nada muda, mas o PIBIC [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica] 2019/2020 vai ter impacto. Não é que vai acabar, mas terá impacto por conta bloqueio orçamentário”.

Estudos para remanejamento

Um grupo de trabalho será criado com a Pró-Reitoria de Administração e Finanças e Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional para definir medidas para cenários de reversão e de corte das verbas orçamentárias. A Reitoria da Ufam anunciou que está reunindo dados para apresentar ao MEC para tentar desbloquear os recursos.

“Como nós estamos no meio do primeiro semestre, nesse momento vamos trabalhar para remanejar o orçamento de forma que o impacto seja o menor possível entre as áreas de atividade de extensão, pesquisa e outras atividades. Não há ainda descontinuidade e o remanejamento é para isso”, afirma o reitor.

Atualmente, a Universidade Federal do Amazonas tem 30 mil alunos matriculados em mais de 100 cursos no campus de Manaus e nos Multicampis no interior do estado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Com bloqueio de verbas pelo MEC, Universidade Federal de Rondônia teme paralisação de atividades

Universidade afirma ter dinheiro para energia e água somente até o mês de julho. Impacto da medida é de cerca de R\$ 13 milhões a menos nos cofres da Unir.

A decisão do Ministério da Educação de bloquear 30% dos repasses financeiros às universidades federais gera preocupação na gestão de recursos da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Nesta semana, a Unir informou que a decisão poderá comprometer o funcionamento da universidade ainda este ano.

Segundo o reitor da Unir, Ari Miguel Teixeira Ott, a universidade só tem recursos para

despesas obrigatórias até julho, mesmo tomando providências relacionadas aos gastos institucionais em suas oito unidades no estado.

"Na prática, concluiremos o 1º semestre desse ano [13 de julho], pagando as despesas essenciais. Mas quando iniciarmos o 2º semestre [5 de agosto] teremos que ter a liberação de recursos para darmos continuidade às atividades", afirma o reitor.

Segundo a reitoria, a verba total prevista pela Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 é de R\$ 280 milhões à Unir. Destes, R\$ 236 milhões é para pagamento de pessoal, R\$ 4 milhões para investimento e o restante para custeios.

O corte de 30% promovido pelo MEC, segundo a reitoria, atinge em cheio o orçamento de custeios da universidade, hoje de R\$ 40 milhões. Na prática, a decisão do novo governo prevê cerca de R\$ 13 milhões a menos para despesas contratuais e obrigatórias, como energia, água, limpeza, vigilância e auxílios do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), entre outras.

De acordo com cálculos da Pró-Reitoria de Planejamento da Unir, os recursos disponíveis para essas despesas só darão até julho desse ano.

A recente decisão só vem agravar ainda mais a atual situação financeira da Unir. Segundo a Pró-Reitoria, os R\$ 4 milhões para investimento também foram bloqueados e não há expectativa de liberação de nenhum percentual do valor ainda esse ano.

"Já tínhamos pouco dinheiro para investimento. Agora estamos zerados [financeiramente] tendo prédios para concluir, laboratórios para equipar, livros para comprar. Vão fechar a universidade?", questiona o reitor.

A Unir lembra que as despesas com folha de pagamento e benefícios são as únicas excluídas dos cortes anunciados e que, até o presente momento, apenas 40% do valor empenhado, previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, foi disponibilizado.

Veja a evolução do orçamento repassado pelo MEC à Unir

Para reforçar a atual preocupação com as despesas, a universidade lembrou que nos últimos anos os contratos de terceirização de mão de obra já haviam sido repactuados em percentuais acima de 10%. Outra preocupação é o custo da energia elétrica, cuja tarifa no Estado de Rondônia aumentou mais de 25% esse ano. A Unir prevê que, se mantido o atual cenário, há risco de paralisação das atividades já em setembro ou outubro desse ano.

Diante da atual situação, a Unir informou algumas medidas que serão adotadas ainda no primeiro semestre de 2019:

Gasto máximo de 15% dos recursos previstos no Plano de Ação de cada unidade;

Não autorização para a execução de investimentos da universidade;

Revisão dos contratos continuados em vigência.

No entanto, mesmo diante de um cenário de incertezas, o reitor acredita, com base em experiências anteriores, que há esperanças de conclusão das atividades ainda esse ano.

"Somos primos pobres [do governo], nos acostumamos a viver na penúria, mas não

podemos viver na miséria. A universidade está contendo suas despesas, mas não temos como negociar com a empresa de energia, por exemplo, o não pagamento da conta. A paralisação de uma universidade seria uma tragédia absoluta para o país, sociedade e para o próprio governo. Mas já resistimos a outras ameaças e sobreviveremos a mais essa", acredita o reitor da Unir.

O que dizem os universitários?

Diante do cenário, acadêmicos da Unir já organizam uma manifestação contra a recente medida do governo. O evento está marcado para o dia 15 de maio.

Segundo o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unir, o local e horário serão decididos em uma assembleia geral com os estudantes ainda essa semana, bem como , todas as medidas para uma manifestação pacífica e organizada.

"Nós, estudantes, estamos em uma situação de desespero, pois esse corte de verbas vai alterar muito nossa graduação, a situação da nossa universidade, nossas bolsas de pesquisas. Acaba sendo tempos sombrios para nós, pois o entendimento que fica é que esse governo está atacando a educação superior desse país, um princípio básico de uma sociedade justa", acredita a acadêmica Vanessa Cabreira.

Segundo o governo federal, o bloqueio de 30% das verbas a universidades e institutos federais do país faz parte dos limites e contingenciamentos previstos no Decreto nº 9.741, de março desse ano.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reitor da Univasf diz que atividades da graduação, serviços essenciais e continuados serão afetados com o bloqueio de 30% da verba de custeio No IF Sertão-PE, o bloqueio de 30% representa cerca de R\$ 8 milhões a menos em recursos. Estudantes da Univasf e do IF Sertão-PE estão preocupados.

Estudantes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE) estão preocupados com as consequências dos cortes orçamentários sofridos pelas instituições. Na Univasf, 84% do investimento programado foi comprometido, quase 12 milhões. No IF Sertão-PE, o bloqueio de 30% representa cerca de R\$ 8 milhões a menos em recursos. O Ministério da Educação fez o anúncio na terça-feira (30) do bloqueio de 30% na verba das instituições de ensino federais.

O bloqueio orçamentário pode comprometer o funcionamento do instituto. Débora Albuquerque cursa edificações no IF Sertão-PE, no campus Petrolina. Ela disse que teme em como isso pode afetar a vida dela e de outros estudantes. "O sentimento de quem está dentro do instituto, de quem está analisando, sentindo e vivendo essa situação que estamos passando. É um sentimento de revolta, de indignação".

Segundo uma nota enviada pelo o IF-Sertão-PE, a previsão de orçamento para o instituto é menos da metade do que foi liberado há quatro anos, quando ele contava com uma estrutura menor para manter o funcionamento. A nota ainda destaca que nos últimos quatro anos, os recursos destinados ao instituto têm diminuído vertiginosamente.

Os estudantes estão com receio de que as aulas sejam suspensas. "Se um corte desse

prejudicar a ponto de você entrar em greve, a instituição, a gente vai atrasar muito o nosso curso, que já é um curso bem demorado, e vai atrasar mais ainda", revelou o aluno Rafael Pereira da Silva.

"Essa é uma das minhas principais angústias, porque se caso houver uma greve, isso pode afetar bastante a gente, em relação a entrar em uma faculdade futuramente", disse o estudante Bruno Batista.

Além do prejuízo para os estudantes, o bloqueio orçamentário também prejudica no desenvolvimento das pesquisas. "Não afeta somente estudantes da instituição como pessoas de fora", ressaltou a estudante Diovanna de Amorim.

Em nota, o IF Sertão disse que está buscando, junto à assessoria jurídica, a adoção de medidas legais para impedir que o orçamento continue bloqueado e que na próxima sexta-feira (10), haverá uma audiência com o Ministro da Educação.

Na Univasf, o corte no orçamento é de quase R\$ 12 milhões. O que afeta todos os serviços essenciais na universidade. "As atividades de graduação serão afetadas diretamente, porque primeiro os estudantes precisam estarem aqui e se manterem aqui no momento em que nós temos um corte no nosso orçamento e precisamos fazer um ajuste. Por exemplo, nós precisaríamos deixar de pagar alguns serviços como o fornecimento de água e de energia, muito em breve nós não poderemos pagar as faturas", explicou o reitor da Univasf, Julianeli Tolentino de Lima.

A universidade já passa por um período de contenção de despesas, e, diante deste bloqueio no orçamento, vai ser preciso fazer alguns ajustes. "Um deles vai passar pelo corte nos serviços continuados. O apoio terceirizado de vigilância, de limpeza, de manutenção, apoio administrativo nós teremos que fazer esse ajuste e isso significa a demissão de pessoas que prestam serviços a nossas universidades. São pessoas muito importantes e não podemos perdê-los", esclareceu o reitor.

Roberto de Jesus é motorista da Univasf há sete anos e teme que isso provoque demissões em massa. "A gente está muito preocupado com esse corte no orçamento no valor de 30% que vai afetar muitos pais de família aqui na nossa região, principalmente na nossa universidade. Fala-se de 200 pessoas sendo demitidas, tem funcionários aqui que tem dez anos, quinze anos. Eu tenho sete anos aqui dentro e nunca me vi em uma situação dessa".

O reitor da Univasf ressaltou ainda que está em contato com o Ministério da Educação. "Nós estamos provocando o MEC para viabilizar a liberação desse orçamento especialmente de custeio para pagar as nossas contas de energia, de água, pagar os nossos servidores terceirizados e continuarmos as nossas atividades", reforçou o reitor da Univasf.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufac apresenta à comunidade acadêmica novo cenário após anúncio de corte de R\$ 15 milhões

Cortes foram anunciados pelo governo federal no final de abril. Dentre os serviços afetados estão manutenção, luz, limpeza e segurança.

O corte de repasses anunciado pelo governo federal foi pauta de uma reunião entre alunos, professores e técnicos da Universidade Federal do Acre (Ufac), nesta terça-feira (7). A reitoria voltou a afirmar que, caso o governo não volte atrás na decisão, o 2º semestre de 2019 vai ser comprometido.

“Caso não haja um recuo do governo federal, nós iremos sim inviabilizar o início do segundo semestre. A partir do momento em que corto os serviços de manutenção, luz, limpeza e segurança, eu não vou dar a estrutura para que os professores continuem dando aula, para que as pesquisas continuem”, afirmou a reitora da instituição, Guida Aquino.

No final do mês, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, explicou o motivo do bloqueio em uma entrevista ao jornal “O Estado de S.Paulo”. Ele afirmou que “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas”.

Com isso, confirmou o corte de 30% em repasses para todas as universidades e institutos federais. Atualmente, a Ufac recebe R\$ 44 milhões em verbas federais, tanto para custeio, como para capital. Com o corte no repasse, a instituição pode perder R\$ 15 milhões.

A pró-reitora de pesquisa e pós-graduação, Margarida Lima Carvalho, falou das consequências dos cortes nas universidades. Segundo ela, o impacto é tanto para os professores, como para os alunos, além da comunidade em geral.

“As pesquisas são realizadas em laboratórios que sofrem manutenção todos os anos, os equipamentos têm que ser mantidos funcionando. Com o corte, essa manutenção não está mais disponível, então, alguns equipamentos já não estão mais funcionando e, por conta disso, algumas pesquisas vão começar a parar”, alertou Margarida.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Não há corte, há contingenciamento, diz ministro sobre orçamento das universidades federais

Há uma semana, MEC anunciou a retenção de 30% do orçamento das instituições federais. Weintraub diz que liberação da verba retida depende da reforma da Previdência e da retomada da economia.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse nesta terça-feira (7) durante audiência na Comissão de Educação no Senado que não haverá corte no orçamento das universidades e instituições de ensino federais, mas sim um contingenciamento.

O ministro afirmou que o recurso poderá voltar a ser liberado se a reforma da Previdência for aprovada e se a economia do país melhorar no segundo semestre.

"Não houve corte, não há corte. Vou repetir: não há corte, há contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento – e nem é recuperar porque estamos em um marasmo a perder de vista – mas se tivermos crescimento econômico com a aprovação da nova previdência, é só o que falta." - Abraham Weintraub

O ministro disse que o governo fez a opção pelo contingenciamento para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"A gente já voltou a consumir bens duráveis. Está faltando o último gatilho que é investimento em infraestrutura, investimento em máquinas e equipamentos. Isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação, se descontingência. Não há corte. E isso não foi imposto, a gente tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal" - Abraham Weintraub

Weintraub foi ao Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários da pasta. De acordo com o ministro, o foco da sua gestão será a educação básica, uma gestão técnica baseada em entrega de resultados e reconhecimento por mérito, entre outros pontos. Weintraub falou por uma hora e, em seguida, respondeu ao questionamento dos senadores.

O anúncio sobre o bloqueio do orçamento das universidades foi feito há uma semana. Em um comunicado, o MEC divulgou que "UFBA, UFF e UnB tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas". Na ocasião, o ministério não apresentou motivos para bloquear as verbas especificamente dessas universidades, mas em uma entrevista ao jornal "Estado de S.Paulo", o ministro associou a redução das verbas a "balbúrdia" praticada em universidades.

"Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking", disse na ocasião, sem esclarecer quais rankings.

A rede federal inclui mais de 60 universidades e quase 40 institutos em todos os estados do Brasil.

Após críticas, o MEC alterou a medida e disse que o bloqueio de 30% na verba das instituições de ensino federais vai valer para todas as universidades e todos os institutos.

Críticas ao Fies

O ministro afirmou que o crescimento do Brasil no ensino superior se deve à participação da rede privada, e fez críticas ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa que classificou como uma "política desbalanceada".

"MEC hoje é principalmente ensino superior, a maior parte dos nossos recursos vai para o ensino superior. Mas tem o financiamento. Essa é outra tragédia que aconteceu. Para financiar essa expansão, se criou o financiamento educacional. (...) A gente tem 500 mil jovens brasileiros inadimplentes. É uma tragédia" - Abraham Weintraub

Autonomia universitária

O ministro foi questionado sobre o respeito à autonomia universitária, considerando as críticas que havia feito à "balbúrdia".

"Sou 100% a favor da autonomia universitária, mas autonomia não é soberania universitária. Universidade não é um estado soberano. Não pode ter consumo de droga dentro dos campi porque a lei não permite. Por que a polícia não pode entrar dentro do campus? É um país autônomo? Tem uma violência acontecendo lá dentro? O que pode fazer? Nada? Temos que bater palma? Isso está errado, sou contra", disse o ministro.

Metas do MEC

Entre as metas apresentadas pelo ministro, estão:

Foco na educação básica, aprimorando o fundo de manutenção de desenvolvimento da educação básica e da valorização dos professores da educação (Fundeb)

MEC como indutor da política de educação nacional

Gestão técnica orientada à entrega de resultados

Construção de um sistema educacional nacional orientado pelo mérito e para o mérito

Fixação de incentivos para a adoção das melhores práticas nacionais e internacionais em gestão da educação

Disciplina, ordem, respeito a todos no espaço da educação público e privados

Respeito à liberdade e diversidade de pensamento

Investimento em capital humano para aumentar a competitividade da economia brasileira

O ministro abriu a audiência falando sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), dando um panorama sobre o ensino no Brasil.

Depois, citou os pontos do Plano Nacional de Alfabetização. O ministro disse que não vai priorizar um ou outro método de ensino. "Não se trata de falar de um método ou outro. É qualquer método empregado que esteja avaliado em evidências científicas. Tem que ter número comprovando isso", disse.

"A gente não quer impor nada a ninguém, a gente quer abrir o debate, quer conversar. Dizer assim: alguma coisa está errada. Por isso a nossa educação é muito pior do que a dos nossos vizinhos na América Latina."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC bloqueia mais de R\$ 26 milhões do orçamento, e Instituto Federal do Amazonas pode ter expansão afetada

Corte equivale a 30% do orçamento anual do Ifam.

O Instituto Federal do Amazonas (Ifam) é uma das instituições federais que sofreu bloqueios de recursos orçamentários pelo Ministério da Educação. O corte atingirá 30% do orçamento de investimento do instituto, representando uma redução de R\$ 26.691.559,00. Com o anúncio, a criação de dois novos campi no interior do estado pode sofrer impactos devido ao corte.

No final de abril, o governo federal anunciou que cortaria R\$ 5,8 bilhões do orçamento do MEC para 2019. Após o corte de 30% do orçamento global do ministério, universidades e institutos federais em todo o Brasil constataram bloqueio de valores.

O Governo Federal informou, no dia 30 de abril de 2019, bloqueios no orçamento previsto para 2019, correspondente a 30% do orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA-2019 do Ifam). Isso resultou no bloqueio no montante de R\$ 26.691.559,00.

Veja a tabela de distribuição dos bloqueios:

Bloqueio de recursos do IFAM

Descrição da Ação	Valor Bloqueado (R\$)	Percentual Bloqueado
LOA Custeio	R\$ 18.078.559,00	30%

LOA Investimento R\$ 6.450.000,00 30%

Emenda Parlamentar de Bancada Investimento R\$ 2.163.000,00 21,63%

Fonte: SIAFI/2019/IFAM

Custeio do Instituto

No caso do Ifam, quanto ao custeio, o funcionamento do instituto teve o bloqueio equivalente a R\$ 17.680.759,00. Esse corte representa 38,78% do orçamento da instituição.

"Essa ação é voltada para os serviços de manutenção de serviços terceirizados e públicos [manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, energia, água, transportes de alunos, imprensa nacional, fiscalização de obras, telefonia, internet, agenciamento de viagens, dentre outros], aquisições de materiais de consumo, além do apoio a editais de pesquisa e extensão", explicou o Ifam por meio de nota.

A ação de Capacitação, que também está dentro do Custeio, teve um bloqueio de 30%, no valor de R\$ 397.800,00 referente à realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Emenda Parlamentar de Bancada

Além do bloqueio dos recursos de investimento, houve ainda bloqueio no valor de R\$ 2.163.000,00 referente à Emenda Parlamentar de Bancada, equivalente a 21,63%. "O que levará o IFAM refazer o planejamento de obras e aquisições de material permanente", informou a instituição em nota.

A situação é considerada preocupante e pode comprometer o planejamento da expansão do Instituto Federal no Amazonas.

Planos de expansão

O Ifam está em plena expansão com a implantação de mais dois campi no interior, nos municípios de Boca do Acre e Iranduba. Representantes do IFAM pretendem se reunir com Ministério da Educação nesta semana para tratar do assunto.

Áreas de atuação: da capital ao interior

O Ifam já conta com 15 campi, sendo três em Manaus (Centro, Distrito Industrial e Zona Leste), Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara e Tefé. As unidades proporcionam ensino profissional em todas as regiões do Amazonas com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu.

Atualmente, o Ifam está estabelecido em 23 municípios, sendo três deles, polos de Educação a Distância em Roraima. A instituição já soma mais de 25 mil matrículas, distribuídas em 162 cursos técnicos presenciais, 68 cursos em EaD (Educação à Distância), 15 tecnólogos, sete Licenciaturas, cinco Bacharelados, duas especializações Lata Sensu e três Mestrados Profissionais. O instituto tem mais de 1.900 servidores em todo o estado.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. “Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontingencia”, garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre “uma parte pequena do volume total de despesas”, que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: “A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados”. Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de “soberania” dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. “A autonomia universitária não é soberania”, disse. “Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso”, afirmou.

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. “A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base”, disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico. Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. “Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades”, disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

‘Universidades não podem economizar nem uma migalha?’, diz Weintraub No Senado, ministro da Educação minimizou contingenciamento de recursos ao ensino superior e voltou a defender prioridade ao ensino básico

Após bloquear 30% dos recursos das universidades federais do país, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou nesta terça-feira, 7, o tamanho do contingenciamento e ressaltou diversas vezes que não houve corte no dinheiro destinado ao ensino superior federal. Em audiência na Comissão de Educação no Senado, Weintraub questionou se as universidades “não podem economizar nem uma migalha” e voltou a defender que os investimentos federais em Educação sejam destinados à pré-escola e ao ensino básico.

“É sacrossanto o orçamento? Não podem economizar nem uma migalha?”, disse o ministro, ao ser questionado sobre a dificuldade relatada pelos reitores em manter as

instituições após a redução de recursos. “A universidade federal hoje no país custa 1 bilhão de reais. Não dá para buscar nada [para cortar]? Todo mundo no país está apertando o cinto”, completou.

Ele declarou que 73% do orçamento do MEC vai para universidades federais, enquanto “o gasto não aumentou na educação básica”. “E onde foi o dinheiro da educação superior? Foi pra contratar gente. A gente contratou uma penca de gente no MEC ou nas universidades, enquanto as despesas discricionárias, equipamento, livro didático, pesquisa, vêm caindo. Do orçamento do MEC, 73% é universidade federal, o MEC é uma grande universidade federal”, criticou.

O ministro ainda afirmou que as universidades federais gastam muito com folha de pagamento e que, se cada uma delas fosse seus respectivos estados, “estariam todas estouradas na lei de responsabilidade fiscal”.

Weintraub esteve no Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários para a pasta, mas não apresentou projetos novos. Ele criticou programas petistas, como Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e voltou a defender cortes na área de humanas.

Com o um bloqueio de 7,3 bilhões de reais do orçamento da pasta o ministro negou por diversas vezes que haja corte de recursos para as universidades federais e disse que houve um contingenciamento. “Se a economia tiver crescimento, com a aprovação da Reforma da Previdência, se descontingencia o recurso. Não há corte. A economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos”, disse.

Ele ainda propôs aos reitores que marquem reuniões com o MEC para discutir a nova situação financeira das universidades federais. Ele chegou a comparar a situação do contingenciamento com a situação de empresas privadas. “30% é sobre uma parte pequena do volume total de despesa. O dono de uma empresa às vezes tem que fazer corte de 20% e sobrevive”, exemplificou.

Questionado sobre o contingenciamento de recursos também para a educação básica, o ministro apenas afirmou que o bloqueio não é permanente. Também questionado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede) sobre o bloqueio de verbas para a construção de creches, que minutos antes havia sido elencado por Weintraub como prioridade, o ministro não respondeu. “Quantas creches o governo Dilma [Rousseff] cortou?”, se limitou a dizer.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Weintraub crítica Fies e minimiza corte de verbas no Senado

Ministro da Educação voltou a defender cortes na área de humanas, criticou programas petistas, mas não apresentou projetos em reunião de comissão

Após bloquear 30% dos recursos das universidades federais do país, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou o tamanho do contingenciamento em audiência na Comissão de Educação, no Senado, nesta terça-feira (7).

“É sacrossanto o orçamento? Não podem economizar nem uma migalha?”, disse ao ser questionado sobre a dificuldade relatada pelos reitores em manter as instituições após a redução de recursos.

"A universidade federal hoje no país custa R\$ 1 bilhão. Não dá para buscar nada [para cortar]? Todo mundo no país está apertando o cinto", completou Weintraub. Ele esteve no Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários para a pasta, no entanto, não apresentou projetos. O ministro criticou programas petistas, como Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e voltou a defender cortes na área de humanas.

Com o um bloqueio de R\$ 7,3 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC), o ministro negou por diversas vezes que haja corte de recursos para as universidades federais e disse que houve um contingenciamento.

"Se a economia tiver crescimento, com a aprovação da Reforma da Previdência, se descontingencia o recurso. Não há corte, a economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", disse.

Ele ainda propôs aos reitores que marquem reuniões com o MEC para discutir a nova situação financeira das universidades federais. Ele chegou a comparar a situação do contingenciamento com a situação de empresas privadas. "30% é sobre uma parte pequena do volume total de despesa. O dono de uma empresa às vezes tem que fazer corte de 20% e sobrevive", disse.

Questionado sobre o contingenciamento de recursos também para a educação básica, o ministro apenas afirmou que o bloqueio não é permanente e pode ser revertido com a melhora da economia. Também questionado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede) sobre o bloqueio de verbas para a construção de creches, que minutos antes havia sido elencado por Weintraub como prioridade, o ministro não respondeu. "Quantas creches o governo Dilma [Rousseff] cortou", se limitou a dizer.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Entidade científica repudia flexibilização de recursos para Educação no orçamento impositivo do Estado

SBPC considera que medida prevista no Orçamento Impositivo traz riscos à manutenção da rotina científica goiana O post Entidade científica repudia flexibilização de recursos para Educação no orçamento impositivo do Estado apareceu primeiro em Jornal Opção.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) publicou nesta terça-feira, 7, uma nota de repúdio à flexibilização de investimentos em educação prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Orçamento Impositivo, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Segundo a SBPC, até o momento o estado tem a obrigação constitucional de investir 1,25% da receita em fomento à pesquisa (0,5%), ciência e tecnologia (0,5%) e pesquisa agropecuária (0,25%). "A partir de agora, com a palavra 'até' inserida no texto, o que era obrigação virou limite e pode 'até' significar 0%", considera a nota.

Na PEC do orçamento impositivo, aprovada na Alego, os parlamentares deverão receber, em 2020, 0,7% do orçamento do Governo do Estado para investir, em sua integralidade, na Saúde e na Educação. Em 2021, a alíquota será de 0,9%, mas, a partir deste ano, 70% serão para essas duas áreas e outros 30% estarão disponíveis a outras

áreas.

“Permitir a flexibilização dos índices é uma ameaça concreta de redução nas verbas que nos colocam em risco de nos tornar cada vez mais atrasados culturalmente, isolados, provincianos, distantes e dependentes de onde o progresso se desenvolve no Brasil e no mundo”, disse a secretária regional da SBPC Goiás, Márcia Pelá.

Ao Jornal Opção Pelá afirmou que a entidade soube da aprovação com surpresa. Isso, porque, segundo ela, houve por parte da entidade a busca por diálogo com parlamentares da Alego, que garantiam nos bastidores não aprovar os itens.

“Um país sem ciência é um país sem soberania. A ciência não poder ser tratada como gasto, ela é investimento. A cada R\$ 1 eu tenho retorno de R\$ 3. Não estamos mexendo só com cientistas, é com toda a sociedade. A ciência vai desde a saúde à até educação”, defende Marcia Pelá.

Segundo a secretária regional, haverá por parte da entidade uma agenda de reuniões com representantes da área nas próximas semanas.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Educação a distância auxilia dentistas na capacitação técnica e habilidades administrativas

Não é novidade que o EAD (Educação a Distância) cresce a passos largos em todos mundo. Nos Estados Unidos, o mercado irá alcançar a incrível marca de \$325 bilhões de dólares até 2025, segundo a Revista Forbes. No Brasil, apesar do mercado ainda engatinhar perto dos norte-americanos, o crescimento não deixa de ser exponencial. De acordo com a Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), 2017 registrou um número recorde de matriculados: 7.773.828.

Seguindo os princípios econômicos básicos, com o aumento da demanda, a oferta de cursos também bate recordes. As instituições mais renomadas entraram de cabeça no mercado de EAD e já apostam suas fichas em pós-graduações e MBAs.

No mercado odontológico, ainda não é possível a graduação a distância por questões óbvias. No entanto cursos de atualização já chegam ao mercado com grande sucesso. Os dentistas parecem ter se adaptado muito bem à mudança na forma de aprendizado. "O cirurgião-dentista é um profissional técnico e extremamente minimalista. O EAD permite a absorção do conteúdo com mais calma e total atenção aos detalhes. Acredito que por isso a adaptação foi tão rápida", conta Ricardo Novack, empresário e sócio do SucessOdonto, um dos cursos pioneiros em EAD para a área de gestão e marketing na Odontologia.

"Quando começamos com o EAD, em 2015, foi mais difícil. Os dentistas tinham muito receio de se matricularem, porque era algo totalmente novo, inexplorado. No entanto a cada nova turma do nosso curso de Gestão e Marketing que abrimos, temos recordes de inscrições", salienta Ricardo Novack.

Com a popularização da educação a distância, cursos técnicos de atualização também chegaram ao mercado. Hoje é possível encontrar vários cursos técnicos odontológicos já no formato em EAD e as instituições de ensino têm apostado cada dia mais em recursos

audiovisuais que permitam a experiência completa do aluno. "Considero o formato EAD até superior ao presencial em muitos casos. Nele o aluno possui comodidade de assistir os cursos de onde quiser, no melhor horário e, mais que isso, eles podem rever o conteúdo, o que possibilita maior absorção dos ensinamentos", completa Ricardo Novack.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub minimiza contingenciamento em audiência na Comissão de Educação

Após bloquear 30% dos recursos das universidades federais do País, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, minimizou o tamanho do contingenciamento em audiência na Comissão de Educação, no Senado, nesta terça-feira, 7. "É sacrossanto o orçamento? Não podem economizar nem uma migalha?", disse ao ser questionado sobre a dificuldade relatada pelos reitores em manter as instituições após a redução de recursos.

"A universidade federal hoje no País custa R\$ 1 bilhão. Não dá para buscar nada [para cortar]? Todo mundo no País está apertando o cinto", completou Weintraub. Ele esteve no Senado para apresentar as diretrizes e programas prioritários para a pasta, no entanto, não apresentou projetos. O ministro criticou programas petistas, como Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), e voltou a defender cortes na área de humanas.

Com o um bloqueio de R\$ 7,3 bilhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC), o ministro negou por diversas vezes que haja corte de recursos para as universidades federais e disse que houve um contingenciamento. "Se a economia tiver crescimento, com a aprovação da Reforma da Previdência, se descontinua o recurso. Não há corte, a economia impôs o contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", disse.

Ele ainda propôs aos reitores que marquem reuniões com o MEC para discutir a nova situação financeira das universidades federais. Ele chegou a comparar a situação do contingenciamento com a situação de empresas privadas. "30% é sobre uma parte pequena do volume total de despesa. O dono de uma empresa às vezes tem que fazer corte de 20% e sobrevive", disse.

Questionado sobre o contingenciamento de recursos também para a educação básica, o ministro apenas afirmou que o bloqueio não é permanente e pode ser revertido com a melhora da economia. Também questionado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede) sobre o bloqueio de verbas para a construção de creches, que minutos antes havia sido elencado por Weintraub como prioridade, o ministro não respondeu. "Quantas creches o governo Dilma [Rousseff] cortou", se limitou a dizer.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub nega cortes em universidades e defende educação básica

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, negou nesta terça-feira (7) que tenha havido cortes na verba das universidades federais. Segundo ele, o que houve foi um contingenciamento. "Não houve corte, não há corte. Há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento com a aprovação da nova Previdência, e eu acredito nisso, isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação e descontinua", garantiu ao ser questionado na Comissão e Educação do Senado sobre

o anúncio feito na semana passada de bloqueio de 30% da verba de instituições federais de ensino superior.

Weintraub se disse surpreso com a repercussão da decisão e defendeu o contingenciamento que, segundo ele, é sobre "uma parte pequena do volume total de despesas", que atinge apenas a parte discricionária das universidades federais: "A folha de pagamento e o refeitório estão integralmente preservados". Ele disse ainda que as 65 universidades federais custam, em média, R\$ 1 bilhão por ano.

O ministro disse que pretende dar mais autonomia às universidades, mas que isso não pode ser confundido com apoio ao que chamou de "soberania" dessas instituições. Nesse sentido, ele criticou o uso de drogas dentro de universidades públicas e defendeu a entrada da polícia nos campi universitários para combater o consumo de substâncias ilícitas. "A autonomia universitária não é soberania", disse. "Se tem coisa acontecendo dentro, por que a polícia não pode entrar [nas universidades]? Não tem que ter consumo de drogas, está errado. Sou contra isso", afirmou.

Ao falar sobre os desafios do MEC, Weintraub enfatizou que a educação básica será a prioridade da pasta. "A gente aqui no Brasil quis pular etapas, colocou dinheiro demais no teto e esqueceu a base", disse.

As diretrizes apontadas no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) incluem alfabetização, investimentos no ensino médio e valorização do ensino técnico.

Weintraub defendeu ainda que o governo descentralize as tomadas de decisão da área. "Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, nas cidades", disse ao ressaltar que os alfabetizadores precisam voltar a ser respeitados.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Weintraub no Senado - não apresentou projetos; cortes podem ser revistos

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, insistiu, em encontro no Senado nesta terça-feira (7), que os bloqueios de orçamento da pasta não são cortes, tanto no ensino superior quanto na educação básica.

Segundo ele, os congelamentos poderão ser revistos. Weintraub criticou programas petistas, defendeu priorização de gastos e justificou cortes na área de humanas.

Os bloqueios no MEC atingiram R\$ 7,3 bilhões. Vão da educação infantil à pós-graduação.

O ministro da Educação compareceu nesta terça-feira (7), às 11h, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Na sua fala inicial, ele se valeu das metas do PNE (Plano Nacional de Educação) para apresentar o cenário educacional no país e defender seus pontos de vista. Apesar de indicações, não apresentou projetos do governo para a área.

"Não dá para fazer tudo com recurso financeiro finito, então onde a gente vai, como nação, colocar nossos recursos limitados para melhorar nosso desempenho?", questiona ele. "A gente quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado", completou, defendendo investimentos em creche e ensino técnico.

Segundo Weintraub, os recursos podem ser retomados caso haja retomada do crescimento econômico. "A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca e nós obedecemos", diz. "Mas não dá para cortar em nada [nas universidades]? O país está todo apertando o cinto". (...)

A CRÍTICA - AM - BRASIL

Reitor da Ufam, Sylvio Puga, disse que vai trabalhar para reversão desse recurso junto ao MEC

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 38.048.452,00 do orçamento da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e vai atingir principalmente as atividades de custeio da instituição de ensino como o pagamento de água, luz, telefone, empresas e funcionários terceirizados. Se até o final do primeiro semestre deste ano esses recursos não forem desbloqueados, o tradicional Programa de Iniciação Científica (PIBIC), com a concessão de bolsas para os pesquisadores universitários, por exemplo, deverá ser suspenso.

O pagamento de professores e servidores da Ufam não foi atingido pela medida. Segundo o reitor Sylvio Puga, o valor bloqueado de R\$ 38 milhões não representa os 30% do orçamento geral da Universidade Federal do Amazonas para o ano de 2019, que é de R\$ 720 milhões.

O bloqueio temporário é sobre os recursos não empenhados do orçamento, um total de R\$ 126.828.174,00. Já o que está autorizado, como a construção da Faculdade de Psicologia, terá a liberação garantida do valor orçamentário aprovado", explicou. "Após tomarmos conhecimento oficial do bloqueio temporário, vamos trabalhar para a reversão desse recurso.

Vamos apresentar um relatório ao MEC com todas as nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, empreendedorismo, inovação tecnológica; vamos mostrar que os R\$ 38 milhões bloqueados são importantes para as nossas atividades", declarou o reitor. Sylvio Puga disse ainda que, nos próximos dois meses – até o fim do semestre letivo – haverá um remanejamento dos recursos para outras ações a fim de que o impacto do bloqueio seja o menor possível. "Esperamos convencer o Ministério da Educação a liberar os recursos porque se o bloqueio for mantido, teremos, dificuldades para manter a universidade no segundo semestre. Mas, quero dizer que as despesas com pessoal estão asseguradas porque são obrigatórias e discricionárias, portanto, não há impacto algum nessa rubrica".

O reitor da Ufam se esquivou e fazer uma análise política do bloqueio dos recursos à Universidade do Amazonas e às demais instituições de ensino superior do país. Disse apenas que todos os gestores trabalham para que o orçamento determinado e aprovado pelo Congresso Nacional não seja contingenciado. "É claro que surgem dificuldades, mas vamos trabalhar sempre no sentido de que os recursos do orçamento da União sejam executados pela universidade", comentou Sylvio Puga.

Puga diz que pretende apresentar um relatório da universidade ao MEC para justificar a manutenção dos recursos

Saiba mais

Corte geral

O Ministério da Educação anunciou um corte de 30% nos recursos de todas as universidades federais e instituições de ensino superior em todo o país. O valor chega a R\$ 7,4 bilhões e vai atingir as atividades de custeio e de pesquisa em cursos de mestrado e doutorado. A **Capes**, responsável pela pós-graduação, vai reduzir R\$ 150 milhões em bolsas de estudo, dos R\$ 3,4 bilhões destinado à pesquisa, e encerrar o programa Idiomas Sem Fronteiras.

Frase

“Esperamos convencer o Ministério da Educação a liberar os recursos porque se o bloqueio for mantido, teremos, dificuldades para manter a universidade no segundo semestre”

Sylvio Puga

Reitor da Ufam

topo ↕

A TARDE - BA - OPINIÃO

Ufba viva e forte!

Naomar de Almeida Filho

Ex-reitor da Universidade Federal da Bahia (2002-2010), pesquisador 1A do CNPq e atualmente professor visitante no Instituto de Estudos Avançados da USP

A Ufba foi incluída pelo ministro da Educação entre as primeiras universidades a sofrer cortes orçamentários por “balbúrdia” e deficiências em desempenho acadêmico. Houve imediata reação da academia, da mídia e de entidades representativas da sociedade, denunciando tal procedimento como ilegal e injusto. Usar o orçamento público como instrumento de discriminação institucional ou retaliação política é crime de improbidade. Mais ainda no caso de universidades públicas, com autonomia garantida na Constituição.

Curiosamente, as instituições ameaçadas se destacam justamente por extraordinários indicadores de desempenho. Na Ufba, o bloqueio de R\$ 37 milhões sem dúvida inviabilizará o funcionamento pleno da instituição. Levantou-se a hipótese de que estaríamos sendo punidos por ter sediado o Fórum Social Mundial, além de outras manifestações legítimas da sociedade democrática. Considerando os desmandos do atual governo, essa hipótese é muito plausível. Dizer que a Ufba piorou seu desempenho é mentira e má-fé.

A Ufba está maior e melhor. Antes do Reuni (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), lançado no governo Lula, éramos uma instituição de médio porte, com 1.900 docentes, menos de 20 mil estudantes em 55 cursos de graduação e 61 de pós-graduação. Quinze anos depois, a Ufba tem quase três mil professores e mais de 45 mil estudantes, em 105 cursos de graduação e 136 mestrados e doutorados.

O mais notável é o crescimento de 17 para 54 doutorados no período. Como resultado, a Ufba dobrou sua produção científica em dez anos. Índices médios de qualidade na graduação têm aumentado desde 2006; recentemente, ultrapassamos a cobiçada nota 4 no Enade. Na pós-graduação, a Ufba é a terceira instituição brasileira com mais notas acima de 4 na avaliação **Capes**. Em nota oficial, a Reitoria da Ufba informa que, no ranking Times Higher Education, somos hoje a 30ª universidade da América Latina, a 10ª brasileira e a 1ª do Nordeste.

Em meio à onda de críticas, o governo federal comunicou que o bloqueio orçamentário seria estendido a todas as universidades. Alguns avaliam que houve recuo, com a intenção de prevenir processos judiciais. Para mim, trata-se de provocação; truculenta, porém premeditada, indicando haver método nessa loucura.

Mas estamos prontos para reagir e retomar o processo de avanço político momentaneamente bloqueado em nosso País. Começamos, aqui e agora, manifestando nosso repúdio e indignação frente a um governo que discrimina, desonra e agride nossa universidade, tentando impedi-la de continuar cumprindo seu papel histórico de alma mater da educação superior brasileira. A Ufba está viva e forte!

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Bloqueio do MEC atinge mestrados e doutorados

Há previsão de cortes de bolsas em instituições mal avaliadas e ainda encerramento de programas

Os reflexos do contingenciamento de R\$ 7,4 bilhões do Ministério da Educação já começam a ser sentidos nos cursos de mestrado e doutorado. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai congelar neste semestre bolsas que estão ociosas e reduzir aquelas que são concedidas em instituições mal avaliadas. Associações das áreas de ciência e educação devem começar hoje a se mobilizar para reverter bloqueios no Congresso.

Além do aperto na oferta de bolsas, a **Capes** vai encerrar o programa Idiomas Sem Fronteiras, que havia sido criado na esteira do Ciência sem Fronteiras. A coordenação não informou quantas bolsas serão atingidas com as medidas, mas a conta é reduzir inicialmente R\$ 150 milhões dos R\$ 3,4 bi destinados para a atividade.

Será preservado neste primeiro momento o pagamento de bolsas para formação de professores de educação básica. Atualmente, são 107.260 bolsistas. Nos registros da **Capes**, havia em fevereiro deste ano 92.253 bolsistas na pós-graduação. Os auxílios repassados estão há anos sem reajuste. Para mestrado, o valor mensal é de R\$ 1,5 mil; para doutorado, é de R\$ 2,2 mil.

Pesquisadores vão iniciar uma movimentação no Congresso, com o objetivo de tentar blindar a área e obter, por meio de emendas, recursos para o setor. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Academia Brasileira de Ciência e Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) pretendem fazer um trabalho de convencimento entre parlamentares.

Os cortes na **Capes** eram esperados com apreensão por pesquisadores. Helena Nader, do Conselho da **Capes**, afirmou que, na última reunião do grupo, em abril, integrantes já haviam sido informados de que era certa a redução de investimentos. Em nota, o MEC informou que todos os órgãos e instituições da pasta serão atingidos pelo contingenciamento do governo.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Esperança de reitores é reverter situação em reuniões que ocorrerão em Brasília

A expectativa dos reitores é que reuniões marcadas para esta e a próxima semana revertam o bloqueio dos recursos. Amanhã, em Brasília, ocorrem duas reuniões

emergenciais na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que determinarão o que as instituições poderão fazer em conjunto e examinarão os orçamentos de 2019. Para o dia 16 de maio, a entidade tem agenda com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Temos grande expectativa de que os recursos sejam descontingenciados no segundo semestre e haja trégua nas redes sociais, quanto às acusações às universidades”, diz o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Rui Vicente Oppermann.

Única no Estado a não divulgar nota pública, a reitoria da Ufrgs está aguardando essas reuniões para, então, definir quais adaptações podem ser feitas e como será construído o orçamento para 2020. Sem os 32% bloqueados das contas da instituição, contudo, Oppermann é categórico: não há como chegar até o fim do ano, apenas até setembro. “Dentro do caos, a boa notícia é que há possibilidade de que esse recurso seja liberado.

Os condicionantes são a aprovação da reforma da Previdência, que não nos diz respeito, e o aumento da arrecadação do governo federal, que só vai acontecer se a economia do País der um sinal diferente do que está dando, que é o de recessão”, destaca. A universidade já tinha um bloqueio de R\$ 4,5 milhões desde o início do ano nos repasses para investimentos em infraestrutura que, agora, passou para R\$ 5,8 milhões, dos R\$ 8,9 milhões disponíveis. A situação mais grave diz respeito à verba para manutenção das atividades, que teve R\$ 49,9 milhões dos R\$ 166,6 milhões disponíveis, bloqueados.

Os bloqueios correspondem a 32% do orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual, de R\$ 175,6 milhões. O Comitê de Risco da Ufrgs avaliará, após as reuniões da Andifes, como poderá lidar com os contingenciamento, mas já sabe que a instituição será impactada com o corte de bolsas ociosas oferecidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e pelo fim do programa Inglês Sem Fronteiras, do governo federal. “Ainda não sabemos o que eles consideram como bolsa ociosa, porque quando uma pessoa defende o doutorado, por exemplo, ela para de receber a bolsa, mas, meses depois, outra pessoa começa a recebê-la, então não está ociosa, só está esperando um novo bolsista. Espero que essa não seja a definição deles para bolsa ociosa”, analisa Oppermann. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), R\$ 46 milhões (32%) dos R\$ 142,9 milhões previstos para 2019 foram bloqueados, tornando o orçamento deste ano o menor desde 2010.

O reitor Paulo Burmann ainda avalia como será possível manter as atividades da universidade com esse corte. “Temos capacidade de honrar até setembro com nossos compromissos, depois, esperamos que haja revisão por parte do governo, porque a universidade não é para o reitor, e sim para a sociedade e, no momento em que sofre por inanição e deixa de cumprir seu dever, quem sofre é a sociedade”, ressalta. Burmann chamou atenção para a importância das universidades federais no desenvolvimento econômico e social do Brasil. “Temos o compromisso de defender a universidade como patrimônio público, igualitário, para formar profissionais comprometidos com a prestação de serviços e a cidadania. Em um projeto de País e Nação, conhecimento e pesquisa são estratégicos para o desenvolvimento”, defende.

O reitor espera que chegue o momento em que a “intempestividade nas falas e nas ações” dê espaço ao bom senso.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

Ameaça de corte de bolsas preocupa pós-graduação

A expectativa de mais cortes no Ensino Superior é temida pela comunidade acadêmica da Universidade Federal de Goiás (UFG), especialmente na pós graduação. Reportagem de ontem do Estado de S. Paulo revelou que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai congelar bolsas ociosas e reduzir as que seriam de programas com avaliação ruim. Apesar da quantidade e valores não estar confirmadas, já há indícios desse bloqueio futuro. Segundo o pró-reitor de pós-graduação da UFG, Laerte Guimarães Ferreira, desde o início do ano foi proibido às universidades fazer remanejamento de bolsas entre diferentes programas de mestrado e doutorado. Quando não havia demanda em algum programa, os gestores podiam transferir a bolsa para um estudante de um outro curso que tinha de manda . Com essa proibição, aumenta a chance de “bolsas ociosas”.

Guimarães garante que, mesmo coma nova regra, todas as bolsas continuam a ser utilizadas. A maior parte das cerca de 1.800 bolsas de pós-graduação da UFG são da **Capes**, sendo 739 de mestrado e 504 de doutorado. Outra questão que proíbe o professo ré em relação ao remanejamento de bolsas entre alunos. “Ouso destas bolsas é dinâmico; ou seja, quando um bolsista conclui o seu mestrado ou doutorado, atribuímos a bolsa para um outro aluno; assim, todo mês a **Capes** abre o sistema, para que possamos fazer este remanejamento”, explica. No entanto, esse sistema ainda não abriu este mês. Normalmente, isso aconteceria nos primeiros dias do mês. “Estamos preocupados de que isso possa ser um indício que a gente vai, eventualmente , ter bolsas suprimidas ” , afirma. “Temos que bater muito nessa tecla, que pós de qualidade depende de bolsa. Isso em qualquer lugar do mundo. As grandes universidades do mundo são públicas e , fazer bom mestrado e doutorado, em geral, depende de bolsa. ”

MANI FESTO

Um manifesto assinado por mais de mil acadêmicos de universidades como Harvard, Princeton, Yale, Oxford, Cambridge, Berkeley foi publicado no jornal francês Le Monde e critica a redução de recursos para faculdades da Filosofia e Sociologia anunciada pelo governo Bolsonaro. “Nas nossas sociedades democráticas, os políticos não devem decidir o que é a boa ou a má ciência”, diz o texto, segundo o jornal O Globo.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

Estudantes vão às ruas contra cortes

Centenas de alunos, pais e professores de colégios federais protestaram ontem em frente ao Colégio Militar do Rio de Janeiro, localizado no bairro da Tijuca (zona norte), onde o presidente Jair Bolsonaro participava de um evento pelos 130 anos de fundação da instituição.

A manifestação foi realizada contra a decisão do governo de cortar 30% das verbas para a educação.

O ato contou com a presença de estudantes e professores do Colégio Pedro II, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFRJ), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), da Fundação Osório e do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp-UFRJ).

“A educação não é esmola, tire as mãos da minha escola!”, gritavam os manifestantes,

indignados com a decisão anunciada na semana passada pelo Ministério de Educação de reduzir o orçamento destinado a universidades e institutos federais de ensino.

Para evitar contato com os manifestantes, Bolsonaro e o vice-presidente Hamilton Mourão deixaram o Colégio Militar por uma saída pelos fundos da instituição. Um grupo de alunos do Colégio Militar desfilou em frente ao presidente, enquanto muitos lhe dedicavam gestos de apoio. Já outro grupo reprovava o presidente com os polegares virados para baixo.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - EM DIA COM A POLÍTICA

MEC informa

Criação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de uma espuma capaz de detectar e absorver agrotóxicos de alimentos. Registro de patentes, também pela UFMG, de cimento nanoestruturado, muito mais resistente, e de uma nanoantena, para análise de micropartículas. Estudos para o aprimoramento da vacina contra a febre amarela, que estão sendo feitos pela Fiocruz Minas. Todas essas são recentes conquistas da pesquisa científica em Minas Gerais, que está sob ameaça em virtude do corte de verbas públicas. O que diz o governo? O bloqueio é necessário para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem comentários!

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Reitores se mobilizam para reverter cortes

De hoje até quinta-feira, o bloqueio de recursos imposto pelo Ministério da Educação a instituições federais de ensino, incluindo universidades e institutos de ensino tecnológico, está na pauta da reunião mensal do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) que, coincidentemente, ocorre pouco depois do anúncio da retenção de orçamento. Reitores de todo o país tentarão mudar o quadro, a exemplo dos dirigentes de universidades, que marcaram reunião com o MEC para o dia 16. Sexta-feira, o Conif tem reunião marcada com o Ministério da Educação.

O bloqueio já é realidade também no Instituto Federal Sudeste de Minas, na Zona da Mata mineira. Mas, como não foi linear, as receitas referentes ao custeio e funcionamento da instituição tiveram um corte maior ainda, de 36,6%. Dos R\$ 53,3 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), R\$ 16 milhões estão retidos nos cofres da União.

Ao longo desta semana, a reitoria e os dirigentes da escola se reúnem para avaliar os impactos e discutir possíveis ações, estratégias e cenários. A ideia é se antecipar para, caso a situação persista durante os próximos meses, agir “para atenuar o impacto desse bloqueio no orçamento das unidades, com vistas a garantir o pleno funcionamento da reitoria e dos câmpus, indistintamente, uma vez que tal bloqueio afetará a oferta de serviços de qualidade à sociedade nos eixos do ensino, da pesquisa e da extensão”, informou o reitor, Charles Okama de Souza, com pró-reitores e diretores, por meio de nota.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), o contingenciamento é de 30% nas verbas de capacitação, 30% nas de fomento e 37% nas verbas de funcionamento da instituição, que, no entanto, não informou quanto o corte representa em valores.

No Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), o bloqueio de R\$ 15,3 milhões prejudica diretamente o atendimento aos mais de 25 mil alunos nas regiões Norte e Nordeste de Minas e vales do Jequitinhonha e Mucuri. Outros gastos importantes, como auxílios aos estudantes, bolsas de pesquisa e extensão e viagens técnicas também serão revistos e correm o risco de serem cortados.

No Instituto Federal de Minas Gerais, o corte foi de 32%, o equivalente a R\$ 20,3 milhões – no custeio, o impacto foi de 39%. O bloqueio atinge todos os cursos, técnicos, superiores, de pós-graduação, ações de extensão e todas as áreas. O instituto lembra que, em 2014, a porcentagem do orçamento total para investimentos era de 18%. Para o ano passado, essa porcentagem caiu drasticamente: 3,83%. Com mais esse baque, o IFMG estuda até quando terá condições de manter o funcionamento básico de seus 18 câmpus.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - NACIONAL

Confira quanto vai perder cada universidade e intituto federal com cortes do MEC em Minas

Na mira do MEC - assim como as universidades, que perderão R\$ 243 mi - institutos bancados pela União no estado têm quase R\$ 85 mi bloqueados e temem não chegar até o fim do ano

A expectativa era de crescimento, o que se revela nas matrículas e na quantidade de câmpus espalhados pelo estado. Mas, enfrentando também um novo corte nas finanças, as escolas de ensino técnico fazem as contas e avaliam se terão condições de se manter ao menos até o fim do ano. Em Minas, essas instituições estão tendo enxugamento de recursos ainda maior, com perdas que ultrapassam os 30% anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) para as instituições federais de ensino. Quatro institutos federais e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) têm perda estimada em R\$ 84.958.771 milhões (32%) – a Lei Orçamentária Anual assegurou no fim do ano passado R\$ 259.124.214 para as instituições. Somados ao rombo nos caixas das universidades, passa de R\$ 328 milhões o bloqueio imposto pela União às instituições da rede federal de ensino no estado.

Se nos cortes feitos nos últimos quatro anos se buscou preservar as verbas de custeio, aquelas voltadas para a manutenção das instituições, desta vez elas não foram poupadas. Alguns institutos federais não podem contar mais com praticamente 40% desses recursos. Caso do Instituto Federal do Sul de Minas, onde até a alimentação dos estudantes está em risco. A instituição viu mais de R\$ 16,2 milhões de seu orçamento anual ser retidos, deixando comprometido o funcionamento de seus oito câmpus. Estudos da Pró-Reitoria de Administração mostram que o bloqueio, descontado o valor do auxílio-estudantil, representa um contingenciamento de 39,86% do orçamento institucional de operação, muito mais que os 30% citados.

Do total bloqueado, R\$ 15,2 milhões se referem a custeio, o que inclui despesas como água, luz, manutenção de laboratórios e predial, de equipamentos, compra de ração e insumos para os setores agrícolas, terceirização, material de consumo, entre outros. Com isso, a reitoria teme ainda não conseguir arcar com as despesas de manutenção dos alojamentos em que moram os estudantes, o pagamento de água, energia elétrica, a compra de ração para os animais das escolas fazenda. Há risco ainda de demissão de terceirizados, por causa do risco de para a manutenção dos contratos de prestação de

serviço com limpeza e segurança. Em nota, a reitoria informou que será necessária revisão no processo de concessão de bolsas, das viagens técnicas e eventos voltados para pesquisa e extensão. Além disso, há a possibilidade de problemas na reposição de equipamentos dos laboratórios e em uma série de ações necessárias ao aprendizado.

As escolas tentam reverter a situação. Até quinta-feira, reitores e diretores das escolas de ensino técnico se encontram em Brasília na reunião mensal do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), onde o bloqueio será a pauta principal das discussões. Na sexta, a instituição tem marcada reunião no MEC, onde também tratará do assunto.

No Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), a ordem dos últimos anos já foi de apertar os cintos. Para preservar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma das instituições federais mais tradicionais do estado optou por vários ajustes internos, como demissão de pessoal de segurança e limpeza. Praticamente no meio do ano, novos cortes inviabilizam o pagamento de serviços básicos, como despesas com água, energia elétrica e atividades terceirizadas. Foram bloqueados R\$16.983.100 de um total de R\$ 48.048.931, um corte de 35,4%. “Um corte desse não é factível. Temos contratos assinados e isso é inviável. Se formos aplicar percentual dessa natureza, teríamos que encerrar as atividades em setembro ou outubro”, afirma o diretor-geral da instituição, Flávio Antônio dos Santos.

Limpeza, segurança, contas de água e luz, sem contar os projetos de natureza acadêmica, como aqueles que envolvem bolsas de estudantes dos ensinos técnico, da graduação e pós nos 11 câmpus estão prejudicados. O professor lembra que, em 2016, por determinação do governo federal, foi necessário reduzir as despesas em 15%, o que levou à demissão de terceirizados e ajustes nos contratos de limpeza e segurança. “Fizemos o dever de casa. Agora, não há onde cortar”, afirma Flávio dos Santos. No período de 2015 a 2018, orçamento de custeio e capital sofreu redução de 23,2%.

“Minha única conclusão é de que haverá reversão dessa decisão. Embora tenhamos clareza de que um corte dessa magnitude torna inexecutável a gestão até fim do ano, não temos certeza de qual será a disposição do novo governo para o diálogo com as instituições. Há expectativa de reversão, mas acho que a conscientização da sociedade é que será capaz de dar uma resposta às instituições.”

PRIORIDADES O governo federal justifica que os cortes nas instituições federais se volta para aplicação em creches e na educação básica. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegou a afirmar que com o valor de um aluno da graduação se investe em 10 crianças em creche. A reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Goulart, porém, rebate o raciocínio: “É preciso investir em todos os níveis. Não é tirar daqui (ensino superior) para colocar em creche – que é importantíssima também. Investir em educação assegura o futuro do país”, afirmou.

Menos verbas, mais alunos

De acordo com o último Censo Escolar, em número total de matrículas a educação profissional aumentou 3,9% no ano passado em relação ao ano de 2017. As modalidades que mais cresceram foram a concomitante e a integrada ao ensino médio, com 8% e 5,5% respectivamente. O incremento nas matrículas da educação profissional técnica de nível médio foi de 4,3%. O Plano Nacional de Educação (PNE) propõe

triplicar a oferta de educação profissional técnica de nível médio, com 50% da expansão no segmento público até 2024.

enquanto isso...

...protestos no Rio de Janeiro

Ontem, alunos do Colégio Pedro II e outras instituições federais de ensino do Rio de Janeiro protestaram durante visita do presidente Jair Bolsonaro ao Colégio Militar, na Zona Norte da capital fluminense. Manifestantes gritavam palavras de ordem e empunhavam cartazes contra o corte de 30% nas contas de unidades mantidas pela União em todo o país. Bolsonaro, que participava de solenidade pelos 130 anos da instituição militar, foi surpreendido pela crítica de uma ex-aluna quanto ao seu posicionamento diante da educação pública.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

MEC bloqueia R\$ 18,3 milhões do Instituto Federal Goiano

O bloqueio de R\$ 18,3 milhões do orçamento do Instituto Federal Goiano (IFGoiano) atinge 40% da verba de custeio da instituição, segundo o reitor Vicente Pereira de Almeida. Ele diz ter esperança de que o bloqueio seja revertido, já que seria impossível manter o funcionamento até o final do ano com esse represamento financeiro.

“Tem a questão da energia, contratos com terceirizados, água, segurança, isso vai afetar direto, não tem de onde tirar, já estamos com orçamento defasado”, afirma o reitor.

Almeida lembra que o IFGoiano também foi atingido por cortes orçamentários nos últimos anos e já passou por adequações. “Nos últimos anos, já limitamos cortes, já fizemos reduções para ficar no limite. Naquele limite. Aumentou sala de aula, aumentaram obras e a limpeza continua a mesma”, relata. Outro exemplo de área prejudicada citada pelo reitor é na parte de ensino, que ficaria sem a possibilidade de realizar visitas técnicas. “Tem o ônibus, o combustível, diária do motorista. As visitas técnicas dos alunos são importantíssimas, para estar próximo das empresas, para aprendizado”, relata. O IFGoiano possui 12 câmpus, todos no interior, além de mais de 55 polos de Ensino a Distância (EaD) com quase 7 mil estudantes matriculados em 60 municípios. Os cursos do instituto são mais voltados para a área da agropecuária.

topo ↕

BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG

Ingerência no MEC pode parar Hospitais Universitários e comprometer vidas, por Ergon Cugler

Enquanto a ingerência toma conta do Governo Federal e a Sociedade do Espetáculo alimenta o populismo do presidente, resta apenas a mobilização ampla da sociedade

Após a saga anunciada pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, no fim de abril (26) com objetivo de “honrar o investimento do contribuinte através do retorno imediato”, foram apresentadas propostas como a de descentralizar recursos dos cursos de Filosofia e Sociologia, contingenciar verbas para universidades que promoverem “balbúrdia” (30) e mesmo congelar 30% dos recursos de todas Universidades Federais do país, já em maio (03).

Desmonte da educação

Na contramão do discurso de remanejar recursos do ensino superior para a educação básica, o levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (ANDIFES) mostra que todos setores sofreram bruscos cortes do Ministério da Educação (MEC), mas a própria educação básica teve a maior

perda, com 39,68% de seus recursos bloqueados, representando quase R\$ 2.5 bilhões a menos para a manutenção de escolas e insumos básicos [Estadão].

Apesar do evidente desmonte da educação básica, os Institutos Federais e as Universidades Federais não escaparam do contingenciamento de Weintraub, as quais tiveram, respectivamente, 34,54% e 25,38% de recursos bloqueados, totalizando uma redução de R\$ 11,97 bilhões para apenas R\$ 8,66 bilhões aos campus pelo país.

O levantamento da ANDIFES ainda aponta [Estadão] o congelamento de recursos defendidos pelo próprio presidente Jair Bolsonaro (PSL) durante sua campanha, tal como o ensino técnico e a educação a distância, todo o recurso previsto para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), R\$ 100,45 milhões, está bloqueado. O Mediotec, ação para que alunos façam ao mesmo tempo o ensino médio e técnico, tem retidos R\$ 144 milhões de R\$ 148 milhões.

A cruzada do MEC contra o inimigo imaginário do aparelhamento ideológico de doutrinação marxista na educação ainda colocou em xeque o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que garante o acesso às universidades privadas, reduzindo seus recursos em mais de 20% e bloqueando R\$ 1.12 bilhões dos R\$ 12,96 bilhões necessários para a manutenção do programa e mesmo a CAPES, responsável por financiar grande parte da pesquisa científica do país, a qual sofreu um corte de quase 14% de seu orçamento, com menos R\$ 813,34 milhões dos 3.89 bilhões atuais.

Ingerência que compromete vidas

Os impactos da polarização da eleição constituíram um presidente que se sustenta através de distribuição de agrados à sua base eleitoral – a tornando fiel e enraizando a radicalização – onde, mesmo sabendo que os 10.000 estudantes atualmente matriculados em Filosofia e Sociologia não impactam em 2% do orçamento global da educação, expô-los na mídia traz maior fidelização da mesma base que o sustenta.

Ocorre que, diante de toda urgência e contingenciamento de recursos, os impactos dos agrados de Bolsonaro à sua base eleitoral ao combater o inimigo imaginário podem ainda comprometer vidas ao limitar a atuação dos Hospitais Universitários ligados às Universidades Federais, referências internacionais de média e alta complexidade através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo a Reitora Sandra Regina Goulart Almeida, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “[...] não há eficiência administrativa que supere um corte de tamanho monte, principalmente diante das sucessivas restrições orçamentárias dos últimos anos” [El País].

Atualmente, as 50 unidades de Hospitais Universitários vinculadas a 35 universidades [MEC] já atuam com desfalque orçamentário e demandas por equipamentos desde 2018 [G1], tamanha crise e preocupação se evidenciam através de depoimentos de reitores em todas regiões do país. Somam-se ao discurso, a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [El País], que já manifestaram grande preocupação acerca da manutenção de seus programas de extensão universitária e principalmente do funcionamento do Hospital Universitário.

Luís Antonio Pasquetti, presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), destaca a preocupação que a asfixia orçamentária gera para o funcionamento da universidade como um todo, “[...] laboratórios vão ficar sem material, pesquisas podem ser paralisadas. E a UnB tem um hospital veterinário, tem o HUB (Hospital Universitário de Brasília), tem uma série de serviços pra sociedade [...]”, diz.

Enquanto a ingerência toma conta do Governo Federal e a Sociedade do Espetáculo alimenta o populismo do presidente, resta apenas a mobilização ampla da sociedade que ultrapasse as paredes da universidade e garanta diálogo com usuários dos Hospitais Universitários, familiares de estudantes beneficiados por programas de financiamento e permanência estudantil, moradores que se relacionam com projetos de extensão nos mais diversos cenários das universidades brasileiras e de quem minimamente compreenda a importância da educação para se transformar a realidade.

Torna-se central popularizar e romper o esteriótipo da ciência e do ensino superior, trazendo a disputa para este campo ao agarrar-se no que é material e concreto no dia a dia das pessoas, pois somente tornando ambos próximos da realidade do povo que então o povo irá encampar sua defesa – seja contra a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, na valorização da ciência e pesquisa nacional, ou mesmo da não-perseguição à profissão dos professores.

Tamãha irresponsabilidade imantada pela capa de combate à doutrinação marxista ultrapassa a disputa de narrativa e o estabelecimento da correlação de forças entre personagens da política e passa a comprometer vidas, ao reduzir leitos e equipamentos necessários para a preservação da vida. Contraditoriamente, o combate à ideologia que Bolsonaro se orgulha em pregar enraizou-se enquanto ideologia que carregará a mancha de vidas que serão perdidas por ingerência e populismo.

topo ↕

CEILÂNDIA EM ALERTA - NOTÍCIAS

Governo Bolsonaro também congela verbas da educação infantil

O bloqueio orçamentário do governo Jair Bolsonaro (PSL) no Ministério da Educação atinge recursos que vão da educação infantil à pós-graduação. O congelamento inclui verbas para construção de escolas, ensino técnico, bolsas de pesquisa, transporte escolar, além de custeio das universidades federais.

O MEC provisionou R\$ 5,7 bilhões em cortes, segundo dados obtidos no Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo). A iniciativa atende a um decreto de contingenciamento definido pela área econômica do governo da ordem de R\$ 30 bilhões. No MEC, ele envolve, no total, 23% dos valores discricionários (que excluem despesas obrigatórias, como salários).

Na semana passada, o governo definiu um novo bloqueio, de R\$ 1,6 bilhão —o que resultará em um corte total de R\$ 7,3 bilhões. A divisão desse novo congelamento por área ou órgão ainda passa por análises dentro do MEC.

Após a polêmica sobre embargo de recursos por motivação ideológica em universidades federais, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu que priorizaria creches. O discurso do governo tem sido o de privilegiar a educação básica, especialmente a educação infantil, alfabetização e ensino profissional, mas essas áreas

foram atingidas.

Considerando as rubricas relacionadas à educação básica, etapa que vai da educação infantil ao ensino médio, foram congelados até agora R\$ 680 milhões. Com relação à construção e manutenção de creches e pré-escolas, a pasta contingenciou 17% dos R\$ 125 milhões do orçamento autorizado.

Esses recursos estão no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia ligada ao MEC. O congelamento total do FNDE é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Além dos cortes em obras e manutenção do ensino, ações ligadas a livros didáticos e transporte escolar também sofreram impacto. Estão congelados R\$ 144 milhões dos recursos para compra de livros, que representa 8% do autorizado. Já o programa de aquisição de veículos escolares perdeu R\$ 23 milhões, equivalente a 7% do previsto.

Foram suspensos 40% dos valores separados para o ensino técnico e profissional. Dos R\$ 250 milhões autorizados, R\$ 99,9 milhões foram bloqueados.

O corte para ações de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos atingiu 41% do previsto. São R\$ 14 milhões congelados ante de R\$ 34 milhões autorizados.

De acordo com Cesar Callegari, ex-secretário de Educação Básica do MEC, os cortes indicam a postura do governo com relação à educação. “É coerente com a falta de qualquer projeto na área educacional. O governo dá indicações de que, para ele, basta um ministro da Educação que seja vetor da guerra ideológica”, diz.

“Com uma estrada e uma ponte, você interrompe a obra e depois continua. Mas a descontinuidade de programas de educação representa sua destruição”.

Somadas todas as universidades federais, o contingenciamento é de 30% sobre os recursos discricionários. No total, essas instituições sofreram bloqueio de R\$ 2 bilhões.

As instituições temem não conseguirem manter o funcionamento mínimo, como pagamento de energia e água, caso os cortes não sejam revertidos. O percentual bloqueado varia em cada instituição.

A área de pesquisa também foi atingida. A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligada ao MEC, sofreu corte de R\$ 819 milhões, 19% do autorizado.

Mas na rubrica de bolsas, tanto para o ensino superior quanto relacionada à educação básica, o corte é um pouco maior: 23% dos R\$ 3,4 bilhões reservados para essa finalidade foram congelados.

Questionado sobre os critérios para o contingenciamento, o MEC afirmou, em nota, que o bloqueio foi operacional e técnico, sem detalhar qual foi a prioridade. Sobre a determinação de novo corte, de R\$ 1,6 bilhão, diz analisar a melhor forma “de cumprir a determinação do governo”.

Os bloqueios de orçamento podem ser revertidos pelo governo ao longo do ano. A gestão Bolsonaro defende que com a aprovação da reforma da Previdência a economia pode melhorar, e o aumento de arrecadação permitiria retomar o previsto no orçamento.

A **Capes** informou que, para atender o bloqueio, fará redução gradativa de novas bolsas em cursos de pós-graduação que têm registrado nota 3 (conceito mínimo de permanência no sistema avaliativa do órgão) no período de dez anos. Atualmente, 211 programas têm essa pontuação.

Também serão suspensas bolsas do programa Idiomas sem Fronteiras e o congelamento de bolsas ociosas. Haverá a retomada, segundo a **Capes**, de chamadas públicas para que empresas possam investir em pesquisa.

“A **Capes** esclarece que a economia racional de recursos, a melhoria do sistema de pós-graduação e a parceria com o setor empresarial são as diretrizes adotadas para superar os desafios apresentados”, disse o órgão, em nota.

topo ↕

REPORTER PB - TEMPO REAL

Inscrições para mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos são prorrogadas até 21 de maio

ProfÁgua é oferecido por 13 universidades públicas em todas as regiões do Brasil.

Mestrado oferece 256 vagas em 2019

ProfÁgua é oferecido por 13 universidades públicas em todas as regiões do Brasil.

Mestrado oferece 256 vagas em 2019

As inscrições para 256 vagas para o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua) foram prorrogadas até as 23h59 de 21 de maio. As inscrições para esta nova turma devem ser realizadas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Este curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com este mestrado o intuito é qualificar este público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no País. Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70. Os interessados em concorrer terão que apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de

gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional, experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho. No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

Capacitação

Segundo a Lei nº 9.984/2000, que criou a ANA, cabe à instituição estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos. Por isso, a Agência oferece cursos continuamente para representantes de entidades que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e para a sociedade em geral. Para saber mais, acesse o Portal Capacitação para a Gestão das Águas. A página oferece cursos gratuitos nas modalidades presencial, semipresencial e ensino a distância (EaD), todos eles com direito a certificado para quem conclui as atividades com o aproveitamento mínimo exigido.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

UnB aponta corte de 40% no orçamento pelo MEC

Apesar de o MEC ter afirmado que o corte de 30% no orçamento das universidades só valeria no segundo semestre, o arrocho já é sentido nas finanças de algumas instituições federais.

Na Universidade de Brasília, técnicos dizem ter identificado que a tesourada saltou de R\$ 38,6 milhões para R\$ 48,6 milhões – patamar que chega a 40%.

“A situação é gravíssima. Lutamos para colocar as contas em dia em 2017 e 2018. O

orçamento agora quebra nosso planejamento”, afirmou à Coluna a reitora da UnB, Márcia Abrahão, que disse ainda ter esperança de reverter o cenário.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Estudantes protestam em Salvador contra cortes nas universidades federais Bloqueio de recursos na Universidade Federal da Bahia chega a R\$ 37,3 milhões

Um grupo formado por estudantes universitários de vários cursos, professores e integrantes de movimentos sociais realizou protesto em Salvador, na manhã desta segunda-feira (6), contra o bloqueio no orçamento de verbas da Ufba (Universidade Federal da Bahia).

O ato teve início às 9h e foi encerrado às 12h, após passeata pelas ruas da capital baiana. Com faixas e cartazes, o grupo pedia o derrubada do bloqueio de R\$ 37,3 milhões, anunciado pelo MEC (Ministério da Educação) na semana passada.

Os estudantes se concentraram na Faculdade de Educação da Ufba, no Vale do Canela. Depois da realização de uma assembleia, ocuparam a Avenida Reitor Miguel Calmon, via de grande fluxo de veículos, e encerraram a manifestação em frente à reitoria da universidade.

O trânsito ficou lento no local. Não houve registro de confronto com a polícia.

Inicialmente, o corte de recursos foi anunciado para três universidades federais: UnB (Universidade de Brasília), Ufba e UFF (Universidade Federal Fluminense). As instituições de ensino ficaram entre as 20 melhores universidades do país na última edição do RUF (Ranking Universitário Folha).

Segundo a plataforma de produção acadêmica Web of Science, as três estão entre as 11 instituições brasileiras que mais ampliaram o número de artigos de 2008 a 2017.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, havia indicado que se tratava de uma retaliação a atividades políticas ocorridas dentro dessas unidades, o que ele havia chamado de "balbúrdia", e ao que considerou como fraco rendimento acadêmico.

Posteriormente, o governo federal estendeu o bloqueio de 30% dos recursos a todas as universidades federais. Após a repercussão negativa, o MEC afirmou que o critério do contingenciamento será técnico e isonômico.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Senadores pressionam MEC a rever cortes no ensino superior

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, confirmou presença em audiência na Comissão de Educação do Senado nesta terça-feira (7), às 11h. O objetivo da reunião é que Weintraub fale sobre seus planos para a área, mas o clima deverá ser de cobrança: dois senadores – Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Angelo Coronel (PSD-BA) – já foram à Justiça pedir a anulação dos cortes orçamentários no ensino superior, anunciados pela pasta na semana passada, e outros colegas querem esclarecimentos. O presidente da comissão, senador Dario Berger (MDB-SC), afirmou no Twitter que "a sociedade e o Congresso necessitam de explicações" do ministro.

O MEC afirma oficialmente que houve um "bloqueio preventivo" de 30% nos recursos

previstos para chegar a todas as universidades e institutos federais no segundo semestre (veja íntegra da nota ao final da reportagem). Os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, entre outros.

"Como esse corte foi feito em uma véspera de feriado, talvez até propositalmente, não teve ainda nenhuma sessão no Senado para discutir o tema. Eu acredito que a partir de amanhã [esta terça] isso vai estar entre os assuntos mais comentados no Senado, porque afeta os estados. Os senadores vão ser cobrados e vão se insurgir contra isso", avalia o senador Angelo Coronel, autor de um dos processos contra a medida. O parlamentar baiano entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra os bloqueios. Já o senador Randolfe protocolou uma ação popular na Justiça Federal de Brasília.

A Rede entrou com um mandado de segurança no Supremo. No documento, o partido acusa o ministro da Educação de ter ordenado o corte linear de 30% a todas as instituições de ensino superior "no intuito de dissipar a elevadíssima suspeição de seletividade ideológica da medida", já que o corte se aplicaria, inicialmente, a apenas três universidades – Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – que estariam promovendo "balbúrdia".

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, no dia 30 de abril, Weintraub afirmou que "universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas", e citou as três instituições. No mesmo dia, em entrevista à TV Globo, o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior afirmou que o corte seria generalizado.

Questionado sobre o assunto nesta segunda-feira (6) em Brasília, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o bloqueio de recursos "não é contingenciamento, é realocação de recursos para outra área".

Em nota, o MEC afirma que o corte é provocado pela necessidade de o governo "se adequar ao disposto na LRF, meta de resultado primário e teto de gastos". A pasta reconhece, no entanto, que avaliará as liberações de recursos sob critérios como desempenho acadêmico e impacto no mercado de trabalho dos cursos oferecidos. "O maior objetivo é gerar profissionais capacitados e preparados para a realidade do país", encerra a nota do MEC.

Veja íntegra da nota do MEC sobre os cortes:

O Ministério da Educação informa que o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 9.741, de 28 de março de 2019 e Portaria 144, de 2 de maio de 2019.

O bloqueio foi de 30% para todas as instituições. Nesse sentido, cabe esclarecer que do orçamento anual de despesas da Educação, 149 bilhões de reais, R\$ 23,6 bilhões são despesas não obrigatórias, dos quais R\$ 7,4 bilhões foram contingenciados por este Decreto. O bloqueio decorre da necessidade de o Governo Federal se adequar ao

disposto na LRF, meta de resultado primário e teto de gastos.

O bloqueio preventivo incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas. Além disso, o bloqueio pode ser revisto pelos Ministérios da Economia e Casa Civil, caso a reforma da previdência seja aprovada e as previsões de melhora da economia no segundo semestre se confirmem, pois, podem afetar as receitas e despesas da União.

Cabe, ainda, destacar que, até o momento, todas as universidades e institutos já tiveram 40% do seu orçamento liberado para empenho.

Por fim, o MEC estuda aplicar outros critérios como o desempenho acadêmico e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho. O maior objetivo é gerar profissionais capacitados e preparados para a realidade do país.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudantes do IFPA em Marabá, no Pará, protestam contra bloqueio de verbas federais na educação

O Ministério da Educação (MEC) anunciou corte de 30% no repasse às universidades e institutos federais, que temem paralisação de atividades.

O anúncio do Ministério da Educação (MEC) de corte de 30% no repasse às universidades e institutos federais, que deixaram as instituições do Pará em alerta, motivaram protestos em Marabá, no sudeste do Pará.

Cerca de 150 estudantes do Instituto Federal do Pará caminharam pelas principais ruas da cidade e protestaram contra o corte de recursos.

O polo de Marabá recebia em média R\$1,6 milhão por ano e com o corte deve perder 40% da verba, o que deve afetar diretamente serviços básicos, como pagamento de contas e de atendimento aos estudantes.

Após anúncio de corte de verbas, instituições federais do Pará temem paralisação. Em nota, o IFPA disse que o corte vai afetar diretamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a instituição, a decisão atinge não somente a oferta de cursos e a rotina das aulas, mas também a aquisição de materiais, a retomada de obras estruturais e o funcionamento da instituição.

Medida preventiva

O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, afirmou que o bloqueio é uma medida feita "preventivamente" em relação ao segundo semestre, que pode ser revista caso o cenário econômico mude. O percentual bloqueado, segundo o MEC, será de 30% para todas as instituições.

“Isso tem um efeito temporário. A gente fez de forma equitativa, não tem nenhuma diferenciação entre as universidades ou institutos. Isso não tem nenhum efeito prático nesse momento, porque os 30% se aplicam sobre o segundo semestre. O que é afetado é despesa de custeio, que em grande parte se traduz em novas obras. O que a gente está fazendo preventivamente é suspender a contratação de novas obras para a gente focar naquelas que estão para se finalizar”, explicou Lima Júnior.

topo ↗

G1 - TEMPO REAL

Estudantes protestam contra corte de R\$ 31,8 milhões do IFMT após decreto do governo federal

Os protestos contra a decisão ocorreram no campus Bela Vista, em Cuiabá, Campo Novo do Parecis e Guarantã do Norte.

Por G1 MT

Estudantes de campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) fizeram protestos nessa segunda-feira (6) contra o bloqueio de R\$ 31.838.793,00 no orçamento da instituição para este ano.

O corte foi anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) e decretado pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Os protestos contra a decisão ocorreram no campus Bela Vista, em Cuiabá, Campo Novo do Parecis e Guarantã do Norte, municípios a 397 e 721 km de Cuiabá.

Vestidos com camisetas pretas, brancas e carregando bandeiras do Brasil, Mato Grosso e o IFMT, os alunos protestaram nas fachadas das instituições.

Corte no orçamento

O reitor da instituição de ensino, Willian Silva de Paula, divulgou na sexta-feira (3) uma nota sobre o replanejamento que está sendo feito para manter as atividades do IFMT em 2019. Uma das medidas citadas pelo reitor está a redução de contratos.

"Este novo cenário poderá inviabilizar as ações planejadas impactando diretamente no resultado esperado desta IF junto à comunidade mato-grossense, impondo inclusive cortes radicais em contratos visando a manutenção e qualidade de ensino ofertados pelos campi", pontuou, na nota.

Nesta semana está prevista uma reunião do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para discutir o impacto do bloqueio na rede de ensino. Depois disso, segundo o reitor, os membros do Colégio de Dirigentes do IFMT se reunirá para readequar, reestruturar objetivando minimizar os prejuízos que vierem a ocorrer.

Com o corte, o IFMT deixará de receber verbas referentes às emendas parlamentares, que somam quase R\$ 8 milhões. O dinheiro das emendas não será liberado.

Decreto

No decreto de dia 29 de março, o governo detalhou o bloqueio de mais de R\$ 29 bilhões em gastos no Orçamento de 2019. A área mais atingida foi a educação (R\$ 5,83 bilhões), seguida de Defesa (R\$ 5,1 bilhões).

No entanto, em termos percentuais, o maior bloqueio aconteceu no Ministério de Minas e Energia (79,5% do total), seguido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (41,97%), Infraestrutura (39,46%), Defesa (38,61%), Turismo (37,12%), Desenvolvimento Regional (32,37%).

Os menores contingenciamentos foram nas áreas de Saúde (2,98%), na Controladoria-Geral da União (13,63%) e no Ministério das Relações Exteriores (19,97%).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UEA de Tabatinga discute temas da Tríplice Fronteira Amazônica em seminário internacional

Ecologia Política, Justiça Socioambiental e Alimentar estão entre temáticas a serem discutidas em encontro em junho.

Abordando temas como Fronteiras e Migrações, Justiça Ambiental, Soberania e Justiça Alimentar, Populações e Territórios Indígenas, o Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas (CESTB-UEA) realiza, entre os dias 3 e 5 de junho, em Tabatinga, o 3º Seminário Internacional sobre Ecologia Política, Justiça Socioambiental e Alimentar na Tríplice Fronteira Amazônica.

Aberto à sociedade civil e à comunidade acadêmica, a terceira edição do seminário vai enfocar a experiência vivida na fronteira, com especial atenção às diferenças domésticas e de gênero, examinando as dimensões históricas, socioculturais, linguísticas, ambientais e territoriais da tríplice fronteira amazônica.

Abrangendo Brasil, Colômbia e Peru, a região é um espaço de intensas transformações, múltiplas tensões e desafios comuns.

O evento é fruto de uma parceria interinstitucional internacional entre UEA, por meio do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a Cardiff University e a Universidade Nacional da Colômbia.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFMS perde R\$ 30 milhões com corte de verba para universidades federais anunciado pelo governo federal

A pró-reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças da instituição, Dulce Maria Tristão, foi entrevistada no “Papo das Seis”, do Bom Dia MS”, desta terça-feira (7).

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) vai perder cerca de 30 milhões, entre recursos para custeio e investimento, com o bloqueio de 30% dos recursos do orçamento previsto para 2019 anunciado pelo Ministério da Educação (MEC).

A pró-reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças da instituição, Dulce Maria Tristão, disse nesta terça-feira (7), em entrevista no “Papo das Seis”, do Bom Dia MS”, que área mais atingida com o corte é a de custeio.

Ela explicou que no custeio estão incluídas as despesas com o pagamento de água, energia elétrica, limpeza, manutenção e vigilância da instituição.

“Estamos discutindo, tendo reuniões diárias com os pró-reitores da instituição e avaliando onde poderá haver uma reorganização. Uma coisa o reitor já decidiu, não haverá corte nas bolsas para os alunos”, revelou, assegurando a manutenção dos pagamentos em dia dos auxílios moradia e alimentação aos alunos.

A pró-reitora também afastou qualquer risco dos cortes afetarem os pagamentos dos

servidores da instituição. “Não há risco de corte de salário de professores e administrativos. O orçamento é dividido em três grandes partes. Uma é destinada ao pagamento de pessoal, tanto ativos quanto inativos. Essa não será afetada. Outra parte é para investimento em equipamentos e obras. Esse valor, que para a UFMS é de R\$ 3,331 milhões está tendo bloqueio de 30%. E outra parte, que é a do custeio, é a que realmente será mais afetada”.

Dulce Maria também assegurou que não existe o risco do fechamento ou suspensão de cursos em razão dos cortes. “Estamos avaliando, fazendo estudos para ver onde pode ser cortado, onde pode ser reorganizado para que cheguemos ao fim do ano garantindo aos alunos a conclusão dos seus cursos ou a continuidade deles”, ressaltou, garantindo também a manutenção da data prevista para o vestibular para o ano de 2020, 1º de dezembro.

A pró-reitora explicou ainda que de um orçamento de cerca de R\$ 900 milhões da instituição para este ano, cerca de 80% é destinado para o pagamento de pessoal. Entre 5% e 7% para o pagamento de benefícios e assistência aos servidores e que os recursos que sobram para o custeio da instituição representam somente entre 11% e 12% desse total.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC bloqueia R\$ 38 milhões da Ufam, e reitor teme que universidade não consiga pagar contas

Reitor esteve no MEC, em Brasília, nesta segunda-feira (6) para se informar sobre medida.

O Ministério da Educação bloqueou R\$ 38 milhões da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), segundo informou a Rede Amazônica. Esse tipo de bloqueio atingiu instituições federais em todo o país. O reitor da Ufam, Sylvio Puga, afirma que, se o recurso não for desbloqueado nos próximos meses, a universidade não conseguirá pagar contas.

Nesta segunda-feira (6), Puga esteve em Brasília para uma reunião no MEC. "Nós estivemos conversando na Secretaria de Educação Superior do MEC e nos informando sobre essa medida. Ela representa um bloqueio e nós vamos apresentar um relatório orçamentário para que nós possamos desbloquear pras atividades de custeio da universidade", disse.

O reitor diz que será feito um remanejamento para que o impacto seja o menor possível nas atividades.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Corte de verbas do MEC deve paralisar serviços e pelo menos 70 projetos de pesquisas na Unifal

Universidade Federal de Alfenas teve mais de R\$ 11 milhões bloqueados pelo governo federal.

O corte anunciado pelo Ministério da Educação às universidades e institutos federais já está refletindo na Universidade Federal de Alfenas (Unifal). A instituição teve mais de R\$ 11 milhões bloqueados pelo governo federal. Pelo menos 70 projetos de pesquisa da universidade não serão mais desenvolvidos. Entre as consequências, estão cortes em projetos de pesquisa, de bolsas e auxílio-alimentação para estudantes e atendimentos

odontológicos gratuitos para a população.

A clínica de odontologia, por exemplo, faz cerca de 3 mil atendimentos por mês e deve ser diretamente impactada.

"É um atendimento totalmente gratuito, de qualidade e de onde nós tiramos muita fonte para as nossas pesquisas clínicas e de odontologia. Infelizmente muita coisa vai ter que ser cortada, estamos tendo que adequar à nova situação e infelizmente quem vai pagar sempre é o povo", disse o professor de odontologia, Vital Ribeiro Júnior.

Segundo o reitor da Unifal, a universidade teve o bloqueio de 30% da verba de custeio, ou R\$ 11 milhões. A verba de capital, destinada a reformas e investimentos, era de cerca de R\$ 1 milhão e também foi cortada em 90%. O resultado é que 89 funcionários terceirizados já tiveram que ser dispensados.

A bolsa de extensão universitária foi reduzida de R\$ 400 para R\$ 300. E dos cerca de dois mil estudantes atendidos com o auxílio-alimentação, 400 vão perder o benefício. Outros 600 vão ter a ajuda cortada pela metade.

"Se nós não fizermos o ajuste agora, nós corremos o risco de chegar no final do ano e não poder pagar nenhuma bolsa e não oferecer o restaurante universitário para ninguém, um corte muito doloroso. Na terceirização nós também tivemos que fazer uma escolha muito terrível, não existe escolha boa nesse cenário, demitir quase 90 pessoas, isso impacta os laboratórios, a limpeza, a vigilância, isso impacta todo o funcionamento da universidade", disse o reitor da Unifal, Amadeu Cerveira.

O orçamento da Fapemig, principal agência financiadora de pós-graduação e pesquisas em universidades no estado, também foi reduzido. Na Unifal, 132 bolsas de iniciação científica e de mestrado que teriam o financiamento foram suspensas.

Hoje, 775 alunos da Unifal, que saem de outras cidades e até de outros estados para estudar, recebem uma bolsa permanência para ajudar nos custos de moradia e alimentação. Mas, pelo menos 50 deles terão a ajuda suspensa.

"Sem essas bolsas, os estudantes não conseguem permanecer na universidade, muitos utilizam para pagar as suas contas, como que você vai pagar uma água, uma luz", disse a estudante universitária, Mara Helena Lopes.

Diante da perda das bolsas, alguns estudantes já se mobilizam para tentar arrecadar fundos e ajudar colegas.

"Doação de professores, de alunos, tentar fazer festas para arrecadar dinheiro, chegar na prefeitura e ver se a gente pode participar de alguma forma de projetos sociais para doação de cestas básicas", disse o estudante universitário Leandro Oliveira Domingos.

Segundo o reitor da universidade, há o risco de paralisação de vários serviços.

"A nossa avaliação é de que nós corremos um sério risco de haver a paralisação de uma série de serviços, inclusive de serviços essenciais para a população, se esse bloqueio for mantido", completou o reitor.

Outras universidades

A Universidade Federal de Alfenas não foi a única a ter corte de verbas. Na semana passada, a Universidade Federal de Lavras (Ufla) e o Instituto Federal do Sul de Minas já haviam se manifestado sobre o corte de verbas.

Na Ufla, o corte foi de 26% do orçamento de 2019, que é de pouco mais de R\$ 62 milhões. O corte ficou em pouco mais de R\$ 16 milhões.

Na Unifei, em Itajubá, o corte foi de 20% do orçamento deste ano: cerca de R\$ 8 milhões.

Nos institutos federais do Sul de Minas, o corte foi de 39,86% do orçamento, o que representa cerca de R\$ 16 milhões para este ano. No Sul de Minas há institutos federais em oito cidades.

O que diz o MEC

Em nota, o Ministério da Educação informou que o critério utilizado para o bloqueio de verbas foi o mesmo para todas as universidades e institutos e que o corte foi uma necessidade do governo federal para se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O MEC disse que 40% do orçamento já foi liberado e que o maior objetivo do governo é gerar profissionais capacitados e preparados para a realidade do país. Já a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a Fapemig, disse que não há previsão de retorno dos programas de concessão de bolsas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após anúncio de corte de verbas, instituições federais do Pará temem paralisação de atividades

A mudança altera a rotina das Universidades Federais do Pará (UFPA), do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), do Oeste do Pará (Ufopa), Rural da Amazônia (Ufra) e do Instituto Federal do Pará (IFPA).

Após o anúncio do Ministério da Educação (MEC) de um corte de 30% no repasse às universidades e institutos federais, as instituições do Pará se manifestaram para alertar sobre os impactos que podem ser causados com a suspensão dos recursos. A mudança altera a rotina das Universidades Federais do Pará (UFPA), do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), do Oeste do Pará (Ufopa), Rural da Amazônia (Ufra) e do Instituto Federal do Pará (IFPA).

Em nota, a UFPA informou que o anúncio vai comprometer R\$ 55 milhões do orçamento da instituição, o que trará dificuldades para fechar as contas no final do ano. A instituição poderá dispor de R\$ 108 milhões, enquanto o previsto era de R\$ 163 milhões.

“Nosso esforço será de diálogo com o governo, com a sociedade e com o Congresso Nacional, para obter o cancelamento do bloqueio. Isso é indispensável para que a UFPA mantenha as suas atividades até o final do ano. Não temos a menor condição de fechar o ano com as contas em dia, se o bloqueio permanecer. Todas as áreas de atuação da UFPA serão gravemente afetadas se não tivermos sucesso. Todo o nosso planejamento estará comprometido”, afirmou Emmanuel Tourinho, reitor da instituição.

Na Ufra, a realidade não é diferente. A instituição informou que ainda teria 60% do orçamento para receber, mas com o corte só poderão executar a metade. Segundo a universidade esse contingenciamento compromete os pagamentos de contratos terceirizados de limpeza e segurança, água, luz, capacitação de servidores, bolsas de pesquisa e extensão, manutenção do hospital veterinário, manutenção de equipamentos laboratoriais e aulas práticas.

Já no IFPA, o corte vai afetar diretamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a instituição, a decisão atinge não somente a oferta de cursos e a rotina das aulas, mas também a aquisição de materiais, a retomada de obras estruturais e o funcionamento da instituição.

O instituição afirma que já realiza esforços para economizar os recursos e o corte torna a situação insustentável. Sem a verba serão afetados os serviços básicos de limpeza, luz, transporte e apoio a alunos e servidores para eventos e congressos. Com o novo orçamento, a IFPA diz que só tem condições de se manter até o mês de setembro de 2019.

Oeste

A Ufopa confirmou que um bloqueio de R\$ 21 milhões já aparece no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Governo Federal, para o orçamento da universidade. O valor impacta nos recursos para obras e para o funcionamento acadêmico e administrativo da Universidade.

A instituição ainda garante que o bloqueio de créditos orçamentários da Ufopa é maior, percentualmente, do que o de algumas universidades consolidadas. Com o novo cenário, a prioridade será os auxílios e bolsas planejados, as obras previstas para 2019 não serão iniciadas, exceto a construção do prédio no Campus Alenquer, que já tem recursos garantidos.

Os impactos se estendem para a impossibilidade de lançamento de editais de apoio à produção científica de estudantes e professores, e de apoio à participação em eventos científicos.

Sul e Sudeste

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) terá R\$ 13,2 milhões bloqueados, atingindo principalmente os recursos de custeio, destinados ao funcionamento e à manutenção da universidade, a exemplo do pagamento de energia elétrica, água, serviços de limpeza e vigilância.

Segundo a instituição, a medida afeta centenas de ações programadas pela Unifesspa no Plano de Gestão Orçamentária deste ano, construído com base na Lei Orçamentária Anual (LOA), proposta pelo Poder Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional. É com base na LOA que a Unifesspa realiza seu planejamento acadêmico e constrói seus compromissos financeiros anuais.

O bloqueio imposto pelo MEC equivale a cerca de 40% do total de recursos previstos para custeio e investimento da Unifesspa em 2019. Em termos absolutos, houve o bloqueio de R\$ 6,7 milhões do orçamento de custeio, do total de R\$ 24,3 milhões; e de

R\$ 6,4 milhões do orçamento de investimento, do total de R\$ 9,5 milhões.

O corte produz consequências ainda mais graves à Unifesspa, uma universidade jovem que está em processo de expansão e consolidação, portanto, com maior necessidade de aporte de investimentos.

Com apenas cinco anos de criação, a Unifesspa atende a uma comunidade de mais de 5 mil alunos, em 42 cursos de graduação e 18 programas de pós-graduação, com uma crescente inserção social por meio dos projetos e programas de extensão. Trata-se de uma instituição fundamental na produção de ciência e tecnologia na região sul e sudeste paraense, contribuindo para desenvolvimento social, econômico e cultural.

Diante desse contingenciamento orçamentário, a Unifesspa buscará preservar as ações de assistência e financiamento estudantil e a manutenção dos serviços essenciais ao funcionamento da universidade. Até a reversão dessa medida, será reduzido o escopo de ações previstas no Planejamento da Unifesspa de 260 para cerca de 40. Essas decisões drásticas serão submetidas ao conselhos superiores, uma vez que impactarão diretamente as rotinas de ensino, pesquisa e extensão.

Medida preventiva

O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, afirmou que o bloqueio é uma medida feita "preventivamente" em relação ao segundo semestre, que pode ser revista caso o cenário econômico mude. O Ministério da Educação negou que haja diferença no percentual bloqueado. Disse que é de 30% para todas as instituições.

“Isso tem um efeito temporário. A gente fez de forma equitativa, não tem nenhuma diferenciação entre as universidades ou institutos. Isso não tem nenhum efeito prático nesse momento, porque os 30% se aplicam sobre o segundo semestre. O que é afetado é despesa de custeio, que em grande parte se traduz em novas obras. O que a gente está fazendo preventivamente é suspender a contratação de novas obras para a gente focar naquelas que estão para se finalizar”, explicou Lima Júnior.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

**MEC anuncia corte de 30% em repasses para todas as universidades federais
Anúncio foi feito depois das reações críticas ao corte da verba de três universidades que tinham sido palco de manifestações públicas.**

O secretário de Educação do MEC anunciou que vai cortar 30% dos repasses para todas as universidades federais. O anúncio foi feito depois das reações críticas ao corte da verba de três universidades que tinham sido palco de manifestações públicas.

A decisão atingiu a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). As três tiveram cerca de 30% do orçamento bloqueados. Só na UnB foram quase R\$ 40 milhões.

As três universidades estão entre as 50 melhores da América Latina, de acordo com o ranking de 2018 da Times Higher Education - um dos mais respeitados do mundo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, explicou o motivo do bloqueio numa entrevista ao jornal “O Estado de S.Paulo”. Afirmou que “universidades que, em vez de

procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas”.

Disse ainda que “a universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”.

Weintraub deu exemplo do que considera bagunça: “sem-terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”.

E completou: “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”.

As reações foram imediatas. Na Universidade de Brasília os estudantes protestaram.

A UnB negou que promova eventos de cunho político-partidário em seus espaços. Disse que, “como toda universidade, é palco para o debate livre, crítico, organizado por sua comunidade, com tolerância e respeito à diversidade e à pluralidade”.

A UFF afirmou que “defende com firmeza o princípio constitucional da livre manifestação do pensamento, com tolerância e respeito à diversidade e à pluralidade”.

O reitor da Universidade Federal da Bahia, que também é vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, João Carlos Sales, disse que até agora o motivo do bloqueio não foi esclarecido oficialmente.

“Nós vivemos um tempo difícil. Um tempo onde a liberdade de expressão tem sido questionada em muitos lugares. A universidade é um lugar de combate ao preconceito, a ignorância, a violência. Então certamente a universidade há de resistir”.

Na noite desta terça-feira (30), o governo mudou o tom. O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, disse que o bloqueio foi preventivo por causa da economia e pode ser revisto se a reforma da Previdência for aprovada.

Ele disse ainda que o corte de 30% vai valer para todas as universidades federais e institutos federais de ensino.

“São 30% de forma isonômica para todas as universidades no segundo semestre, que pode ser reavaliado dado um cenário econômico positivo que a gente está esperando”, disse o secretário do MEC.

O secretário falou também que, a partir de agora, para liberar mais verbas para as universidades o MEC vai adotar critérios como a qualidade do ensino e a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

“A gente quer que as universidades foquem em prestar serviços melhores para os nossos cidadãos e que isso se reflita em ganhos de inovação, em ganhos de empregabilidade para os nossos alunos”.

O MEC assegurou que os programas de assistência ao estudante não sofrerão cortes.

topo 

G1 - TEMPO REAL

UFU divulga valor e o que será afetado na instituição após bloqueio de verba pelo MEC

Segundo a Administração Superior, até o momento não há débitos pendentes e todos os valores liquidados foram quitados.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) divulgou na tarde desta segunda-feira (6), o valor total do bloqueio orçamentário do Ministério da Educação (MEC) e o que será atingido na instituição.

Segundo a Administração Superior, ao todo R\$ 42.854.200,00 dos recursos previstos e aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para financiar o funcionamento das atividades em 2019 serão bloqueados.

Reitor afirma que corte de verba do Ministério da Educação pode impedir o fechamento do ano acadêmico na UFU

No último sábado (4), o G1 divulgou que o reitor da instituição Valder Steffen Júnior, já havia adiantado que o volume de cortes anunciado teria forte impacto sobre o andamento da instituição de ensino até o final do ano. O anúncio do corte das verbas foi feito pelo MEC no dia 30 de abril e impacta diretamente nas universidades federais do país.

Entre o que será afetado está:

Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior;
Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino;
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Estes);
Funcionamento do Hospital Veterinário;
Idiomas sem Fronteiras;
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e emenda do relator da LOA.

De acordo com a Administração Superior, para a instituição se ajustar ao novo orçamento disponível terá que reduzir as despesas em 45% nos oito meses restantes do ano. Ainda conforme a UFU, até o momento não há débitos pendentes e todos os valores liquidados foram quitados. Veja abaixo trecho da nota divulgada no site.

Posição da UFU

"Deve-se lembrar que nos últimos dois anos a UFU teve que se adaptar a cortes orçamentários com reflexos importantes em seus projetos. Apenas como exemplo, pode-se citar a dificuldade de obras em andamento, particularmente nos campi da UFU em Patos de Minas e Ituiutaba, mas também em Uberlândia. Consequentemente, a Instituição não tem como absorver um bloqueio orçamentário de tão grande monta e o seu funcionamento será duramente afetado se não houver uma reconsideração desta medida por parte do Ministério da Educação (MEC).

Neste sentido, preocupa muito o eventual comprometimento das atividades acadêmicas e administrativas ao longo deste ano. Serviços de apoio como vigilância, limpeza, recepção, transporte, reformas sofrerão sério impacto. Todos os contratos que a UFU tem com fornecedores terão que ser reavaliados com o horizonte de redução máximo

previsto em lei. Isso significa que as consequências devem atingir também a empresas prestadoras de serviços especializados à nossa instituição. Atividades de ensino, pesquisa e extensão serão também afetadas. Certamente o árduo e excelente trabalho realizado pela UFU em prol da sociedade fica sob risco de sérios prejuízos, com danos dificilmente recuperáveis. A Universidade tem procurado melhorar seus cursos de graduação e de pós-graduação ao longo dos anos, sem contar o excelente trabalho da Escola de Educação Básica (Eseba) e da Estes. Os resultados são palpáveis, sendo comprovados pelos índices demonstrados em diversos rankings nacionais e internacionais e, também, pelos vários mecanismos de avaliação existentes. O transbordamento da UFU sobre a sociedade é extremamente positivo e tem que ser sempre reconhecido e valorizado. Este trabalho não pode ser comprometido, a Universidade é um patrimônio do povo brasileiro, com missão específica nesta importante região do país.

A Administração da Universidade está acompanhando a situação e o desenrolar das ações em Brasília, e também participando e apoiando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que intercede junto ao MEC para reconsideração deste insustentável bloqueio de orçamento. A comunidade será informada sobre o andamento das ações em Brasília".

Entenda o caso

Segundo o MEC, o bloqueio vale para todas as universidades e todos os institutos no país (confira a nota oficial abaixo). A rede federal inclui mais de 60 universidades e quase 40 institutos em todos os estados do Brasil.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, já havia afirmado que a política de cortar a verba dedicada às universidades está em linha com o plano de governo que elegeu o presidente Jair Bolsonaro. "Os recursos futuros vão ser direcionados para cursos de graduação ou para a pré-escola, ou para a educação básica", afirmou. Ele garantiu que as matrículas e cursos universitários já abertos serão mantidos.

A declaração do ministro, em 1º de maio, foi um dia depois de o MEC anunciar o bloqueio de parte do orçamento de três universidades federais. A decisão atingiu as universidades de Brasília (UnB), a Federal da Bahia (Ufba) e a Federal Fluminense (UFF), mas provocou forte reação contrária dos reitores e de outras entidades.

No fim do dia, o governo mudou o tom, e afirmou que o bloqueio seria feito de forma "isonômica" e "preventivamente" para todas as universidades e institutos federais, que valeria só para o segundo semestre e que poderia ser revisada caso o cenário econômico se torne mais favorável e a arrecadação de impostos aumente.

Íntegra da nota do MEC

"O Ministério da Educação informa que o critério utilizado para o bloqueio de dotação orçamentária foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a toda Administração Pública Federal por meio do Decreto nº 9.741, de 28 de março de 2019. O bloqueio foi de 30% para todas as instituições.

Nesse sentido, cabe esclarecer que do orçamento anual de despesas da Educação, 149 bilhões de reais, 24,64 bilhão despesas não obrigatórias, dos quais 5,8 bilhões foram

contingenciados por este Decreto. O bloqueio decorre da necessidade de o Governo Federal se adequar ao disposto na LRF, meta de resultado primário e teto de gastos.

O bloqueio preventivo incide sobre os recursos do segundo semestre para que nenhuma obra ou ação seja conduzida sem que haja previsão real de disponibilidade financeira para que sejam concluídas.

Além disso, o bloqueio pode ser revisto pelos Ministérios da Economia e Casa Civil, caso a reforma da previdência seja aprovada e as previsões de melhora da economia no segundo semestre se confirmem, pois podem afetar as receitas e despesas da União.

Cabe, ainda, destacar que, até o momento, todas as universidades e institutos já tiveram 40% do seu orçamento liberado para empenho.

Por fim, o MEC estuda aplicar outros critérios como o desempenho acadêmico das universidades e o impacto dos cursos oferecidos no mercado de trabalho. O maior objetivo é gerar profissionais capacitados e preparados para a realidade do país".

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Alunos marcam tuitaço contra corte de verbas em universidades públicas

A campanha, organizada pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), convidou públicas para postar a hashtag #tireamãodomeuif

Estudantes das redes federais de ensino se mobilizaram contra os cortes anunciados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Para mostrar a indignação, os alunos farão, nesta terça-feira (07/05/2019), um “tuitaço”, às 15h com a hashtag #tireamãodomeuif.

A campanha, organizada pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), pediu que alunos de todo o Brasil enviassem vídeos para a entidade falando sobre a importância de suas escolas e demonstrando a contrariedade com os cortes de 30% no orçamento anual.

Confira alguns dos vídeos publicados no Instagram da UBES e o post que convida os estudantes a participar do tuitaço:

Entenda

O corte de verbas foi apresentado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, logo após chegar ao cargo. Segundo ele, o Ministério da Educação (MEC) vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus campus.

Três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse. Segundo ele, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, está sob avaliação.

“Universidades que, em vez de procurarem melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, disse o ministro, segundo reportagem de Renata Agostini, de O Estado de São Paulo.

De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas

instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem terra dentro do campus, gente pelada dentro do campus”.

topo ↕

PORTAL BRASIL - NOTÍCIAS

MEC, em parceria com o Ministério da Economia, discute reformulação do Fundeb

Ministérios ouvem especialistas em educação de organizações nacionais e internacionais

Especialistas em educação, vinculados a diversas organizações nacionais e internacionais, debateram nesta segunda-feira (6), a reformulação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), na sede do Ministério da Educação. Principal mecanismo de financiamento da educação básica no Brasil, o Fundeb tem vigência estabelecida para o período 2007-2020. O MEC busca subsídios para auxiliar o Congresso Nacional a redigir uma emenda constitucional como fruto de um diálogo entre governo, sociedade civil organizada e especialistas em educação, conforme explicou o secretário executivo, Antonio Paulo Vogel.

Participaram da 2ª Reunião de Avaliação e Reestruturação do Fundeb representantes da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Banco Mundial, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto de Ensino e Pesquisa (InsPer) e Organização Todos pela Educação, além dos deputados federais Professora Dorinha e Gastão Vieira. “O MEC vem realizando as reuniões porque considera necessária a avaliação e a reformulação do Fundeb”, disse Vogel. “Para isso, é imprescindível o fortalecimento do diálogo construtivo.”

“A exposição desse segundo encontro foi sobre as mudanças que virão ao Fundeb, alguns falaram sobre experiência de outros estados, falaram sobre boas práticas. Há uma convergência entre todos”, destacou o secretário.

Equidade

Ainda segundo Vogel, foi bastante discutida a questão da equidade na educação brasileira, visto que distribuição e resultados são diferentes. Ele citou o professor Ricardo Paes Barros, do InsPer, que comentou sobre a equidade dos insumos e a equidade de resultados. “Temos de buscar melhorar o resultado de todos e temos de auxiliar quem tem resultado menor. Este é o ponto de vista do MEC.”

As instituições e especialistas do setor apresentaram dados que vão alimentar os subsídios destacados pelo secretário. Dentre eles, números e formas de se buscar a equidade e melhor distribuição de recursos, tudo para garantir aos estudantes brasileiros igualdade de condições e uma educação de qualidade. Uma nova reunião já está marcada para junho, novamente em Brasília.

Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de 27 fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal.

Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do fundo atingiu o patamar de 20%.

O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ter o valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

Fonte: Ministério da Educação

[topo](#)

PORTAL BRASIL - NOTÍCIAS

Mais de um milhão de participantes já estão inscritos

As inscrições são feitas pela internet até o dia 17 de maio

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019 registrou um milhão de inscritos às 20h desta segunda-feira, 6 de maio, primeiro dia de inscrições. O novo sistema, mais interativo, apresenta as perguntas em um formato de chat, com orientações diretas sobre todo o processo. A interface também é mais amigável e permite a inclusão opcional de foto do participante.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) preparou um passo a passo de todas as etapas. As inscrições ficam abertas até 23h59, no horário de Brasília, do dia 17 de maio, exclusivamente pela página do participante, na internet.

Todos os interessados em fazer o Enem precisam se inscrever, mesmo quem solicitou a isenção da taxa de R\$ 85, que deve ser paga até 23 de maio. As provas do Enem 2019 serão aplicadas em dois domingos, 3 e 10 de novembro.

Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é realizado anualmente pelo Inep, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Em 21 edições, o exame já recebeu quase 100 milhões de inscrições.

O Enem avalia o desempenho do estudante e viabiliza o acesso à educação superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (ProUni) e instituições portuguesas. O exame também possibilita o financiamento e

apoio estudantil, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Os dados do Enem também permitem autoavaliação do estudante o desenvolvimento de estudos e indicadores educacionais. O exame é aplicado em dois domingos e tem quatro provas objetivas, com 180 questões, além de uma redação.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Governo de SP reduz tempo de aulas e aumenta número de disciplinas

Aumento de aulas é para acomodar na grade novas disciplinas para desenvolver competências socioemocionais e de tecnologia

São Paulo – O governador João Doria (PSDB) anunciou nesta segunda-feira (6), que, a partir de 2020, as aulas das escolas da rede paulista terão 45 minutos – e não mais 50.

A redução do tempo ocorre para ampliar de seis para sete o número de aulas diárias para os alunos dos anos finais do ensino fundamental (do 6.º ao 9.º ano) e ensino médio. O aumento de aulas é para acomodar na grade novas disciplinas para desenvolver competências socioemocionais e de tecnologia.

A mudança resulta na redução de 10% na duração das disciplinas regulares e obrigatórias, como Matemática e Língua Portuguesa. O novo modelo vai exigir um aumento da carga horária de 15 minutos por dia para 3 milhões de alunos de 3,8 mil escolas. Quando estiver em vigor, os estudantes do período matutino passam a sair da escola às 12h35. No período vespertino, a saída passará a ser às 18h35.

A mudança, segundo o governador, é uma das medidas pensadas para alcançar a meta de, em 2021, colocar a rede estadual paulista como a primeira no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Desde 2013 a rede estadual não alcança as metas do indicador.

Pelo novo projeto pedagógico, os estudantes terão duas aulas por semana de uma atividade chamada Projeto de Vida, que contempla aspectos como gestão do próprio tempo, organização pessoal e compromisso com a comunidade, mais duas aulas de eletivas e uma de tecnologia. As opções de eletivas serão levantadas a partir dos anseios dos alunos e possibilidades dos professores.

Sobre a redução de 10% do tempo de aulas das disciplinas regulares, a gestão Doria diz que vai dar formação aos professores para que aproveitem melhor o tempo em sala de aula. O novo modelo não prevê a contratação de mais professores.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo de SP reduz tempo de aulas e aumenta número de disciplinas

São Paulo

O governador João Doria (PSDB) anunciou nesta segunda-feira, 6, que, a partir de 2020, as aulas das escolas da rede paulista terão 45 minutos - e não mais 50. A redução do tempo ocorre para ampliar de seis para sete o número de aulas diárias para os alunos dos anos finais do ensino fundamental (do 6.º ao 9.º ano) e ensino médio. O aumento de aulas é para acomodar na grade novas disciplinas para desenvolver competências socioemocionais e de tecnologia.

A mudança resulta na redução de 10% na duração das disciplinas regulares e

CLIPPING



obrigatórias, como Matemática e Língua Portuguesa. O novo modelo vai exigir um aumento da carga horária de 15 minutos por dia para 3 milhões de alunos de 3,8 mil escolas. Quando estiver em vigor, os estudantes do período matutino passam a sair da escola às 12h35. No período vespertino, a saída passará a ser às 18h35.

A mudança, segundo o governador, é uma das medidas pensadas para alcançar a meta de, em 2021, colocar a rede estadual paulista como a primeira no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Desde 2013 a rede estadual não alcança as metas do indicador.

Pelo novo projeto pedagógico, os estudantes terão duas aulas por semana de uma atividade chamada Projeto de Vida, que contempla aspectos como gestão do próprio tempo, organização pessoal e compromisso com a comunidade, mais duas aulas de eletivas e uma de tecnologia. As opções de eletivas serão levantadas a partir dos anseios dos alunos e possibilidades dos professores.

Sobre a redução de 10% do tempo de aulas das disciplinas regulares, a gestão Doria diz que vai dar formação aos professores para que aproveitem melhor o tempo em sala de aula. O novo modelo não prevê a contratação de mais professores. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

